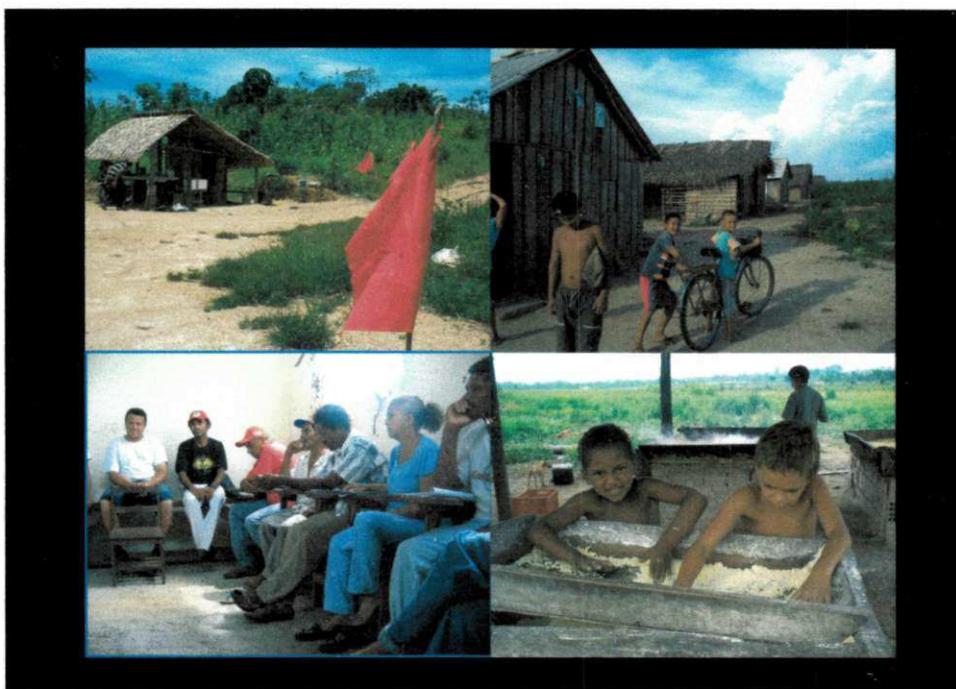




**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**



**A CONSTRUÇÃO DA ORGANICIDADE NO MST
A experiência do Assentamento 26 de Março/Pará**

MARIA SUELY FERREIRA GOMES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA SOCIAIS**

**A CONSTRUÇÃO DA ORGANICIDADE NO MST
A experiência do Assentamento 26 de Março/Pará**

UFCG - CENTRO DE HUMANIDADES - UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

2009
Gomes, Maria Suely Ferreira

A construção da organicidade no MST: A experiência do assentamento 26 de março/Pará. Maria Suely Ferreira Gomes -- Campina Grande, 2009.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Sociais da Universidade Federal de Campina Grande,
como requisito para obtenção do título de mestre em Ciências
Sociais.

Organizadora: I. T. Silva

CDU - 316.350.43

Maria Suely Ferreira Gomes
Orientador: Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha

Campina Grande
julho/2009



G633c Gomes, Maria Suely Ferreira
A construcao da organicidade no MST : a experiencia do
assentamento 26 de marco / Para / Maria Suely Ferreira
Gomes. - Campina Grande, 2009.
167 f. : il.

Dissertacao (Mestrado em Ciencias Sociais) -
Universidade Federal de Campina Grande, Centro de
Humanidades.

1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra 2.
Movimentos Sociais 3. Assentamentos de Reforma Agraria 4.
Participacao 5. Organicidade 6. Dissertacao I. Cunha, Luis
Henrique Herminio, Dr. II. Universidade Federal de Campina
Grande - Campina Grande (PB) III. Título

CDU 316.35(043)

MARIA SUELY FERREIRA GOMES

A CONSTRUÇÃO DA ORGANICIDADE NO MST

A experiência do Assentamento 26 de Março/Pará



Dissertação apresentada em, 14 de julho de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha (PPGCS/UFCG)
Orientador

Prof. Dr^a Ramonildes Gomes (PPGCS/UFCG)
Examinadora interna

Prof. Dr. Gonzalo Adrián Rojas (UACS/UFCG)
Examinador externo

DEDICATÓRIA

Aos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra que lutam incansavelmente por uma sociedade mais justa e igualitária.

AGRADECIMENTOS

Ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Estado do Pará, por proporcionar a minha participação na seleção desse curso mestrado.

Às companheiras: Izabel, Maria Raimunda e Giselda pela força e apoio durante o período de minha estadia em Campina Grande-PB.

Às famílias do Assentamento 26 de Março, pela acolhida e disponibilidade de tempo em contribuir com a pesquisa de campo: nas reuniões da coordenação do assentamento, nas residências, nas roças e nas “farinhadas”. Momentos que contribuíram não só para o estudo, bem como na minha prática militante.

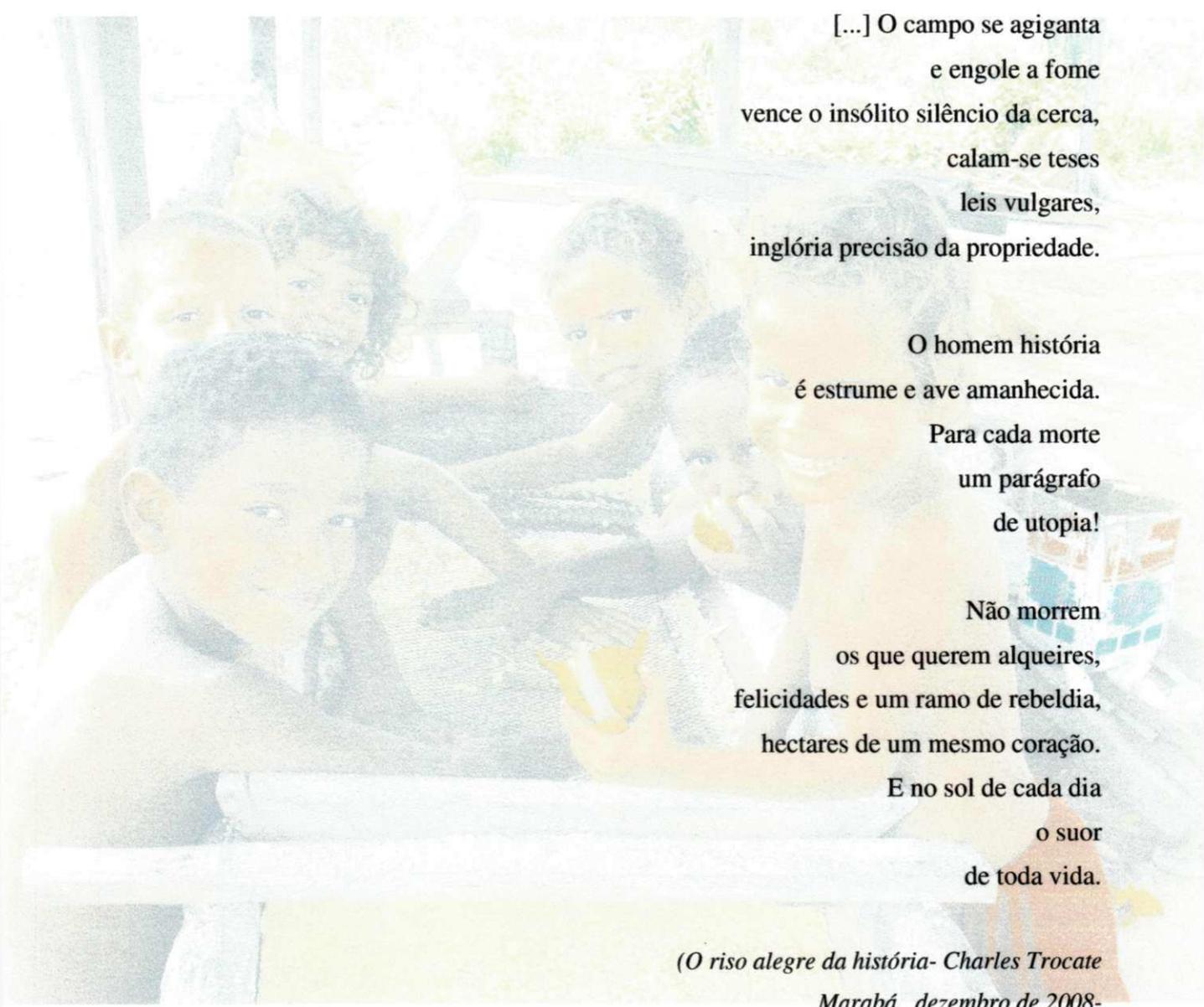
Ao meu companheiro Glaucio Brito e meu filho Endi Gomes pela paciência, amor, carinho, compreensão e apoio durante minha ausência no período de estudo.

À minha mãe Luzenira Ferreira, mesmo morando em Petrolina-PE, preocupou-se durante toda a minha caminhada, com seu apoio e carinho para que eu conseguisse concluir esse curso.

Aos colegas de turma do mestrado, foi uma grande experiência de vivência e debate em sala de aula e nos espaços informais.

Aos professores do Programa de Mestrado em Ciências Sociais, pelos ricos momentos de debate em sala-de-aula: Lemuel, Marilda, Magnólia, Márcio Caniello, Malagodi, Roberto Vêras. A professora Ghislaine Duque pela sua acolhida, e momentos de convivência. Professora Ramonildes, agradeço por sua disponibilidade em contribuir desde a apresentação do projeto, e pela sua eficiência na comunicação a distância. Ao professor e orientador desse trabalho, Luis Henrique, pela paciência, pelos momentos de diálogo, reflexões, mas principalmente pela sua competência profissional.

Aos amigos e amigas que foram fundamentais nessa caminhada: Franqueline, companheira de curso e de divisão de espaço/moradia, pelos momentos difíceis, mas também pelos momentos felizes que passamos longe de nossas famílias; Miguel, companheiro de luta, quando não esquecia estava presente; A companheira Sirlei, mulher forte, determinada; Aos companheiros Paulo Mansan e Jeferson; companheira Dilei, pela preocupação conosco; A companheira Selma, que acompanhava a turma da Via Campesina, pelos momentos de reflexão; A companheira Sávia, que sempre me acolheu com muito carinho, além de compartilharmos vários momentos de risos e brincadeiras. À Carol e Nara, pela acolhida; à Carla, Manu, Ricardo, Yusef e Maria. E à Marília pela disponibilidade de realizar a revisão desse trabalho em curto prazo de tempo. À Irene Hohn pela revisão final deste trabalho.



[...] O campo se agiganta
e engole a fome
vence o insólito silêncio da cerca,
calam-se teses
leis vulgares,
inglória precisão da propriedade.

O homem história
é estrume e ave amanhecida.

Para cada morte
um parágrafo
de utopia!

Não morrem
os que querem alqueires,
felicidades e um ramo de rebeldia,
hectares de um mesmo coração.

E no sol de cada dia
o suor
de toda vida.

*(O riso alegre da história- Charles Trocate
Marabá, dezembro de 2008-*

*foto: crianças do assentamento 26 de Março em dia de produção de farinha, data 11/12/2008-
Foto:Suely)*

RESUMO

Esta dissertação analisa a organicidade no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a partir de um olhar sobre as práticas dos atores e suas interações, tomando como *locus* de estudo o Assentamento 26 de Março, localizado no município de Marabá, Sudeste do Pará. Este trabalho visa contribuir com o debate em torno da construção da organicidade no âmbito do MST, ressaltando as práticas sociais, como meio de oferecer um novo olhar sobre a questão. Neste sentido, analisamos a organicidade a partir do contexto da luta pela terra, considerando o modelo proposto de criação de assentamentos rurais. Analisamos a forma como as estruturas organizativas vão sendo construídas pelo MST em áreas de acampamentos e assentamentos de reforma agrária. A construção da organicidade se dá a partir de um processo histórico de maneira que se configura e (re) configura a partir das práticas das famílias envolvidas no processo. O estudo demonstrou que a constituição da estrutura organizativa interna do assentamento é considerada o fio condutor para o sucesso e desenvolvimento das famílias acampadas e/ou assentadas. O seu fortalecimento e/ou fragilidade está ligado ao desempenho das lideranças que coordenam as instâncias definidas internamente. Mas as formas organizativas, como os arranjos sociais em geral, são sempre provisórias, susceptível de questionamentos, revisões, adaptações, reorientações, em resposta tanto ao caráter reflexivo da vida social (que implica no monitoramento permanente das práticas) quanto às próprias transformações nas correlações de força entre grupos sociais interdependentes. A experiência das famílias do 26 de março revela também as contradições desse processo, em termos de inclusão/exclusão proporcionada pela constituição da organicidade. As exigências de “letramento” são um exemplo dos mecanismos institucionalizados de seleção de lideranças entre os assentados no atual modelo dos núcleos de base. O próprio processo de formação desses núcleos, a partir de critérios localmente adotados de seleção, como trabalho e amizade, resulta nas famílias não-nucleadas.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Assentamentos de reforma agrária. Participação. Organicidade.

RÉSUMÉ

Dans cette dissertation nous faisons l'analyse de l'organicité au Mouvement des Travailleurs Ruraux sans Terra tout en considérant les pratiques des acteurs et leurs interactions, prenant comme *locus* d'étude l' "Assentamento" 26 Mars, situé dans la ville de Marabá, au Sud-Est de l'Etat du Pará. Ce travail a pour but de contribuer au débat concernant la construction de l'organicité dans le MST, en y faisant ressortir le rôle des pratiques sociales, comme moyen de offrir un nouveau regard sur le thème. Dans ce sens là, nous essayons d'analyser l'organicité à partir du contexte de la lutte pour la terre, considérant le modèle proposé de création des "assentamentos" ruraux. Nous analysons la forme comme les structures organisationnelles ont été construites par le MST dans les régions des "acampamentos" e "assentamentos" de réforme agraire. La construction de l'organicité résulte d'un processus historique, ce qui fait qu'elle acquise une configuration et une reconfiguration à partir des pratiques des familles impliquées dans le processus. L'étude nous a montré que la constitution de la structure organisationnelle à l'intérieur de l' "assentamento" c'est considérée comme le fil conducteur pour la réussite e le développement des familles "acampadas" ou "assentadas". L'accroissement de leur force ou de leur fragilité c'est une résultante de l'actuation des leaders qui coordonnent les échellons définis à l'intérieur du groupe. Mais les formes d'organisation, tout comme les règlements sociaux en général, ce sont toujours provisoires, susceptibles d'être mises en question, d'être revues, adaptées ou réorientées, comme une réponse soit au caractère réflexif de la vie sociale (ce qu' implique la surveillance permanente des pratiques) soit aux propres transformations dans le rapport de force entre groupes sociaux interdépendants. L'expérience des familles du 26 MARS révèle aussi les contradictions de ce processus, en ce qui concerne l'inclusion/exclusion entraînée par la constitution de l'organicité. Les exigences de "lettremet" sont un exemple des mmécanismes institutionnalisés de sélection des leaders parmi les "assentados" dans le modèle actuel des noyaux de base. Le propre processus de formation de ces noyaux, appuyé sur des critères de sélection adoptés localement, tels le travail et l'amitié, il a comme résultat des familles qu'en sont exclues.

Mots-clés: Mouvement sociaux. Mouvement des Travailleurs Ruraux Sans Terre. "Assentamentos" et réforme agraire. Participation. Organicité.

LISTA DE SIGLAS

ANCA- Associação Nacional de Cooperação Agrícola
CEBs- Comunidades Eclesiais de Base
CEPASP- Centro de Estudo e Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular
CNBB- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT- Comissão Pastoral da Terra
COCEP- Conselho de Coordenação de Ensino e Pesquisa
COOMARSP- Cooperativa Mista dos Assentamentos Reforma Agrária da Região sul e sudeste do Pará.
CONCRAB- Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CUT- Central Única dos Trabalhadores
CRS- Comunidade de Resistência e de Superação
CVRD- Companhia Vale do Rio Doce
FASE- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FATA- Fundação Agrária do Tocantins Araguaia
FETAGRI- Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará e Amapá
FETRAF- Federações dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
GETAT- Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins
IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERPA- Instituto de Terras do Pará
ITERRA- Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
LASAT- Laboratório Sócio-Agrônomo do Araguaia Tocantins
MEB- Movimento de Educação de Base
MIQCB- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAF- Núcleo de Estudos Integrados Sobre Agricultura Familiar
NB- Núcleo de Base
NM- Núcleo de Moradia
NMS- Novos Movimentos Sociais
ONGS- Organizações Não-Governamentais
P.A- Projeto de Assentamento
PDA- Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PEA- Plano de Exploração Anual
PGC- Projeto Grande Carajás
PRA- Plano de Recuperação do Assentamento
PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA- Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RB- Relação de Beneficiário
SCA- Sistema Cooperativista dos Assentados
SPDDH- Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
SDT- Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SIPRA- Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SNI- Sistema Nacional de Informação
SR27 E- Superintendência Regional E (das regiões Sul e Sudeste do Pará)
STR- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UFPA- Universidade Federal do Pará

LISTA DE FOTOS

FOTOS DA CAPA: Da esquerda pra direita: 1) Barraco de vendas na PA 150, em 04 de fevereiro de 2009; **2)** Residências de parte do núcleo de base Bom Jesus, em 18 de janeiro de 2009; **3)** Reunião da coordenação do assentamento, em 06 de janeiro de 2008; **4)** Crianças fazendo farinha no núcleo de base Bom Jesus, em 11 de dezembro de 2008. Fotos: Suely.

FOTO 05: Dia da ocupação da fazenda Cabaceiras (dia 26 de março de 1999). Acervo da Secretaria Estadual do MST-Pará.

FOTO 06: Ação de despejo no Acampamento 26 de Março, comandado e executado pela polícia militar do Estado do Pará. Acervo da Secretaria Estadual do MST-Pará.

FOTO 07: Corte de castanha, prática ainda comum no Assentamento 26 de Março. Foto: Ashley, em 22/12/2002.

FOTO 08: Extração de castanheira. Foto: Izabel Lopes, em 21/01/2009

FOTO 09: Ornamentação do Acampamento do 26 de Março. Foto: arquivo da secretaria estadual do MST, em 27/03/ 2004

FOTO 10: Solidade (D.Sula) coordenadora do NB “Semente do Amanhã”. Foto: Suely-06/01/2008

FOTO 11: Reunião da Coordenação do PA 26 de Março. Foto: Suely em 06/01/2008.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01- Organograma do novo modelo organizacional do MST. Fonte: MST- Setor Formação Nacional.

Figura 02- Mapa de localização do Assentamento 26 de Março. Fonte: LASAT/NEAF/UFPA.

Figura 03- Mapa do Assentamento 26 de Março- identificação dos núcleos de moradia. Fonte: Doner Pontes.

Figura 04- Gráfico de utilização das terras no assentamento.

Figura 05- Organograma da estrutura organizativa do Assentamento 26 de Março. Fonte: coordenação do Assentamento 26 de Março.

Figura 06- Proposta de organograma da estrutura organizativa do Assentamento 26 de Março. Fonte: coordenação do Assentamento 26 de Março.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação das áreas do MST no estado do Pará

Quadro 2: Relação dos NB do Assentamento 26 de Março

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPITULO I- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA: DA NECESSIDADE DA PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO.....	28
1.1. Inflexões discursivas: os conceitos articulados pelas instâncias políticas e teóricas sobre as noções de participação e capital e social.....	28
1.2. As transformações nos movimentos sociais no Brasil.....	33
1.2.1.O papel da Igreja nos Movimentos Sociais.....	34
1.2.2.Considerações sobre os “novos” Movimentos Sociais (NMS).....	36
1.3. A forma assentamento enquanto “instrumento de luta”.....	38
1.3.1.Assentamento na concepção do MST.....	43
1.4. Organicidade no âmbito do MST.....	47
1.4.1. “Estrutura orgânica” idealizada pelo MST.....	50
1.4.2. A emergência do núcleo de base (NB).....	53
1.4.3. Brigadas: “a soma das partes de uma organização”.....	56
CAPÍTULO II- DO POLIGONO DOS CASTANHAIS AO ASSENTAMENTO 26 DE MARÇO.....	59
2.1. Lutas que se cruzam, caminhos que se diferenciam.....	60
2.1.1. A oligarquia dos castanhais.....	63
2.2. MST no estado do Pará.....	67
2.2.1. O MST no sudeste do Pará.....	72
2.2.2. Complexo Macaxeira: uso e abuso de poder.....	75
2.2.3. “Comunidade de Resistência”: O Assentamento 26 de Março.....	77
CAPÍTULO III- DE ACAMPAMENTO À ASSENTAMENTO: A CONSTRUÇÃO DA ORGANICIDADE DO 26 DE MARÇO.....	88

3.1. Trabalho de base: o embrião da “estrutura organizativa”.....	91
3.1.1. “Bico” do Agamenon: o anúncio da reunião.....	95
3.2. Mística e organicidade.....	96
3.3. Núcleo de base: da resistência à criação.....	97
3.4. Da formação dos núcleos.....	105
3.5. O papel da coordenação e o desafio na condução da pauta.....	110
3.6. A organicidade e a formação.....	120
3.7. Núcleo de base e cooperação.....	122
3.8. Núcleo de base: nem sempre o caminho é da consolidação.....	126
3.9. O papel da liderança na construção da organicidade.....	129
3.10. A influência do “modelo” de assentamento na construção da organicidade.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138
APÊNDICE “A”- Sobre a autora e o orientador.....	144
APÊNDICE “B”- Restituição do trabalho de pesquisa junto à coordenação do Assentamento 26 de Março.....	146
APÊNDICE “C”- Seminário de Formação com educadores/educadoras do IFPA/Campus Rural de Marabá (Apresentação da dissertação).....	147
APÊNDICE “D”- Assentados e assentadas que fizeram parte da pesquisa de campo (em ordem alfabética).....	148
ANEXO A- Mapa da Mesorregião Sudeste do Pará.....	165
ANEXO B- Quadro geral da população indígena da região Sudeste do Pará.....	166
ANEXO C- Roteiros das entrevistas.....	167

INTRODUÇÃO

A construção da organicidade entre as famílias sem terra ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é uma temática importante nos últimos anos, tanto na prática cotidiana dos militantes, das famílias acampadas e assentadas, bem como na literatura acadêmica dedicada à análise e interpretação das dinâmicas sociais relativas à luta pela terra no Brasil (CARVALHO, 1999; NEVES, 1999; FERNANDES, 1999). A problemática da organização social entre famílias assentadas mobiliza, assim, esforços de uma grande diversidade de atores, sendo a organização apresentada como meio para se alcançar objetivos diversos relacionados à reforma agrária. Este trabalho busca contribuir com o debate em torno da construção da organicidade no âmbito do MST, ressaltando as práticas sociais, como meio de oferecer um novo olhar sobre a questão.

A reflexão aqui empreendida parte dos seguintes pressupostos:

1. É necessário “desnaturalizar” a temática da organização social, ressaltando seus condicionantes históricos e ideológicos;
2. A questão da organicidade aparece como elemento estruturador de boa parte das práticas de militantes e famílias acampadas/assentadas, influenciando decisivamente nas formas de reprodução do MST;
3. A construção da organicidade responde a múltiplas interações entre grupos sociais distintos, com seus interesses e suas visões de mundo: dirigentes do MST, famílias acampadas e assentadas, representantes de instituições públicas federais, estaduais, municipais, entre outras;
4. A ênfase nos processos organizativos implica tanto em limites quanto em possibilidades na construção dos assentamentos de reforma agrária.

A partir desses pressupostos, esta dissertação traz como questão central o estudo em torno da construção da organicidade no MST, considerando o processo organizativo, a partir dos elementos que colaboram na organização da luta pela terra e na criação de assentamentos de reforma agrária. Para tanto as questões que levaram à realização desse estudo são: Quais os elementos que contribuem na dinâmica da construção da organicidade interna? Qual a influência do “modelo” assentamento na construção dessa organicidade? Como o método

organizativo baseado em núcleos de base¹ e brigadas² aparece? Qual a reflexão que existe sobre essa organização e quais as contradições que são geradas em torno dessa proposta? Essas questões serão abordadas sempre a partir de um olhar sobre as práticas dos atores³ sociais e suas interações, tomando como *locus* de estudo o Assentamento 26 de Março, localizado no município de Marabá, sudeste do estado do Pará.

Questões estas que serão analisadas na seguinte perspectiva: a) identificar as formas de organização interna do Assentamento 26 de Março; b) Identificar os temas de discussão nos núcleos de base, como eles são tratados internamente; c) analisar o trabalho de base no processo de formação/organização; d) identificar elementos que contribuem para fortalecimento ou dissolução dos núcleos de base; e) refletir sobre o processo de implantação e funcionamento dos núcleos de base, a partir da proposta do MST e das práticas das famílias assentadas. O trabalho não tem a pretensão de apresentar resultados fechados, mas elementos para reflexão no processo de construção da organicidade.

A importância da temática da construção da organicidade para o MST não pode ser desagregada da relevância que tem sido dada às problemáticas da participação, da produção de capital social, da importância dos arranjos institucionais, tanto na área acadêmica quanto na prática dos movimentos sociais e do poder público.

Quando se trata de organicidade no MST partimos da seguinte compreensão:

A expressão *organicidade* indica no Movimento o processo através do qual uma determinada idéia ou tomada de decisão consegue percorrer de forma ágil e sincronizada o conjunto das instâncias que constituem a organização, desde o *núcleo de base* de cada acampamento e assentamento até a direção nacional do MST, em uma combinação permanente de *movimentos ascendentes e descendentes* capazes de garantir a participação efetiva de todos na condução da luta em suas diversas dimensões. (CALDART, 2000, p. 162)

A ênfase na construção da organicidade seria justificada pelo fato de:

Ampliar a participação, elevar o nível de consciência das famílias, formar militantes- quadros, ter o controle político do espaço geográfico, implantar

¹ O MST em nível nacional começa a discutir Núcleo de Base, como forma de organização interna das famílias em áreas de acampamento e assentamento. O Núcleo de Base, em sua proposta deve ser constituído em torno de 10 famílias e cada Núcleo elege um coordenador e uma coordenadora para fazer parte da Coordenação do Acampamento ou Assentamento. Em 1992, é organizado um Manual de Organização dos Núcleos, publicado pela Secretaria Nacional do MST em São Paulo.

² É uma forma de organização que envolve famílias que moram em assentamentos e acampamentos próximos, ou seja, por região(MST-PA, 2005a, p.05)

³ Ao tratar de ator social, parto da seguinte compreensão: “Como os outros atores, os agricultores desenvolvem formas de lidar com situações problemáticas e combinam recursos de forma criativa (materiais e não materiais – especialmente conhecimento prático derivado da experiência anterior) para resolver os problemas. Eles também tentam criar espaço para seus próprios interesses de forma que possam beneficiar de ou, se necessário, neutralizar intervenções por grupos externos ou agências”. (LONG e VAN DER PLOEG, 1994, p. 12)

os círculos orgânicos, manter-se permanentemente vigilante, afastar os inimigos, acumular forças (MST, 2005, p.88)

Percebe-se, nestes fragmentos, a ênfase em torno do fortalecimento da estrutura do MST de maneira que possa garantir a participação das famílias. Por outro lado, essa estrutura deve garantir a circulação das informações, gerando, então, uma rede entre as diversas instâncias dentro do movimento. No entanto, a ampliação da participação das famílias e o funcionamento dessa rede dependem da formação do quadro de militantes e dirigentes para atender os critérios de fortalecimento da estrutura proposta como elemento aglutinador do sucesso na organicidade enquanto avanço na participação.

A partir da intencionalidade do MST existe a necessidade de preparar “quadros”⁴ que atendam os objetivos e princípios de uma organização seja ela interna, nas áreas de acampamentos e/ou assentamentos, bem como externa, frente às instituições com as quais se relaciona. Esse significado de organicidade pressupõe a formação como critério de aperfeiçoamento da organização. Nesse sentido, o MST se transforma e, ao mesmo tempo, se reproduz. Essa necessidade de reprodução leva à formação e a uma ação de organização, partindo dos princípios e objetivos, os quais estão explícitos em sua cartilha, da seguinte forma:

- 1) lutar para construir uma sociedade sem exploradores, nem explorados; 2) lutar pela reforma agrária para garantir que a terra esteja nas mãos de quem nela trabalha e a serviço de toda sociedade; 3) lutar pela garantia de trabalho para todas as pessoas com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas; 4) buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; 5) difundir os valores socialistas nas relações sociais e pessoais; 6) combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher, homem, jovens e crianças; 7) buscar a articulação com as lutas internacionais contra o capital e pelo socialismo. (MST-PA, 2005a, p.32)

É fundamental destacar que a organização não é algo natural: as pessoas começam se organizar a partir de um modelo de organização que servem a interesses e respondem a certas dinâmicas e processos.

É a partir da intencionalidade do MST que se constrói a organicidade junto às famílias acampadas e assentadas; são os interesses e as intenções que compõem os princípios que norteiam a organização. Nesse sentido, são propostas formas de organização, como se encontra nas áreas de acampamentos e assentamentos: grupos de famílias, núcleos de base, brigadas, setores, entre outras que vão sendo constituídas e estruturadas.

⁴ Assim se refere o MST aos militantes e dirigentes que atuam nas áreas de acampamentos e assentamentos e que assumem as instâncias do movimento, como setores e direções nacional, estadual, regional e local.

Partindo dessa lógica da organicidade, o estudo aqui proposto pretende olhar para a centralidade da organização no MST, buscando entender uma série de elementos que se estruturam em torno dessa ação organizativa. Nesse sentido, vou imergir em uma experiência a partir de uma área de assentamento com intuito de realizar uma reflexão em torno do assunto proposto. Não tenho a pretensão de rotular, dizer o que é bom e o que é ruim, nem mesmo considerar um estudo completo e fechado, pois a construção do conhecimento é contínua, apesar das encruzilhadas que se formam nesse processo de construção da organicidade. A experiência a ser estudada é a das famílias do Assentamento 26 de Março, localizado no município de Marabá, região sudeste do Pará.

A região sudeste do estado do Pará, em sua trajetória de territorialização, foi marcada por grandes conflitos, principalmente no campo, causados principalmente pela concentração de grandes extensões de terras por grupos de famílias e/ou empresas. Antes do domínio de proprietários de terras, a região era povoada por territórios indígenas que aos poucos foram sendo dizimados a partir da concentração fundiária e expansão de grandes projetos. É uma região de forte migração de pessoas de outros estados.

Diversos foram os períodos que marcaram o mundo rural na região, como a exploração do extrativismo do caucho, da castanha-do-Pará, exploração de minérios, além da expansão da pecuária. Aos poucos foi se constituindo na região a disputa pela terra que tem início com a luta dos posseiros, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A região é marcada por diversas fases na luta pela terra: na década de 1920, *posseiros* começam a ocupar as terras; na década de 1980 a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI) chega à região e provoca o aumento de áreas ocupadas de terras; ainda na década 1980 chega o MST, que também desencadeia um processo de ocupação de terra na região, aumentando o número de acampamentos e posteriormente assentamentos. A expansão de ocupação de terras na região também provocou o aumento da violência no campo, uma vez que à medida que as terras iam sendo ocupadas, muitos trabalhadores e trabalhadoras foram assassinados. Vale ressaltar que a luta não aconteceu de forma simples e automática, mas passou por todo um processo histórico.

Os caminhos e percursos que seguem a luta pela terra nessa região desembocam na expansão de criação de assentamentos de reforma agrária, principalmente com a chegada dos movimentos sociais do campo. A luta dos trabalhadores e trabalhadoras provoca então a reestruturação das antigas oligarquias de famílias que dominavam o campo, seja na concentração de terra, bem como na influência política em nível de estado. O cenário começa a mudar, uma vez que grandes fazendas começam a dar espaço para a organização desses

assentamentos. Essa expansão de ocupações de terras provoca então a criação de uma Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (SR27 E) para atender especificamente as regiões sul e sudeste do Pará, que hoje comportam 482 Projetos de Assentamentos⁵, desses 75 no município de Marabá.

É nesse cenário de disputa pela terra que surge então o Assentamento 26 de Março, antiga fazenda Cabaceiras, localizada em área denominada de Polígono dos Castanhais. É uma área de 9.774,0405 hectares⁶. Distante cerca de 700 km da capital do estado, Belém e 25 km da sede do município de Marabá. A fazenda foi ocupada no dia 26 de março de 1999 por aproximadamente 1600 famílias. Essa ocupação foi um dos momentos mais esperados pelo movimento, uma vez que era o primeiro latifúndio da família Mutran que estava sendo ocupado na região. Seu ato de desapropriação só foi publicado no dia 19 de dezembro de 2008, através do Diário Oficial da União, nove anos após a ocupação.⁷

Feita a ocupação, a preocupação se concentrou em torno da organização interna das famílias no acampamento, dada a necessidade da resistência, permanência na área e para o MST a partir de seus princípios de luta, a resistência se dá com o fortalecimento da organização das famílias. Nesse processo organizativo, desde o acampamento, o movimento encaminha um grupo de militantes para morar na área e acompanhar as famílias, como vemos no depoimento de Ariosvaldo (Ari), militante e assentado no 26 de Março:

Na verdade, o papel do grupo de militância é fazer com que a comunidade permaneça junta, que não se divida, e corra atrás do que seja de benefício da comunidade: desde informação, alimentação e organização da própria comunidade e defesa de fato os objetivos daquele povo. Querendo ou não, o militante está à frente de qualquer coisa, fazer vistoria na área, são as primeiras pessoas que vão fazer mobilização, fazer agitação e propaganda, querendo ou não, é o coletivo de militância, que faz isso porque são os caras que vão dizer como é que funciona. (Ariosvaldo Andrade dos Santos-Ari, 29 anos, entrevista cedida em 02 de fevereiro de 2009).

A partir desse depoimento fica visível que são várias as tarefas do militante desde o trabalho de base à constituição da organicidade interna da área junto às famílias que estão chegando, busca de alimentação (nesse caso a cesta básica), além de acompanhamento aos momentos de vistoria na área. Conforme relato, o militante é quem está à frente de tudo e um

⁵ Informação da Superintendência Regional de Marabá (SR27 E), no dia 18 de abril de 2009.

⁶ De acordo com publicação no Diário Oficial da União- da desapropriação da área, do dia 19 de dezembro de 2008.

⁷ No dia 19/12/2008- foi realizado um ato público no assentamento, momento simbólico de entrega do Projeto de Assentamento com a presença de diversas autoridades: governadora do estado do Pará, Ministro da Reforma Agrária, Superintendente do Incra, entre outras autoridades. Esse ato aconteceu no mesmo dia da publicação no Diário Oficial da União do processo de criação do PA.

dos papéis é garantir o funcionamento da organicidade interna da área, além de proporcionar a unidade das famílias.

A construção da organicidade interna do Assentamento 26 de Março começa com a organização dos grupos de famílias⁸. Além da organização desses grupos, tem também a organização dos setores para desencadear as atividades específicas, tais como: saúde, educação, produção, cultura, comunicação, entre outros. Três setores são fortes no início da organicidade no então Acampamento 26 de Março: saúde, que vai tratar das questões imediatas, pertinentes a saúde das famílias; educação- ao ocupar a terra é feito um mapeamento de pessoas com o mínimo de escolaridade para contribuir de forma voluntária na escola construída pelas famílias, para atender crianças, jovens e adultos; e o setor de produção, este vai discutir e organizar os espaços de fazer a roça, entre outras atividades que requer em escolha e delimitação de área, além de organizar um calendário de saídas das famílias para atividades externas com o objetivo de contribuir com a renda para permanência na terra.

No acampamento 26 de Março, então, continua o investimento na “estrutura orgânica”⁹. Inicialmente estruturou-se a partir de grupos de famílias, que serviram de referência geográfica para localização dos barracos (como eles denominam). É a partir da organização dos grupos de famílias que foram escolhidos os representantes para fazerem parte da coordenação do assentamento, dos setores e coordenar as atividades dentro do acampamento. Ainda a partir da organização dos grupos é que se escolheram pessoas para fazer parte da direção estadual e coordenação estadual do movimento. Essas instâncias fazem parte da organicidade do MST. São instâncias de deliberação em torno das questões pertinentes à luta pela reforma agrária. A discussão em torno da organicidade no MST é constante, pois para o movimento é ela que deve garantir a resistência na luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo,

O processo de construção da organicidade, através da construção orgânica do MST, envolve um conjunto de tarefas políticas e organizativas que precisam ser implementadas por toda militância de nossa organização para acumularmos forças.(MST-PA, 2005b, p.53)

Nesse sentido, o 26 de Março foi construindo sua organicidade interna a partir da proposta do movimento, que inicialmente começa com a organização dos grupos de famílias, além do grupo de militantes da área. Novas discussões surgiram com a organização dos

⁸ As famílias acampadas foram organizadas por grupos, os grupos comportavam 50, 60 e até 70 famílias. Não existia um número exato. No acampamento, a entrada e saída de famílias eram constantes.

⁹ Termo adotado pelo MST, ao referir-se à estrutura organizativa nos acampamentos e assentamentos. Orgânica, porque as pessoas inseridas nessa estrutura passam a desenvolver atividades do movimento.

núcleos de base e brigadas. A partir das discussões do MST em nível nacional sobre a implantação de núcleo de base nas áreas de acampamentos e assentamentos as famílias se reorganizaram, passando de grupos de famílias (que agrupavam entre 50 e 70 famílias) para núcleo de base (agrupa em torno de 10 famílias). Nesse processo de organização, principalmente no momento de indicação dos coordenadores do assentamento que são escolhidos no núcleo de base, um dos “limites” presentes é a questão do “letramento”, pois muitos coordenadores têm dificuldade na escrita e na leitura, uma vez que existe a exigência de fazerem as anotações durante as reuniões, como afirma um assentado:

Se o cara escreve, o cara acaba anotando pelo menos 90% das informações e facilita. Têm outros que não tem habilidade para escrita, tem uns que nem sabe assinar o nome, querendo ou não a gente tem dificuldade muito grande, isso não é de agora é desde a época da formação de coordenação do núcleo. A gente tem dificuldade muito grande de fazer circular as informações de forma qualificada dentro da comunidade. Primeiro que as pessoas acabam em função da dificuldade que tem e não procura uma forma de estudar, porque a escola existe dentro do assentamento. Se as pessoas se doassem pra estudar, pra correr atrás, com certeza teria outro nível de debate, de coordenação dentro do assentamento. É um pouco nesse sentido. (Ariosvaldo Andrade dos Santos-Ari, 29 anos, entrevista cedida em 02 de fevereiro de 2009).

Nesse sentido, a dificuldade da escrita está associada à circulação de informações e garantia da pauta de debate nas reuniões da coordenação e reuniões nos núcleos, pois o coordenador é responsável por tal tarefa, ou seja, participar da reunião da coordenação e garantir o debate nas reuniões dentro do seu núcleo. No assentamento várias propostas foram discutidas na coordenação com o objetivo de “alfabetizar” os coordenadores: a) freqüentar a escola na turma de Educação de Jovens e Adultos (EJA); b) formar turmas específicas de coordenadores e por último; c) cada educador adotar um coordenador para “alfabetizá-lo”. Mas, as propostas não tiveram êxito.

Esse debate em torno do “letramento” na coordenação surge também no momento de organizar as brigadas, pois alguns critérios foram apresentados para que se realizasse a escolha das pessoas para comporem as brigadas: a) saber ler; b) ter disponibilidade para estudar; c) inserção orgânica e política na organização. Diante desses critérios, os limites foram destacados, principalmente frente a essa questão do “letramento”, pois ainda é uma dificuldade para algumas pessoas que se dispõem a participar, mas não se enquadram nesses critérios, ficando então fora da instância ou da coordenação. Mesmo diante dos critérios, muitos que fazem parte da coordenação ainda apresentam dificuldade na leitura e na escrita.

Mesmo diante dos limites na organização da estrutura interna do assentamento, o esforço é voltado para a construção de uma organicidade interna que garanta os princípios e objetivos do MST, principalmente voltados para o acúmulo de forças. É imprescindível refletir então sobre os objetivos que estão implícitos nesse processo, pois nem sempre os objetivos do movimento são os objetivos das pessoas envolvidas, principalmente numa área que vive o processo de transição de acampamento para assentamento. Nesse processo estão em jogo os objetivos do movimento, das famílias e dos representantes dos órgãos públicos que começam a intervir no momento de estruturação da área. Nesse caminho de acúmulo de forças pode acontecer o encontro dos objetivos, principalmente das famílias e do movimento, a partir de seus princípios, o que pode ser definido como “pertença” ao movimento, quando os objetivos são comuns.

É a partir dos objetivos e princípios que norteiam a discussão de organicidade, que o Assentamento 26 de Março, através do coletivo de militantes, vem organizando as famílias, levando em consideração a intencionalidade do movimento, uma vez que o propósito era conquistar a área e estruturar o assentamento na linha orgânica do MST. Esse trabalho vem sendo intensificado a partir da organização dos núcleos de base. O Assentamento 26 de Março atualmente tem 206 famílias, 21 núcleos de base e 06 núcleos de moradia. O movimento considera o “núcleo de base a raiz da organização, pois se considera que onde não há raiz, a árvore não se desenvolve, não floresce, portanto não produz frutos” (MST/PA, 2005c, p.08). As brigadas que foram discutidas a partir da organização dos núcleos de base não estão funcionando. Os setores estão em fase de reestruturação: educação, produção, saúde, cultura e comunicação. O quadro de militantes está se reestruturando a partir da nova lógica de organização dos núcleos de moradia. Além dessa estrutura, existem dois dirigentes (um homem e uma mulher) assentados que fazem parte da direção estadual do MST e são responsáveis pelo acompanhamento político do assentamento. Esses dirigentes têm um papel a ser desenvolvido na área, como vemos no depoimento a seguir:

[...]a gente tem sentido a ausência deles (*os dois dirigentes que representam os assentados na direção estadual do MST*), isso também faz com que os coordenadores não tenham assunto, não tenham novidade pra se discutir com as famílias, então não cumprindo esse planejamento da coordenação estadual, da direção estadual isso também influi dentro dos núcleos de moradia (Francisco Uires Souza, 34 anos, assentado do 26 de Março e participa do quadro de militante. Entrevista cedida em 26 de novembro de 2008)

Esse papel de dirigente não se limita ao núcleo de base, pois também influencia no núcleo de moradia. Mas, observa-se também que cria certa dependência na circulação das informações, pois as famílias devido à dificuldade de acesso aos meios de comunicação esperam a ação dos dirigentes estaduais. Se a organização interna não criar forças suficientes frente às discussões e tomada de decisão pode criar dependência junto ao quadro de militantes e por sua vez aos dirigentes estaduais.

Pensar a construção da organicidade é pensar todo processo e quem está envolvido no seu desenvolvimento. É analisar a proposta do movimento, o envolvimento das famílias, dos militantes e dirigentes que são responsáveis para acompanhar essa construção. É analisar os conflitos, as tensões, compreender os limites e possibilidades da idéia de organização. É pensar a especificidade do assentamento. Pensar as transformações nas formas de organização, a partir das necessidades, vinculando as formas históricas do movimento. Pois para o movimento avançar na organicidade é investir na formação. Essa formação implica estudos, seja de cunho “informal” ou “formal”.

Assim, essa pesquisa se propõe a partir de uma base empírica, um olhar de militante sobre a prática militante, através da análise de documentos de estudos do Movimento, de diálogos com as famílias assentadas, analisar a construção da organicidade do Assentamento 26 de Março como meio para pensar a construção da organicidade no MST, das práticas das famílias assentadas, acampadas, dos dirigentes, militantes e técnicos que estão envolvidos no processo, relevando os pressupostos, questões e objetivos já colocados inicialmente.

O desenvolvimento da pesquisa segue os caminhos de minha¹⁰ participação enquanto militante do MST, em certos momentos dificultando o processo de trabalho de campo, mas em outros facilitando. Senti certa dificuldade no momento da realização das entrevistas, pois gerou um sentimento de timidez nas falas. Por outro lado participei de todos os espaços internos, reuniões da coordenação, reunião com militantes e reunião da direção estadual, espaços esses que outra pessoa sem vínculo orgânico¹¹ ao movimento teria mais dificuldade em acessar. Para Mills (*apud* OLIVEIRA, 1998, p.19), “os pensadores admiráveis não separam seu trabalho de suas vidas. Encaram ambos demasiado a sério para permitir tal dissociação, e desejam usar cada uma dessas coisas para o enriquecimento da outra”. Para Oliveira (1998) a relação entre biografia e pesquisa atribui vida ao estudo e contribui para a representação social da Universidade. Mas, o autor chama atenção que é importante nesse processo não cair na reprodução da mesmice diante das situações complexas e diversas.

¹⁰ O uso “minha” é por se tratar da experiência pessoal no coletivo do movimento.

¹¹ No sentido de participar das atividades internas do movimento.

Cuidados são fundamentais, a experiência vivida pode gerar alma à pesquisa, mas por outro lado pode ceder às verdades cristalizadas, a fórmulas vulgares e esquemas reducionistas. Nesse sentido, é que os cuidados devem ser redobrados no processo de construção da pesquisa. O sentimento de “pertença” não deve impedir um olhar militante analítico, criando possibilidades reflexivas de uma prática que não é estática, que pode gerar diversos caminhos outros. Encarar uma “pertença” que pode gerar elementos que contribuam na reflexão sobre organicidade na caminhada do MST.

Nessa perspectiva, para realização desta dissertação, em que o objeto de estudo foi definido a partir da necessidade pessoal e também do movimento, foram organizados os passos para concretização do trabalho de campo:

1. Primeiro momento- aconteceu a apresentação da proposta do estudo junto à coordenação do Assentamento;
2. Participação nas reuniões da coordenação;
3. Participação em algumas reuniões de Núcleo de Base;
4. Participação nas reuniões do grupo de militantes e reuniões da direção estadual;
5. Visitas a algumas famílias em momentos de plantio, limpeza de área e produção de farinha;
6. Realização das entrevistas com coordenadores, militantes, dirigentes e membros de núcleo de base.

A partir dos objetivos propostos, algumas pessoas foram selecionadas para o processo de entrevista, sendo: 06 coordenadores de núcleos de base; 02 ex-coordenadores de núcleo de base; 01 ex-coordenadora de núcleo de base; 02 componentes de núcleo de base (01 que está no mesmo núcleo desde o início do acampamento e outro que o núcleo de base se desfez); 07 militantes assentados que são também nucleados (dirigentes estaduais e de setores); 01 dirigente nacional. Desses: 07 são mulheres e 12 homens. Das dezoito pessoas entrevistadas, dezessete são assentadas no 26 de Março e estão na área desde a ocupação.

Como instrumento de pesquisa foi realizado entrevista semi-estruturada. Ao tratar de entrevista, compartilho com a idéia de Bourdieu(1999) que é fundamental na relação de comunicação em uma pesquisa prender-se aos problemas inseparavelmente práticos e teóricos, ou seja, o que vai sendo construído a partir da interação pesquisador/pesquisado. Essa relação social, de acordo com Bourdieu (1999), provavelmente exerce efeitos sobre os *resultados obtidos*. Ainda na sua análise em relação à pesquisa, o autor destaca que a interrogação científica exclui a intenção de exercer qualquer forma de violência simbólica, mas é capaz de afetar respostas.

Para Menezes *et al* (2004), a interação pesquisador e informante é permeada por poder, mas pode também constituir-se em um espaço de negociação de identidades, saberes e concepções, valorizando a experiência de vida dos sujeitos da pesquisa.

Foi nessa perspectiva que desenvolvemos o trabalho de campo, de forma interativa com as famílias do Assentamento 26 de Março. A observação direta foi um recurso explorado na tentativa de buscar nexos invisíveis ao observador superficial e a recomposição da realidade. O trabalho de investigação deve ser feito quantas vezes for necessário, com idas e voltas constantes, de acordo com as necessidades de desenvolvimento do trabalho (MALAGODI, 1993).

Sem nenhuma pretensão de enquadramento, mas com intuito de desenvolver a dissertação com a contribuição de reflexões teóricas que sirvam de embasamento para melhor compreensão do estudo aqui proposto, alguns conceitos poderão ajudar no tecer dessa pesquisa. Ao discutir a organicidade a partir das práticas sociais, recorreremos à teoria da estruturação de Giddens (2003), a partir da reflexão em torno da dualidade de estrutura nas práticas sociais como elementos estruturais dentro de um sistema social, que compreende as atividades e relações entre atores, organizadas como práticas sociais e reproduzidas através do tempo e do espaço. Práticas essas que são internalizadas, mas criadas e recriadas pelos atores sociais e que passa por uma reflexividade.

Como explica Giddens (2003, p.03):

A continuidade de práticas presume reflexividade, mas esta, por sua vez, só é possível devido à continuidade de práticas que as tornam nitidamente “as mesmas” através do espaço e do tempo. Logo, a “reflexividade” deve ser entendida não meramente como autoconsciência, mas como o caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social. Ser um ser humano é ser um agente intencional, que tem razões para suas atividades e também está apto, se solicitado, a elaborar discursivamente essas razões (inclusive mentindo a respeito delas).

Ao tratar da ação intencional, Giddens (2003) revela que não se trata de uma composição de intenções, razões e motivos isolados, por conseguinte falar de reflexividade implica em pensar na monitoração contínua da ação dos seres humanos. Nesse sentido, a ação dos atores e a estrutura se pressupõem mutuamente. Assim, os atores envolvidos nas práticas sociais são ativos, ou seja, vivenciam um conhecimento a partir do seu cotidiano.

Ainda na perspectiva do aporte teórico, como contribuição reflexiva partiremos também da compreensão de Bourdieu (2001a), quando em sua teoria define a participação dos agentes e grupos a partir da posição em que assumem no espaço. A influência dos diferentes

tipos de capitais (econômico, cultural, social, simbólico) nas ações dos grupos, além dos princípios que são dominados pelos *habitus*.

Nessa perspectiva, o indivíduo é situado pelo espaço social de forma que pode compreendê-lo e também agir sobre ele. Com a noção de *habitus*, Bourdieu(2001a) descarta a posição nas ciências sociais que opõe indivíduo e sociedade. Assim, não só o indivíduo é situado em um universo social particular, mas o universo social é inscrito nele. Cabe salientar que a sociologia da ação de Bourdieu constrói uma interpretação das *razões práticas*, as quais, do seu ponto de vista, são mais freqüentes na vida social: as que incorporadas socialmente permitem aos agentes agir segundo o “senso do jogo”, ou seja, agir no espaço social de acordo com as regras do jogo social. Bourdieu (2001a) explica que nesse jogo os agentes detentores de capitais determinantes em dado campo terminam impondo-se nos grupos, o que pode legitimar determinada visão de mundo.

Para Bourdieu(2001a), o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Considera como um poder quase mágico, quando permite obter o equivalente ao que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer ignorado como arbitrário. Todo poder simbólico é capaz de se impor como legítimo, dissimulando a força que há em seu fundamento e só se exerce se for reconhecido.

O poder simbólico para Bourdieu (2001a) é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e em particular do mundo social). Os símbolos são instrumentos de “integração social”, mas enquanto instrumentos de comunicação. São eles que contribuem fundamentalmente para a reprodução da ordem social. Na sua análise, é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica).

É com o propósito de evitar qualquer tipo de “violência” que a pesquisa foi construída. Encarar essa tarefa foi um processo difícil, um grande desafio, mas procurei seguir como pesquisadora artesã pertinaz, como diz Oliveira (1998), ser paciente, atenta, sensível, zeladora do consórcio entre teoria e prática, mas atenta às intenções na construção desse trabalho que é parte integrante de uma vivência. A saber a construção de conhecimento a partir de *representação mental do concreto* e não da reprodução, a partir de apreensões da realidade em questão.

A dissertação segue estruturada em 03 capítulos. O primeiro capítulo- intitulado “Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: da necessidade da participação e organização”, tem como objetivo promover uma reflexão sobre as mudanças discursivas que influenciam e pautam as ações da sociedade civil no Brasil, enfatizando a emergência de conceitos tais como participação e capital social, vinculada a uma análise das transformações pelas quais têm passado os movimentos sociais no país, além da discussão sobre constituição de assentamentos e organicidade no MST. O segundo capítulo- “Do polígono dos castanhais ao Assentamento 26 de Março”, visa traçar um contexto da luta pela terra na região sudeste do Pará, enfatizando as semelhanças que surgem no trajeto da luta e caminhos que se diferenciam. O terceiro capítulo- “Do acampamento ao assentamento: construindo a organicidade do 26 de Março”, visa refletir a partir das entrevistas realizadas junto às famílias através de caminhadas pelas “trilhas” do assentamento, reuniões em núcleos de base, reuniões de coordenação, entre outros espaços de convivência com os atores sociais da área de pesquisa. A intenção deste capítulo é realizar uma reflexão sobre a organicidade, levando em consideração os elementos gerais propostos pelo MST, mas principalmente os específicos do assentamento a partir das práticas sociais das famílias que ali residem. Por último as considerações que surgiram no percorrer dessa dissertação, trazendo alguns elementos como forma de contribuição na organicidade não só do assentamento, bem como de outros espaços do MST que surgem cotidianamente.

CAPÍTULO I

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA¹²: DA NECESSIDADE DA PARTICIPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

“A organização é a chave que permite agarrar as iniciativas do povo e transformá-las em ação”.
Che Guevara

Compreender a construção da organicidade no MST requer situar o processo social específico vivenciado pelas famílias de trabalhadores rurais sem terra, vinculados a um movimento social, a dinâmicas sociais mais amplas, referidas tanto pelas trajetórias dos movimentos sociais na região sudeste do Pará, bem como pelas lutas sociais, no âmbito nacional, e das inflexões que os discursos políticos e teóricos têm sofrido ao longo dos últimos 30 anos.

Este capítulo tem como objetivo promover uma reflexão sobre as mudanças discursivas que influenciam e pautam as ações da sociedade civil no Brasil, enfatizando a emergência de conceitos, tais como participação e capital social, vinculada a uma análise das transformações das quais têm passado os movimentos sociais no país. O propósito dessa reflexão é de compreender como a questão da organicidade, no âmbito do MST, tem sido construída em diálogo com essas transformações. Não se trata, porém, de acreditar que essas mudanças moldam o MST, que esse diálogo tem sido travado de modo consciente ou deliberado. Em muitos aspectos, ao contrário, há um esforço, entre os militantes do movimento, de definir suas diferenças em relação a outras formas de organização da sociedade civil. Por outro lado, não se pode também acreditar que as práticas no âmbito do MST estejam imunes a essas transformações.

1.1. Inflexões discursivas: os conceitos articulados pelas instâncias políticas e teóricas sobre as noções de participação e capital e social

A questão da organização tem sido enfatizada, nas últimas décadas, como elemento que facilita, fortalece e/ou garante o “sucesso” nos processos de desenvolvimento social. Discurso que tem sido particularmente forte quando referido às populações pobres das áreas rurais. Esse debate ganhou espaço tanto no âmbito acadêmico, quanto nos movimentos

¹² Para conhecer a gênese e territorialização do MST ver FERNANDES, 1999.

sociais, canalizando vieses diferenciados. Dois conceitos que expressam essas tendências são as noções de *participação* e *capital social*.

Um intenso debate foi travado no âmbito acadêmico com o objetivo de avaliar a implantação de grandes projetos em áreas rurais, demonstrando a importância da participação dos atores sociais, ou beneficiários dos projetos, como protagonistas sociais. Cernea, um dos autores mais influentes e pioneiros nesse campo, em sua obra *Primeiro La gente*, logo na introdução, ao tratar da meta dos conhecimentos sociais, diz que tais conhecimentos implicam em: “Lograr la participación activa de los beneficiarios si es que queremos proyectos exitosos y eficaces”. (CERNEA, 1985, p.18). E continua:

El hecho de no contar con la colaboración de las personas a quienes se dirigen los proyectos implica la posibilidad de que haya desviaciones y fracasos. Es necesario invertir en la gente para que ésta tome conciencia de los proyectos y se apropie de las recomendaciones técnicas a fin de que sea ella la que impulse el cambio social y le dé dirección al desarrollo. (CERNEA, 1985, p.18).

Nessa perspectiva, a *participação* aparece como variável fundamental para o sucesso dos projetos de desenvolvimento rural. Orientação adotada pelo Banco Mundial, pelo menos em termos discursivos, sintetizados na expressão *Primeiro La gente*, “Primeiro as pessoas”. Expressa uma nova ênfase dada pela crítica dos modelos de modernização econômica e dos resultados pouco animadores da redução da pobreza e da desigualdade, nos países em desenvolvimento. “Primeiro as pessoas” significa, na verdade, uma reorientação nas formas de ação para o desenvolvimento, enfatizando, através da idéia da *participação*, a importância do que se tem chamado de “organização” dos grupos sociais. Nesse sentido, a *participação*, através da organização, é quem vai garantir a elevação do nível de vida das famílias camponesas, como demonstra a seguir:

La participación debe ser la base fundamental de los proyectos de desarrollo rural, pues los enfoques que no la incluyen, supuestamente destinados a cambiar y elevar los niveles de vida de los campesinos e indígenas del mundo, han llenado las zonas rurales de una arqueología de residuos modernos. (CERNEA, 1985, p. 23)

Fica evidente, em análises explícitas na obra, que a garantia do sucesso e avanço dos projetos de desenvolvimento dependem do envolvimento direto dos beneficiários, de modo que se possa evitar a ingerência de interesses externos ao projeto e a dependência, proporcionando a orientação sobre a burocracia responsável pelo desenvolvimento.

Outros estudos foram desenvolvidos colocando em pauta a necessidade da *participação* e, ao mesmo tempo, problematizando a noção de *capital social*. A pesquisa empreendida por Higgins, desenvolvida como 'mais que uma curiosidade bibliográfica', leva à problematização do conceito de capital social, numa experiência de trabalho num projeto de alcance regional, na Colômbia, financiado pelo Banco Mundial, e executada em parceria com várias organizações da sociedade civil, entre os anos de 1997 e 2000 (BOEIRA & BORBA, 2006). O tema recorrente nos debates era saber se a proposta de fortalecer as redes sociais, formadas por organizações comunitárias, "tinha como meta fazê-las ganhar em eficiência econômica, ou se também deveria apontar, de forma clara, a melhoria da participação cidadã para o controle político das instituições públicas locais" (BOEIRA & BORBA, 2006, p. 27).

São vários os estudos e pesquisas sobre *capital social* realizadas por estudiosos economistas, sociólogos e cientistas políticos, que verificaram comunidades e/ou grupos que conseguiram melhores condições de vidas, em suas regiões, em função do *capital social*. Partindo desse conceito várias questões são levantadas, principalmente em função do desenvolvimento de determinados grupos, enquanto outros não conseguem vencer ou superar os problemas e também atingir o mesmo nível de desenvolvimento, que a princípio seria semelhante. As pesquisas desenvolvidas, nesse âmbito, costumam deter-se na estrutura formal dos laços ou relações que formam uma rede social, e até no conteúdo desses laços. Através das relações nos grupos e demais espaços que se explicam, então, as motivações e as habilidades que são necessárias para a formação do *capital social*.

A ênfase nas relações a serem construídas e (re) construídas pela organicidade no MST, a partir de reflexões de sua organização interna, de participação dos atores sociais nos diversos espaços, tais como núcleo de base, núcleo de moradia, setores, brigadas, coordenação estadual e direção estadual; relações que vão gerando "conexões", laços de afinidades, confiabilidade, entre outros, são muito próximos ao conceito de *capital social*.

O conceito de *capital social* não se apresenta de forma única, mas sim heterogênea, com base nos seguintes preceitos: i) participação em organização social; ii) atitudes cívicas; iii) cooperação e sentido de confiança entre os membros. Cunha (2002) sinaliza duas vertentes principais sobre a teoria do *capital social*, surgidas na década de 1980: i) uma associada ao sociólogo francês Pierre Bourdieu, sendo o capital social analisado como uma habilidade individual para acessar recursos coletivos; ii) a outra vertente, desenvolvida pelo sociólogo James Coleman e pelo cientista político Robert Putnam.

Partimos, então, da compreensão de análise de Bourdieu, citado por Cunha (2002), o qual assinala *capital social* como "conexões". Por sua vez, segue destacando que são as

relações sociais, que vão sendo construídas e acumuladas, é que formam o capital “que ajuda a definir, de modo continuado ou duradouro, as chances de um indivíduo qualquer navegar na sociedade”. BOURDIEU (*apud* CUNHA, 2002, p. 152), em sua definição sobre *capital social*, conceitua como:

Um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão vinculados a um grupo, constituídos por um conjunto de agentes que não só são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por relações permanentes e úteis.

Para o autor, o volume desse capital que nós possuímos, envolvendo o econômico, o cultural e o simbólico, vai depender das suas relações, aonde cada membro do grupo que vai desenvolver e, ao mesmo tempo, adquiri-lo.

A partir do volume de capital os agentes vão assumindo seus espaços, que são diferenciados. Diante da teoria de *espaço social*, Bourdieu (2001a) afirma que é na relação de força que a posição de determinado agente vai ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, ou seja, na distribuição de poderes que atuam em cada um deles, muitas vezes influenciado pelo capital econômico. Para o autor, mesmo havendo distinção entre os capitais, o *capital social* não é completamente independente do capital econômico e cultural do indivíduo, ou mesmo do grupo. Ainda que o capital econômico seja a fonte de outras formas de capital, o *capital social* tende a se transformar em capital econômico, ou até em capital cultural. Bourdieu (2001a) considera a participação dos indivíduos em grupos como meio de apropriar-se de benefícios, seja de cunho material, seja simbólico, que por sua vez gera a reprodução do capital social, necessário para a durabilidade das redes e relações sociais.

Apesar da vasta utilização da teoria de Bourdieu no campo das ciências sociais, é pela vertente formulada por James Coleman, no final da década de 1980, que a teoria de *capital social* ganha maior expressão. Essa teoria também ganha expressividade através do trabalho do teórico Robert Putnam, quando lança sua obra *Comunidade e Democracia* (1993). Para Cunha (2002, p. 152) nessa vertente do *capital social* “está associado com o sentimento cívico e comunitário ou com a solidariedade numa sociedade de indivíduos motivados pela escolha racional”. Na compreensão de Cunha (2002), em Putnam a idéia central do *capital social* é que as redes sociais têm valor. Contatos sociais afetam a produtividade de indivíduos e grupos. Entende, também, que as organizações sociais favorecem laços sociais de confiança, que por sua vez ampliam o processo de cooperação.

Nas análises teóricas observamos a apropriação do conceito de *capital social* por parte das instituições governamentais, com o intuito principal de construir indicadores, a partir do processo de participação dos atores sociais, podendo gerar desenvolvimento nas comunidades por meio das políticas públicas que são implementadas, diante da proposta de desenvolvimento territorial. Existem programas governamentais que acreditam no acúmulo de *capital social* como fundamental no processo de desenvolvimento em regiões pobres, como assinala a passagem de um documento da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) ligada ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), que tem como missão “apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas”¹³. Em seus documentos de estudo e avaliação das políticas públicas, elaborados para uso interno¹⁴ da Secretaria, considera:

O capital social vem sendo compreendido como um fator endógeno às comunidades e grupos sociais, que pode ser fortalecido e desenvolvido, assumindo características de elemento fundamental em processos de desenvolvimento sustentável em regiões de manifesta desigualdade. Regiões que apresentam baixos indicadores de desenvolvimento frequentemente são também regiões cujo capital social é pouco desenvolvido ou pouco empregado em ações de expressivo valor para a solução de problemas de interesse público. Inversamente, regiões dinâmicas e realizadoras demonstram uma maior capacidade de mobilização, organização e participação, favorecendo iniciativas coletivas que dependem em grande medida, da coesão social, solidariedade e confiança dentre os que delas participam. (DUNCAN, 2005).

Tratando-se de programa de desenvolvimento, a preocupação primeira é que as relações através de redes, por meio da organização e participação, possam gerar o desenvolvimento econômico, independente do controle social em torno dos programas. Parte-se do pressuposto de que, uma vez fortalecida a organização e a participação dos atores sociais, é possível gerar o “desenvolvimento sustentável”, e por meio de sua participação gerar o acúmulo de capital social. Nesse sentido, HIGGINS (*apud* VIEIRA, 2008) chama atenção sobre o uso do conceito de *capital social*, pois para ele tal conceito teria permitido às agências multilaterais compreender como o não-econômico, o não-mercado, faz trabalhar

¹³ Assim encontra-se a definição no portal do MDA/SDT - <http://www.mda.gov.br/sdt/> (acesso dia 13 de abril de 2009)

¹⁴ Documento intitulado: CAPITAL SOCIAL. UM ATIVO PARA O EMPODERAMENTO? (Sumário preparado para uso interno da SDT), elaborado por DUCAN, 2005. Mesmo definido como de uso interno, o texto encontra-se disponível na internet.

melhor o econômico, ou seja, possibilitar a produção de um novo consenso “mais seletivo a respeito de onde e como direcionar o rol dos fatores não-econômicos no desempenho econômico” HIGGINS (*apud* VIEIRA, 2008, p. 182). O autor considera que essa análise permite entender a aproximação recente do Banco Mundial com os setores “não politizados” da sociedade civil.

Contudo, não é pretensão trazer essas discussões, nem mesmo as diversas análises em torno do *capital social*, mas sim referir o contexto em que emerge a necessidade da participação e organização no MST. O princípio de que através das relações é possível o acumular, não só bens *materiais* como bens *imateriais*. Ressalta-se que as temáticas da participação e da organização não surgem naturalmente, mas integram o contexto, estão imbricadas na realidade do movimento e das famílias sem terra. Esse é o contexto social no qual o MST articula sua visão de organicidade.

1.2. As transformações nos movimentos sociais no Brasil

O debate sobre a participação, organização e a noção de *capital social* envolve também as ações dos movimentos sociais que, pelas suas trajetórias de lutas, vão realizando as transformações que consideram necessárias. Nesse sentido, é fundamental trazer alguns pontos relevantes, já estudados anteriormente, de forma que possam contribuir com as reflexões sobre a construção da organicidade no MST, foco central deste trabalho, partindo da compreensão teórica sobre os movimentos sociais, uma vez que tratamos de um movimento que se insere no contexto da luta social no país.

Os estudos sobre os movimentos sociais, para Gohn (1997a), começam a ganhar espaço e densidade, em várias regiões acadêmicas do mundo ocidental, a partir dos anos 1960, em função da visibilidade dos movimentos na sociedade, aparecendo como fenômeno histórico-concreto. Já no espaço da discussão teórica em torno do social, teorias sobre ações coletivas ganham novo viés, ampliando o seu universo e construindo uma nova teoria sobre a sociedade civil (GOHN, 1997a). Em sua obra *Teoria dos Movimentos Sociais*, a autora analisa tal temática pelos diversos paradigmas de cunho europeu e latino-americano, dedicando-se a análises de vários autores sobre a questão dos movimentos sociais.

Diante das diversas teorias desenvolvidas sobre os movimentos sociais, Gohn (1997a) revela que estudiosos alertam que ainda existem lacunas na produção acadêmica, uma vez que os movimentos transitam, circulam, e se desenvolvem em espaços não consolidados, de estruturas e organizações sociais. Muitas vezes, questionam as estruturas e propõem novas

formas de organização à sociedade política, mas, é a partir da sua mobilidade, das suas ações, que o movimento vai definindo sua dinâmica de atuação.

Ao tratar das ações dos movimentos, Gohn (1995) define essas ações como “coletiva e de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes sociais e camadas sociais” (GOHN, 1995, p. 44). Para a autora, são as ações que: i) vão politizar as demandas e criar um campo político de força social; ii) estruturam-se pelos repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas; iii) desenvolvem um processo social e político-cultural, e por sua vez criam uma identidade coletiva ao movimento. A identidade é construída pelos valores culturais e políticos, compartilhados pelo grupo.

As análises sobre as ações dos movimentos sociais partem da classificação e definição como “velhos” movimentos sociais (do período que antecede a década de 70), e “novos” movimentos sociais (meados da década de 70 e início de 80). Scherer-Warren (1993) faz essa distinção alertando que não é apenas uma questão temporal, já que, em suas apreciações, discute o que há de novo nos movimentos sociais. É na diversidade das concepções sobre os movimentos sociais que surgem vários estudos, por meio de diversos paradigmas. Gohn (1997a) alerta para a não existência de um único conceito sobre movimentos sociais, mas vários, os quais variam de acordo com as categorias envolvidas. Vale ressaltar que, nesses estudos teóricos, a Igreja aparece como um forte elemento de análises por desempenhar um significativo papel através de sua atuação junto aos movimentos que foram surgindo no Brasil.

1.2.1. O papel da igreja nos movimentos sociais

Os movimentos ditos “tradicionais”, ou melhor, movimentos populares, das décadas de 70 e 80, se configuram no cenário nacional pela forte influência da igreja católica, principalmente através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a partir de pressupostos da Teologia da Libertação. Cunha (2002) observa que:

A Teologia da Libertação partia de uma necessidade política: ‘construir uma sociedade justa e fraterna, onde os homens possam viver com dignidade e ser agentes de seu próprio destino’, especialmente nos países subdesenvolvidos e oprimidos’. (CUNHA, 2002, p. 159).

Em face desses preceitos, a igreja passa a atuar e contribuir na luta que se configura por meio dos movimentos populares, principalmente dos trabalhadores que lutavam por um “novo” sindicalismo, independente do Estado. Uma das formas de atuação da igreja é pelas

CEB's, que "se apresentavam como alternativa de mobilização popular diante da repressão aos movimentos populares" (CUNHA, 2002, p. 160), bem como o fortalecimento do MEB¹⁵, que tem como missão:

Contribuir para promoção integral e humana de jovens e adultos, através do desenvolvimento de programas de educação popular na perspectiva de formação das camadas populares para a cidadania, buscando trilhar os caminhos de superação da exclusão social¹⁶.

Nessa perspectiva, desde a década de 1960 a igreja já tinha a preocupação de desenvolver um trabalho de formação voltado para a "inclusão social", provocando a expansão de sua atuação em diversos espaços, inclusive contribuindo com a luta dos trabalhadores, seja da cidade ou do campo.

Com intuito de ampliar suas bases de atuação, nasce na igreja a Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹⁷ em junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, realizado em Goiânia, por ocasião da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Essa influência da Igreja tem continuidade na luta pelo país, por meio da organização e da participação dos trabalhadores e trabalhadoras, que por sua vez vão dando outra dinâmica a partir das práticas sociais que vão sendo estabelecidas nesses espaços de debate e discussão.

É essencial destacar o papel da igreja, na década de 70, quando surge o MST. Além de militantes e dirigentes que atuaram na igreja católica, a metodologia de atuação do Movimento, através da formação, organização das táticas de lutas e negociações junto ao Estado, exigia um intenso trabalho de base, e os espaços de apoio para esse trabalho foram justamente os da igreja, como também de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

No entanto, é por volta do fim dos anos de 1980 e início da década de 1990 que os movimentos populares e dos trabalhadores começaram a entrar em declínio, período também de crise nas CEBs. Momento esse que começam a surgir "novos"¹⁸ movimentos sociais (NMS) em que ocorrem alterações no cenário da participação social, principalmente nos anos 90: "[...] O surgimento ou renascimento de novas lutas sociais, de caráter cívico, como a Ética na Política, a Ação pela Cidadania Contra a Fome, ou os Movimentos de Apoio aos Menores

¹⁵ MEB é um organismo vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, constituído como sociedade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Distrito Federal. Foi fundado em 21 de março de 1961. <http://www.meb.org.br/meb> - acesso no dia 12/03/2009.

¹⁶ <http://www.meb.org.br/meb> - acesso no dia 12/03/2009

¹⁷ Inicialmente a CPT desenvolveu junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra um serviço pastoral. Na definição de Ivo Poletto, que foi o primeiro secretário da entidade, "os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista". <http://www.cptnac.com.br> - acesso no dia 12/03/2009.

¹⁸ "O próprio Melucci afirma que o 'o novo' nos Novos Movimentos Sociais é ainda uma questão aberta" (GOHN, 1997, p. 124).

de Rua” (GOHN, 1997, p. 11). As novas formas de organização e participação remetem as ações ligadas à identidade humana. Nessas transformações que vão se dando no âmbito de movimento social, o MST também vai construindo sua forma de atuação, e conquistando sua independência como movimento de massa.

1.2.2. Considerações sobre os “novos” movimentos sociais (NMS)

Estudos sobre o paradigma dos novos movimentos sociais trazem suas reflexões situando-os no campo da emancipação social, ou seja, a partir da inserção dos indivíduos de forma participativa e democrática, situam-se pela identidade coletiva da autonomia, bem como da sociabilidade política e cultural.

Como características gerais dos NMS, Gohn (1997a) define: 1) construção de um modelo teórico baseado na cultura. Os teóricos dos NMS negaram a visão funcionalista da cultura como um conjunto fixo e predeterminado de normas e valores herdados do passado; 2) negação do marxismo como campo teórico capaz de ‘dar conta’ da explicação da ação dos indivíduos e, por conseguinte, da ação coletiva da sociedade contemporânea, tal como efetivamente ocorre; 3) elimina o sujeito histórico redutor da humanidade, predeterminado, configurado pelas contradições do capitalismo e formado pela “consciência autêntica” de uma vanguarda partidária; 4) a política ganha centralidade na análise, sendo totalmente redefinida; 5) os atores sociais são analisados pelos teóricos dos NMS, prioritariamente, sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo. Para a autora, os movimentos não surgem espontaneamente. São organizações existentes, atuando junto a bases sociais mobilizadas por problemas decorrentes de seus interesses cotidianos, ou como cidadãos consumidores, ou cidadãos usuários de bens e serviços públicos, que geram os movimentos sociais. Eles não existem *a priori*, tornam-se movimentos pelas ações práticas dos homens na história. Organização e consciência serão fatores chaves para explicar o seu desenrolar. Ainda em suas análises, os NMS se contrapõem aos “velhos” movimentos pelas suas práticas e seus objetivos.

Quanto aos movimentos do campo, Scherer-Warren (1993) destaca a diferença entre os “velhos” e os NMS, encontrada tanto na forma de suas organizações, como no encaminhamento de suas lutas. A autora considera que os “velhos” movimentos, na sua organização, tinham um viés clientelista e paternalista de fazer política, que se utilizavam de instrumentos da *democracia representativa*. Por outro lado, usavam recursos de violência física. Quanto às novas formas de organização no campo, considera a valorização da

participação ampliada das bases e proporciona a democracia direta, descartando o centralismo, o autoritarismo e o uso de violência física. Avalia como inovadora a luta pela ampliação da cidadania, perpassando pela busca de modificações das relações sociais cotidianas. Nos NMS do campo, o que há de novo é a centralidade de uma luta por cidadania “integral”, expressando-se através da construção de uma nova sociedade (SCHERER-WARREN, 1993, p. 72).

Considerando os elementos apresentados como forma de definir os NMS, e olhando para o MST, é preciso observar como este surge, já que nasce com o conceito onde “a luta de classe é central, seu projeto de sociedade aparece de forma bastante clara [...] a identidade que está sendo construída [...] é uma identidade de classe” (RIBEIRO, 2004, p. 33). Do mesmo modo, afirma o dirigente nacional sobre definição do MST:

O debate no MST é o seguinte: somos um movimento de massas e temos que ter massa para fazer luta social. Mas a complexidade da luta de classes exige que a gente tenha **uma organização**, uma **organicidade de militantes** que constrói setores bem organizados [...]. É na organização de massas que se preza pela ideologia, pela doutrina, que se monta o esqueleto das massas [...]. As mudanças sociais no país dependem de um arco muito plural de formas de organização do povo [...].¹⁹ (grifo nosso)

Assim, fica explícita a definição do MST como um movimento de massa onde a organização e a organicidade são elementos fundamentais para o fortalecimento da luta, para as diversas formas de enfrentamento. Observa-se, então, a importância do papel dos militantes na construção dessa organicidade. Nesse sentido, pauta-se a discussão em torno da organicidade do movimento, buscando “adequar” militantes e dirigentes com o intuito de “fortalecer” a luta no campo. Permanece claro que a organicidade é a centralidade no processo da luta, garantindo mudanças e transformações sociais quando bem estruturada e organizada. Por outro lado, é visível perceber que as mudanças dependem da pluralidade das formas de organização do povo. Porém, ainda é embrionária essa relação entre os movimentos sociais, principalmente, entre campo e cidade. Existe uma distância, considerável, quando se pauta a luta de classes e as transformações necessárias dos movimentos. É aonde aparece a construção da Via Campesina²⁰, embora surja como algo que tem muito a se arquitetar diante das especificidades de cada movimento, partindo de suas pautas de luta.

¹⁹ Trecho da entrevista com João Pedro Stédile ao Jomal Sem Terra, 30/01/2009 (<http://www.mst.org.br/mst/jornal>- acesso dia 08/03/2009).

²⁰ A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. Está formada por organizações nacionais e regionais cuja autonomia é cuidadosamente respeitada. Está organizada em 08 regiões: Europa do Leste, Europa do Oeste, Nordeste e Sudeste da Ásia, Sul da Ásia, América do Norte, Caribe, América Central, América do Sul e na África. (http://pt.wikipedia.org/wiki/Via_Campesina, acesso em 20/03/2009)

Com seu caráter de movimento de massa, o MST ganha, então, visibilidade como um dos mais

“combativos e conflituosos, colocando novamente a questão da reforma agrária na ordem do dia [...] Mas, ao mesmo tempo que os movimentos rurais ampliaram e ganharam visibilidade, eles trouxeram à luz uma teia de relações que estava presente nas lutas no campo desde a década de 60” (GOHN, 1997b, p. 17).

Todavia, essa luta tem sua preocupação com a organização e a participação das famílias sem-terra, propondo-se a inserir-se em outro espaço social, o campo, e construir as novas relações e espaços sociais que surgem a partir das ocupações de terras.

1.3. A forma assentamento enquanto “instrumento de luta”

A luta pela terra, que se desencadeou no Brasil, seguiu o modelo de constituição de assentamentos, os quais começaram a se expandir a partir das ocupações promovidas pela atuação dos movimentos sociais do campo. A forma assentamento²¹ leva a uma “necessidade”, socialmente construída, de “organização” das famílias sem-terra. A formação dos assentamentos ocorre de diversas maneiras, com variações de expansão, número de família, e até a organização do espaço social. A criação do assentamento pressupõe conflitos, de acordo com Sauer (2005, p. 59):

A mobilização e organização sociais, o enfrentamento com os poderes políticos locais e nacionais, as disputas com o latifúndio e com o Estado e os questionamentos das leis de propriedade caracterizam o que Bourdieu definiu como “as lutas pelo poder de di-visão”, as quais são capazes de estabelecer territórios, delimitar regiões, criar fronteiras.

Essa passagem caracteriza bem a constituição dos assentamentos de reforma agrária, uma vez que o governo buscou outros canais, outras formas de implantação de assentamentos e/ou aquisição de terras, como o programa Banco da Terra²², sem êxito algum. As ocupações

²¹ “Assentamento, enquanto substantivo compreende-se o conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal (no caso de aquisição, também, pelos governos estaduais) com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária. A expressão assentamento é utilizada para identificar não apenas uma área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista, mas também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais” (CARVALHO, 1999, p.08).

²² Banco da Terra, criado através da Lei Complementar nº93 de fevereiro de 1998, com a finalidade de financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural. São beneficiários do Fundo: I - trabalhadores rurais não-proprietários, preferencialmente os assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários, que comprovem, no mínimo, cinco anos de experiência na atividade agropecuária; II - agricultores proprietários de imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar, assim definida no inciso II do art. 4º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e seja, comprovadamente, insuficiente para gerar renda capaz de lhe propiciar o próprio sustento e o de sua família. Essa proposta de Banco da Terra foi criada para evitar a continuidade das ocupações de terras, além de proporcionar negociata direta com os latifundiários, instalando assim uma reforma agrária de mercado.

de terras continuaram, em todo território nacional, regadas de conflitos entre “proprietários” de terra e sem-terra, provocando a criação de diversas áreas de assentamentos, mesmo em processos tardios. A resistência e permanência das famílias prosseguem na luta pela desapropriação da terra.

Os assentamentos são analisados de diferentes formas e concepções, perpassando vários espaços de estudos e debates. Para Fernandes (2005), os assentamentos são territórios que se constituem em espaços políticos que variam de acordo com os movimentos camponeses e sua organização “socioterritorial”. Até mesmo as famílias independentes de vínculo organizacional mantêm uma identificação com suas próprias políticas, ou seja, não é necessária uma organização formal para que se constituam as necessidades de um assentamento.

Segundo Carvalho (1999), o processo de criação de um assentamento, apesar de se configurar como um ato administrativo formal, na maioria das vezes, é fruto da luta dos trabalhadores do campo pela democratização da terra. O autor considera que a complexidade de transição histórica dessa luta extrapola o ato administrativo da sua formalização institucional, uma vez que atravessa o processo de acampamento para assentamento. Para tanto, acrescenta que nesse processo de transição começa a surgir uma nova organização econômica, política, social e ambiental na área. É pela posse da terra que começa a existir uma diversidade social das famílias camponesas.

Nesse processo de desapropriação, começa o procedimento de inserção das famílias na propriedade privada, momento que os assentados passam a ter o domínio de seu lote. Começa também a desencadear todo um processo de implantação de infra-estrutura: construção das habitações, escolas, postos de saúde, estradas, enfim, os espaços põem-se a organizar-se. Mas, vale ressaltar que não acontece de forma automática, exige um método de organização interna dos atores sociais. Como destaca Carvalho (1999), esse momento é também de desenvolvimento de uma nova superestrutura política e ideológica correspondente a nova organização social: criação de associações, cooperativas, grupos de trabalho, Núcleo de Base, entre outros, além da instalação de espaços religiosos. Novas relações serão estabelecidas junto ao poder público local, seja de caráter formal, seja informal, em relações com outros movimentos, sindicatos, prefeitura, Incra, entre outros. Essas relações acontecerão tanto internamente, quanto externamente. As pessoas estarão convivendo, se relacionando, em determinado espaço físico, precisando fazer dele um espaço econômico, político, social e ambiental, aonde possam reproduzir meios de vida e de trabalho, construir formas de governo localizadas e, além disso, realizar seus sonhos (CARVALHO, 1999).

A estruturação e organização do assentamento aludem para múltiplos fatores, indo além da conquista da terra. Começa-se, então, a se estruturar outro cenário, uma (re)organização que está implícita, principalmente nas relações sociais entre as famílias que ali convivem. Na formação do assentamento, SABOURIN (*apud* MIRANDA, 2007) considera que há uma exigência predominante na criação de instituições formais, com objetivo de apoiar juridicamente as famílias assentadas, isto é, uma representação que seja de caráter externo, visando o acesso direto a linhas de crédito. A partir dessas exigências que aparecem como pré-requisito na constituição do assentamento, logo flui o debate sobre a criação dessas instituições jurídicas por estarem atreladas aos benefícios, tanto de cunho coletivo, como individual.

Nesse processo de estruturação no assentamento, as coisas não acontecem de forma simples e com conquistas imediatas, mas na prática de inserção e organização das famílias. Para Neves (1999), a inclusão das famílias em uma área de assentamento gera a participação, seja em situações de mudanças desejadas, seja em mudanças necessárias, muitas vezes impostas. E continua:

Independente das condições em que os assentados se associam ou se dissociam, enquanto demandantes do processo de assentamento devem se integrar a mudanças compulsórias deve aderir a um sistema de crenças que contribui efeitos positivos às transformações. Neste processo, é fundamental que incorporem a concepção de que a conquista dos recursos desejados só é alcançada se os demandantes se constituírem em grupos de interesses, organizando-se para influenciar o poder político no sentido favorável às preocupações sociais que tomem a cargo, estruturando protestos e institucionalizando suas lutas. (NEVES, 1999, p. 2-3).

Nesse processo de constituição e estruturação do assentamento, a organização e a participação não aparecem de forma natural. As instituições governamentais determinam como condicionante do acesso a bens, a criação de organizações jurídicas, em que as famílias se mobilizam e se organizam de acordo com os interesses e afinidades dos grupos que vão sendo formados no espaço do assentamento, que por sua vez fazem as relações internas e externas de cunho político, econômico e/ou cultural. Desse modo, o processo do assentamento se configura como uma forma coletiva, que se expressa por um conjunto de acontecimentos e práticas que denunciam sua forma de descontentamento. Entretanto, o fortalecimento da ação coletiva pressupõe uma intensa participação e adesão dos atores sociais (NEVES, 1999). A inserção dessas ações coletivas nesses espaços envolve novas práticas voltadas para a construção de novo estilo de vida, atravessando todas as esferas da estrutura organizativa.

Vale ressaltar que esse processo de formação de assentamentos rurais provoca uma dinamização, não só em nível de estado, mas em âmbito municipal. Estes são dinamizadores da economia local, favorecendo ganhos, não apenas economicamente, mas proporcionam os ganhos políticos e sociais para as famílias que se tornam assentadas. Do mesmo modo, sua região e seu entorno são favorecidos, uma vez que pela criação do assentamento segue a sua organização e estruturação, principalmente nas regiões onde se concentram várias áreas de assentamentos LEITE et al (*apud* VALADÃO, 2005).

A dinamização se dá em função de como o espaço social se constitui, ou seja, o assentamento é um espaço social e geográfico de continuidade da luta pela terra. Há que se dedicar pela sua permanência, requerendo estruturação a partir de bens necessários para sua organização. É um espaço aonde se encontram diferentes famílias e histórias de vida, intensificando os laços que começaram a ser construídos no período de acampamento. São novos processos de relação que são traçados nessa teia, novas identidades sociais que podem gerar novos atores sociais e políticos. As relações serão permeadas por fatores de mediação real e simbólica, ou seja, a terra, o trabalho e a produção (SAUER, 2005).

O assentamento, quando criado, já tem uma trajetória de vivência construída no tempo de acampamento, período que varia com o procedimento de desapropriação. Mas, nesse processo de ocupação de terra, organização do acampamento, depois sua transformação em assentamento, forja lideranças, produz solidariedade, luta para sanar as situações de tensões, ou seja, seu conjunto é capaz de produzir mudanças, reconhecer direitos e, também, *gerar novas relações de poder* (BERGAMASCO; FERRANTE, 2005), principalmente na organização dos espaços como associações, cooperativas, entre outros. Sendo assim, os “riscos e as incertezas são os principais entraves à organização social e produtiva dos assentamentos rurais” (MIRANDA, 2007, p. 31). Ainda nessa análise, os movimentos sociais e os órgãos governamentais têm fomentado a criação de instituições nos assentamentos, tais como: cooperativas, associações, entre outras, como portadoras, interlocutoras junto ao governo e órgãos financeiros. Entretanto, observa que, apesar da mobilização desenvolvida em torno destes, os recursos disponibilizados são insuficientes para atender a demanda das famílias em áreas de assentamentos. Do mesmo modo, reconhece que no assentamento diversas outras formas de organização acontecem e as famílias se aglutinam no espaço social conforme as experiências que vão sendo desenvolvidas pelos atores sociais.

Na criação do assentamento, a partir das relações sociais e o fomento à criação de instituições jurídicas, está embutida a idéia de emancipação, pois à medida que as famílias vão sendo beneficiadas em suas áreas, pelo acesso de créditos (instalação e fomento), o Incra

trabalha com a perspectiva de titularização da terra, considerada como a “emancipação”. Porém, tem sido intenso o debate sobre as concepções do que seria, de fato, a emancipação de um assentamento. Para Sauer (2005), a tão sonhada autonomia não está baseada na independência de órgãos e programas governamentais, mas, o que vai definir essa emancipação é o grau de mobilização e organização dos atores sociais do campo. “Conseqüentemente, emancipação não se restringe a um momento – ou a um debate sobre – a partir do qual cessaria o direito de acesso a políticas públicas, mas diz respeito à constituição de ‘sujeitos de suas próprias biografias’” GIDDENS (*apud* SAUER, 2005 p. 62).

Nesse processo de emancipação que envolve os diversos interesses, vale considerar a diversidade dessas *biografias*, pois “a preservação de interesses próprios reproduz o jogo o qual eles partilham as regras devendo ser constantemente redefinidas” BOURDIEU (*apud* NEVES, 1999, p. 3).

Essas especificidades e jogos de interesses são trabalhados de acordo com os objetivos, estando implícito o método de trabalho que cada movimento e/ou organização desenvolve junto aos atores sociais. Tais particularidades também mudam quando são combinadas com a realidade vivida, pois as “biografias” são diversas, incluindo ainda a realidade vivida por cada indivíduo. Esse jogo é trabalhado na perspectiva de estar sempre negociando com o poder público, frente às regras existentes. Em função dessa diversidade e das redes de relações, vão se configurando e (re)configurando aquilo que Neves (1999) pondera relevante no estudo do processo de construção de assentamento rural: considerá-lo como espaço de produção agrícola, de agente político, relevando algumas condições de viabilidade. Durante a interação das redes sociais é preciso considerar o tempo de acampamento como um fator importante na configuração dessas relações, uma vez que ainda encontra-se em processo a desapropriação da terra. O foco principal das famílias é a tão esperada divisão da terra, quando cada um vai adquirir o seu lote, a sua propriedade. Mas, nesse itinerário de espera, a teia de relações vai sendo construída e reconstruída, o que pode influenciar ou não na organização do assentamento.

A criação de assentamentos rurais tem sido uma das lutas do MST em âmbito nacional, uma vez que sua trajetória de luta ainda é caracterizada pelas ocupações de terras de latifúndios. Nesse processo de luta, o MST também vem construindo seu estilo de assentamento, através de matrizes que são analisadas no decorrer de suas conquistas. Vale ressaltar que a criação de assentamentos não é a única forma de fazer a reforma agrária, esse foi um modelo adotado e que, por sua vez, tem se expandido no Brasil. Outro fator importante é que, na medida em que se criam os assentamentos, o poder público e instituições de governo

começam a considerar todas as famílias como *assentadas*, passando a adotar o termo, automaticamente, quando as famílias entram na relação de beneficiário (RB). Só tem acesso aos bens de serviços no projeto de assentamento (PA - assim designado pelo Incra) as famílias que estejam cadastradas na instituição, ou seja, que esteja em RB e, posteriormente, no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA).

1.3.1. Assentamento na concepção do MST

A criação e estruturação do assentamento pressupõem um bom trabalho ainda em fase de acampamento. Para o MST, o acampamento é um espaço educativo e de grande importância para a organização futura das famílias. Para tanto, considera que é importante combinar sete *ações*

(...) que permitirão criar condições para a modificação do meio social (assentamento), o qual implicará decisivamente na conduta e na consciência da futura família assentada. Essas 7 ações deverão ser discutidas ainda no acampamento. (ANCA, 2002, p. 09).

As ações propostas pela Anca (2002) são as seguintes: 1) controle político sobre o projeto de assentamento e o corte da área; 2) sorteio em grupo de famílias; 3) processo de titulação; 4) organização da moradia; 5) organização dos núcleos de base; 6) organização da produção e da cooperação agrícola; 7) formação como método de acompanhamento e qualificação da consciência.

Essas ações devem ser debatidas partindo dos espaços que são construídos internamente para essa possível discussão, como: núcleo de base, setores, coordenações, brigadas, entre outros. Apesar de existir uma proposta em âmbito nacional, as regiões vão definindo as suas formas internas de organização, que começa no trabalho de base, (re)configurando-se até o processo de criação do assentamento, em que é construída a dinâmica interna. Mas, essa prática organizativa vem provocando análises diversas, visões como: o MST se “coloca como tarefa no interior desses espaços sociais, assumindo um papel de agente civilizador dos indivíduos (des)qualificados”. (CAUME, 2002, p. 108). Para o autor, no MST a “objetivação que se dá igualmente em procurar fabricar indivíduos capazes de colocar os interesses do MST acima de seus desejos e motivações” (CAUME, 2002, p.108). Por outro lado, outras concepções aparecem:

(...) O MST é considerado como educador enquanto movimento social e cultural. Sua presença, suas lutas, sua organização, seus gestos, sua linguagem e imagens são educativas, nos interrogam, chocam e sacodem valores,

concepções, imaginários, culturas e estruturas. Constroem novos valores e conhecimentos, nova cultura política. Formam novos sujeitos coletivos. (ARROYO *in* CALDART, 2000, p. 11)

Esses valores, essa dinâmica educativa, seja de cunho formal ou informal, que o MST proporciona às famílias, começa ainda no tempo do acampamento, seguindo nas áreas de assentamentos. Para o MST, além das sete ações apresentadas como fundamentais na organização do assentamento, existem outros elementos que são imprescindíveis na sua estruturação, como os serviços internos, transporte, mercadinhos, borracharia, entre outros. Esses serviços são discutidos ainda no período de acampamento. Um debate que passa pela coordenação do acampamento para que esses serviços sejam inseridos de forma organizada.

A organização e estruturação do assentamento é um dos grandes desafios para o movimento. As famílias passam a viver o processo de transição de acampamento para assentamento, onde as relações começam se diferenciar, principalmente, quando as famílias estão se estruturando a partir da parcela individual de terra, como ocorre na maioria dos casos. Na criação do assentamento a família passa ser uma relação maior com seu lote, como aparece no depoimento de uma liderança nacional do MST, na tese de Peschanske (2007)²³:

Na medida em que os assentamentos vão ficando velhos começa haver desgastes das lideranças e muitas discordâncias vão aparecendo. O assentado deixa de ser Sem Terra (de luta) e passa a se comportar como pequeno proprietário. Logo, as decisões das instâncias não tem força de chegar até a base [...] Pensamos que dentro do Movimento de massas tinha de ter a organização de massas, ou seja, uma estrutura de quadros e militantes conscientes para enfrentar esses desafios. Era preciso equilibrar o crescimento massivo com a massificação da formação²⁴. (Depoimento de Ademar Bogopeschanske, 2007, p. 157).

Esse problema nos assentamentos não é exclusividade de uma região e/ou estado, mas se enfrenta em âmbito nacional. O depoimento refere-se, especialmente, ao processo de reestruturação do MST. Época em que o movimento resolve ampliar a participação dos atores sociais das áreas de acampamentos e assentamentos pela criação de novos espaços de discussão e debate, na perspectiva de fortalecer a organicidade interna das áreas. Um dos limites e dificuldades que aparecem no MST é exatamente em áreas de assentamentos mais antigos, aonde as famílias criaram fortes laços com seus lotes e desenvolvem suas atividades, cada vez mais, de forma individual. Os desafios são grandes, pois nem sempre as estruturas organizadas internamente conseguem resolver os problemas que surgem cotidianamente nos

²³ O autor publicou na íntegra (anexo em sua tese) as entrevistas realizadas com dirigentes do MST e declarou em sua tese que o objetivo é a utilização desse material em outros trabalhos que por ventura necessitem do mesmo.

²⁴ Fragmento de uma entrevista realizada pelo autor com um dirigente nacional do MST.

espaços dos assentamentos. A dinâmica construída no processo de assentamento é que vai delineando os conflitos que vão surgindo internamente. É fundamental entender que, muitas vezes, os conflitos gerados são frutos de um processo de luta e formação (iniciado no tempo do acampamento). As famílias engajam-se em diversos espaços que são regidos por normas e regras, norteados pela necessidade da permanência na área e pela participação em grupo de família e/ou setores, ou outros espaços.

O MST tem uma proposta de organização e consolidação na forma assentamento, como bem define o material do setor de formação sobre a missão que deve ser traçada através da atuação dos militantes nesses espaços:

Na missão perseguimos permanentemente nosso objetivo estratégico, precisamos aplicar e desenvolver dentro da organização: um **programa agrário** (que tem o conjunto de propostas para mudar o meio rural e que orientam nossas ações táticas); as lutas de massa, como forma de ir obtendo conquistas concretas e alterando a correlação de forças. E precisamos alterar o nível de consciência de nossa base, passando da consciência ingênua para a consciência política. (CONCRAB, 1998, p. 25) (grifo nosso)

Nessa perspectiva, o Movimento pensa a concretização das áreas de assentamentos a partir de uma política macro em torno de um programa agrário que possa, de fato, implantar os projetos partindo de uma lógica que atenda as necessidades dos atores sociais do campo. Apesar de o Movimento propor um rompimento com a política que ainda traz ranços de um passado colonial e escravocrata, enfrenta duas das maiores dificuldades na criação de um assentamento, isto é, o parcelamento da terra, a individualização dos lotes, quando estes se tornam propriedade privada. Tal modelo não rompe com o já existente. Além de trazer algumas preocupações com a utilização dos recursos naturais, que tem uma forma de controle no período de acampamento, ao tornar-se assentamento são novas as relações homem-natureza, que também precisa estar na pauta das instâncias de discussão interna e externa de cada área. É pela proposta de política agrícola e agrária que o MST sugere romper com velhas estruturas e buscar novas formas de estruturação e organização social nas áreas de assentamentos de reforma agrária.

Para o MST, através dessa sugestão de organização e estruturação dos assentamentos, o viés é que se consolide uma proposta que venha, de fato, atender às necessidades e especificidades de cada região e/ou estado. A princípio os assentamentos de reforma agrária do MST são uma conquista, fruto da luta pela terra, por isso deverão desenvolver um papel que proporcione desenvolvimento para as famílias que ali estão inseridas. “(...) a realização do

assentamento, (...), se constitui na materialização e construção do território camponês” FABRINI (*apud* VALADÃO, 2005, p. 70-71).

Na constituição e organização desse território são colocadas as provocações por meio da proposta do Movimento, o qual considera relevante a clareza na concepção da prática militante, desenvolvida tanto na área de acampamento como no assentamento. Nessa perspectiva, propõe aos militantes desafios de natureza política: a) “revisar o modelo de assentamento; b) romper com o clientelismo político; c) organizar a nucleação de base; d) envolvimento com a sociedade local; e) relacionamento com o mercado; f) a vida cultural nos assentamentos”. (CONCRAB, 1998, p. 26-27). Indica, também, desafios relacionados aos aspectos econômicos, os quais estão baseados na construção de alternativas partindo das necessidades das famílias, sem adoção de um modelo, mas com definições e objetivos claros em torno do que se pretende desenvolver. Para a Concrab (1998), outro desafio está relacionado aos aspectos organizativos ou ideológicos. Esse conjunto deve ser compreendido pelo militante para compor a concepção de assentamento que deve ser desenvolvida junto com as famílias. Esse entendimento sugere estudo e certo acúmulo de conhecimento para que se concretize a proposta desejada, pois desenvolver essa tarefa requer formação a partir dos objetivos determinados, para se reproduzir na prática a proposta de assentamento. Nesse contexto, assumir a tarefa de militante implica em determinadas habilidades, pois para se “encaixar”, adequadamente, é preciso que tenha domínio da leitura e da escrita.

Os desafios frente à organização e estruturação do assentamento são grandes. Os militantes devem passar por um processo de formação para enfrentar as intervenções que surgem dos órgãos e/ou instituições privadas, nas áreas de acampamentos e assentamentos. Eles também têm propostas de projetos para desenvolver nessas áreas, projetos que se chocam e causam divergências internas e, muitas vezes, trazem prejuízos para as famílias assentadas. As políticas públicas, quase sempre, definem as estruturas e, até mesmo, o “modelo” de assentamento desconsiderando as realidades existentes. Uma vez criado o assentamento o processo de intervenção das políticas públicas é desencadear-se. Dependendo da área e do modo como as famílias estão agrupadas, o acesso a esses bens chega das mais variadas formas. Como destaca Fernandes (2005):

Além dos movimentos camponeses, outras instituições que trabalham nos assentamentos e também influenciam as opiniões dos moradores, como por exemplo: órgãos públicos- INCRA, Instituto de Terra do Estado de São Paulo (ITESP), universidades- e as organizações não-governamentais. Todas essas instituições defendem projetos de desenvolvimento que representem modelos

no que se refere à localização dos serviços (campo ou cidade) e o tempo de implantação dos recursos. (FERNANDES, 2005, p. 127-128).

É exatamente nesse emaranhado de intervenções, de modelos de projetos e concepções de assentamentos, que vai acontecendo a intervenção nas áreas de assentamentos. Nesse sentido, o MST valoriza, na construção desses espaços, a necessidade da participação e, por sua vez, a organização das famílias acampadas e assentadas. “Somente através da organização podemos perceber quais os nossos limites e cumprir com as exigências de saber renunciar aos hábitos e prazeres que não favorecem a todos” (CONCRAB, 1998, p. 108-109). Assim, a partir de sua luta, marchas, caminhadas e intervenções nas áreas de acampamentos e assentamento, o MST construiu uma proposta de organicidade que possa atender os princípios e objetivos do Movimento, definindo-se como um “movimento de massa”.

1.4. Organicidade no âmbito do MST

O MST, desde a sua gênese, prima pela organização e participação das famílias no processo da luta pela terra e, por sua vez, pela concretização de uma reforma agrária que venha atender, realmente, os interesses dos camponeses. A necessidade da organização e da participação torna-se evidente, seja em textos produzidos para estudo como nos livros elaborados por dirigentes que contribuem no processo de formação, como vemos na seguinte passagem:

Os trabalhadores somente poderão cumprir com seu papel se estiverem organizados. Este papel cabe por sua vez a uma organização que se proponha orientar e dirigir, sabendo claramente para onde deve ir, e, juntamente com todas as forças, desenvolver lutas para fazer acontecerem os objetivos traçados. (BOGO, 1999, p. 25)

Fica clara a necessidade da organização, mas por outro lado observa-se que, nesse propósito de “orientar” e “dirigir”, está implícito o poder, o qual provoca disputa nos espaços e nas relações entre as famílias. São disputas de caráter interno e externo. Um processo que causa tensões na organização interna, mas que busca alcançar os “objetivos traçados” nos embates com latifundiário e/ou instituições que intervém na construção do assentamento.

A organização e a participação das famílias acampadas e assentadas não se dão de modo natural, vão sendo construídas e trabalhadas a partir das relações no espaço social. A organicidade quando arquitetada nem sempre consegue inserir todas as famílias, pois muitas fazem a opção de não participar. Isso não significa que deixem de receber benefícios. Como

diz Fernandes (2005), estas famílias também mantêm algum tipo de identificação com as propostas políticas do assentamento.

Durante a construção da organicidade, o MST, partindo da necessidade de organização enquanto movimento de massa, procura construir uma organicidade com o objetivo de envolver as famílias em áreas de acampamentos e assentamentos, garantindo a ligação entre as instâncias de cunho local, regional, estadual e nacional. O fio condutor da organicidade é fazer com que aconteçam movimentos capazes de garantir uma sintonia, que perpassa desde o núcleo de base até a direção nacional do MST, ampliando a participação das famílias no processo decisório da luta. Para garantir a organicidade, o Movimento requer uma estrutura e, esta tem se configurado como um grande desafio, já que ainda é limitante o funcionamento das estruturas em áreas de acampamentos e assentamentos. No entanto, a intenção do movimento é que essa estrutura instale um processo democrático que exige certa complexidade no seu funcionamento. Para Caldart (2000), a construção da organicidade é importante nas instâncias e setores, porque essa lógica vai contra os princípios do isolamento, consolidando o princípio de um Movimento de articulação nacional. Tal articulação é que vai dar o ritmo da organicidade no Movimento, gerir a participação das famílias, e dar o caráter no processo organizativo nas áreas de acampamentos e assentamentos. Esse propósito de organização das famílias, além de objetivar o enfrentamento e resistência no campo, tem a intencionalidade de proporcionar a autonomia das famílias. Autonomia essa que vem provocando divergência no debate:

Ao adotar a perspectiva totalizante dos grandes esquemas políticos das tradições ortodoxas do marxismo, que desqualificam as diferenças e alteridades sociais, além de impedir a autonomia das formas organizacionais microsociais, locais e regionais, pois ameaçariam a existência de sua própria dimensão nacional, o MST, enquanto uma organização política tem, de fato, atuado mais como freio à emancipação dos mais pobres do campo, estes últimos servindo, muito mais, aos propósitos, nem sempre explícitos, do corpo dirigente da organização. (NAVARRO, 2002, p. 05)

Por outro lado:

As ações diretas como as ocupações de terras e de prédios públicos e a resistência prolongada nos acampamentos, assim como a implantação de uma pedagogia própria nas escolas, os novos jeitos e maneiras de realizar a formação dos militantes, a busca de formas alternativas de governo dos assentamentos, as místicas e valores adotados como códigos culturais para a afirmação da identidade dos Sem Terra redefinem, na prática social das lutas de emancipação social continuada, novas relações entre o Estado e essa fração da sociedade civil. (CARVALHO, 2002, p. 08)

No entanto, diante do debate há o questionamento sobre a base teórica do MST, que condiciona as famílias a uma forma de organização que impede a autonomia nos espaços de acampamentos e assentamento. Todavia, aparece também a pedagogia do movimento, ou seja, a luta pela terra através das ações que são desencadeadas como um procedimento educativo, considerada como uma prática social que proporcionará a emancipação das famílias. Para avançar no processo organizativo, o MST investe na formação de militantes oferecendo cursos formais ou informais, tendo sua gênese em fundamentos teóricos. Essa base teórica dá sustentação ao debate e organiza a prática junto às famílias. Sendo assim considerados:

Os procedimentos teórico-filosóficos da organização do MST têm como referência matrizes teóricas de dois conjuntos de pensadores: os de caráter universal, como Karl Marx, Friederich Engels, Vladimir Ilitch Lênin, Anton Makarenko e Rosa Luxemburgo, entre outros, e os de caráter nacional: Caio Prado Júnior, Josué de Castro, Paulo Freire e Florestan Fernandes. (RIBEIRO, 2004, p. 40)

É a partir dessa base teórica que se desenvolve a formação, e se inclui também a organicidade, um elemento da essência do Movimento. Mas, pensar a organicidade do MST é refletir partindo dos princípios que foram sendo construídos desde sua origem: sua prática de luta pela reforma agrária, que não parte do marco zero, mas, se baseia em outras lutas pela terra de marco histórico no campesinato brasileiro. A luta que se desenvolve parte do envolvimento das famílias e precede uma prática pedagógica, uma vez que é preciso pensar e planejar toda e qualquer ação a ser desenvolvida. Como manter uma luta de caráter nacional sem criar espaços de discussão em âmbito local, regional e estadual, a partir de um projeto que se deseja construir? A luta pela reforma agrária, no Brasil, exige que as redes sejam fortalecidas, uma vez que o campo vai sendo pulverizado pelas diversas formas de inserção do capital. Nesse sentido, o MST lança seus desafios organizativos:

1) a luta de massas como única forma de avançar a luta pela reforma agrária; 2) nossa força virá do número de trabalhadores que conseguirmos organizar; 3) autonomia em relação a outras organizações; 4) aplicação dos princípios organizativos; 5) lutas a nível nacional. (STÉDILE, 2000, p. 32).

“Para o funcionamento adequado desta lógica organizativa precisam estar garantidos os espaços de participação em todos os níveis. Do contrário, o processo estanca...” (CALDART, 2000, p. 162). Esse processo de participação do MST se origina de uma *práxis* organizativa e prima pela dinamização do Movimento e do fortalecimento das estruturas orgânicas, que são construídas internamente nas áreas de acampamentos e assentamentos.

Acreditamos na idéia de construção de um processo organizativo que valoriza a participação das famílias por meio de uma estrutura proposta, visando à ampliação dessa participação, que vive diversos momentos, mas que não pode ser definido como um processo de evolução, já que o MST declara a influência de outros movimentos como contribuição para sua criação. Consideramos a organicidade como um processo de transformação, pois à medida que o MST discute e propõe suas formas de organização, são as famílias que, pelas relações e práticas cotidianas, vão implantar ou não a proposta, em cada território. A partir daí, constrói-se uma dinâmica específica aonde o interesse é atender às necessidades combinada com a realidade ali imbricada. É preciso considerar que a organização é desnudada das transformações pelas quais o próprio Movimento passa. Portanto, cria e (re)cria necessidades diferentes das anteriores, uma vez que em movimento a dinâmica prevalece. Enfim, as formas sociais não evoluem, mas se transformam.

1.4.1. “Estrutura orgânica” idealizada pelo MST

Por “estrutura orgânica”, o MST entende as instâncias e espaços de discussão no MST: direções (nacional e estadual); coordenações (nacional e estadual); setores; núcleo de base; brigadas; grupos de famílias. Além das instâncias, o MST se organiza por grandes regiões, em status nacional, organizadas de acordo com a realidade de cada estado. A estrutura orgânica tem como objetivo garantir a organicidade do MST, de modo que aconteça uma funcionalidade em âmbito nacional, dando assim o caráter de movimento. Compreendendo como um processo que passa por diversas transformações, essa estrutura orgânica sofre alterações no momento em que as famílias se inserem no processo e conseguem dinamizar pela realidade vivida, através de suas práticas sociais. Essa estrutura é que vai dar “materialidade à práxis” (RIBEIRO, 2004, p. 38).

A princípio, em 1984, o MST foi constituído por uma coordenação provisória, no encontro nacional em Cascavel, no Paraná. Essa coordenação organizou e preparou o congresso que aconteceu em janeiro de 1985. Nesse evento, foi eleita uma coordenação nacional, com dois representantes por estado. Na época, 13 estavam presentes. Até então, o MST só funcionava com essa instância para dar sustentação às ações como um todo. Foi em 1986 que surgiram espaços de estudos sobre a organização política dos trabalhadores, quando foi criada uma direção política. A direção política começou, então, a dar as linhas, provocando a criação de uma executiva nacional, com um representante por estado, e uma coordenação composta de duas pessoas por estado.

Partindo das caminhadas, o processo organizativo vai se transformando. Acontecem momentos de extinção e surgimento de outras instâncias. Então, a direção política é extinta e cria-se uma direção nacional, denominada de DN. Além dessa direção, surge também o Grupo de Estudos Agrários (GEA). A DN tem participação direta de duas pessoas por estado, sendo um homem e uma mulher.

Além desses espaços de debate e deliberações em torno das lutas do MST, nas áreas de assentamentos e acampamentos também se constroem a “estrutura orgânica”, de maneira que proporcione a inserção direta dos camponeses nessa luta. O MST constrói, então, um modo de garantir a participação e organização.

A maneira como está fundamentada no MST tem por base a concepção política de organização de classe, a qual entende que a luta pela reforma agrária só pode avançar se for um processo de transformação social amplo e de longo prazo, com os trabalhadores permanecendo organizados, após a conquista da terra. O seu desenvolvimento representa a passagem do movimento de massas para a organização social, sendo construída desde o lugar social habitado pelos Sem Terra, os acampamentos e assentamentos. (RIBEIRO, 2004, p. 38)

Nesse sentido, se propõe a participação das famílias em diversos espaços, em cada área de acampamento e assentamento. Em 1994, o MST funcionava partindo das seguintes estruturas nas bases: a) assembléia (instância máxima); em seguida vinham outros espaços, como: direção do assentamento, setores: educação, formação, Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), jornal, finanças, núcleos de setores, coordenadores de grupo de base, e grupo de base, dividido em: grupo de base de famílias, grupo de base de jovens, e grupo de base de trabalho. Com essa estrutura, a intenção era proporcionar assembléias de “novo tipo”, animadas com atividades culturais, e também garantir direções colegiadas, nos assentamentos, para evitar o presidencialismo.

A construção da estrutura organizacional no MST não acontece de forma automática e nem surge junto com este movimento, mas parte de uma trajetória histórica que, por sua vez, pressupõe transformação baseada em outras experiências como afirma um dos dirigentes do Movimento:

Segundo Stédile: A estrutura organizacional do MST nem é vertical, nem é centralizada, nem tem hierarquia. Essa estrutura construída, ao longo desses vinte anos, não é mérito nosso; nós a aprendemos nas organizações de camponeses que nos antecederam: com o Master no Rio Grande do Sul, com as Ligas Camponesas, com as Ultabs, com as Frentes Agrárias Gaúchas goiana de Pernambuco, organizada pela igreja juntamente com a Uneb. (STÉDILE in PASQUETTI, 2007, p. 273-274).

Apesar de apresentar a proposta de estrutura organizacional de forma não vertical, ainda é comum nas áreas de acampamentos e assentamentos as coordenações só tomarem determinada decisão após discutirem com a direção estadual. Em certos momentos, os núcleos de base ficam na dependência dos dirigentes locais, ou seja, só encaminham determinada pauta de discussão com a presença do dirigente.

Mas, é pela organicidade que a construção da identidade do Movimento vai se construindo. Quando as famílias são inseridas gera-se o pertencimento enquanto identidade Sem Terra ou não, já que muitas famílias optam pela inserção, porém outras se afastam principalmente em fase de transição de acampamento para assentamento. Mas, para o MST, a “estrutura orgânica” aparece como fio condutor no fortalecimento da luta das famílias acampadas e assentadas e,

O crescimento e ampliação do MST estão vinculados ao grau de organicidade, à aplicação dos princípios organizativos e à capacidade de seus militantes de realizarem mudanças em suas formas de organização, de acordo com as necessidades conjunturais. (RIBEIRO, 2004, p. 41).

A “estrutura orgânica” que o MST constrói a partir de diretrizes gerais, Gohn (1997b) considera que se mantiveram vários pressupostos clássicos de esquerda tradicional, principalmente pela necessidade de uma estrutura com direção, coordenação, comissões, departamento e núcleos, entre outros. Vale destacar que essa estrutura foi pensada para garantir a sincronização entre os núcleos de base, direções, setores e coordenações. Mas, a “estrutura orgânica” por si só não assegura o avanço que se pretende alcançar, por isso, o desafio perpassa pela formação de militantes e dirigentes que possam garantir os avanços. Nesse sentido, a direção deverá ser composta pelos melhores e mais bem selecionados entre os militantes. O movimento deve se articular com outras lutas, principalmente as classistas. Devem-se combinar diferentes formas de luta para cada situação concreta. Dado que as massas se mobilizam sozinhas, em função do imediato, e não se organizam em termos políticos, cabe grande responsabilidade dos dirigentes na condução das lutas dessas massas (GOHN, 1997b). A busca de um bom quadro de dirigentes é exatamente para assegurar que a estrutura orgânica funcione a partir dos objetivos desejados dentro das estruturas que vão sendo criadas, tais como brigada e núcleo de base.

1.4.2. A emergência do núcleo de base (NB)

É a partir da discussão em torno do fortalecimento da “estrutura orgânica” que surge o núcleo de base. Debate fortalecido em 1992 quando começam trabalhar a implantação do núcleo de base em todas as áreas de assentamentos e acampamentos. O núcleo de base aparece com o caráter primeiro de substituir os grupos de famílias que, até então, existiam. O MST lança um manual de organização dos NB’s definindo o seguinte: “os núcleos devem ser criados para responder às deficiências e necessidades que temos dentro da organização do MST” (MST, 1992). Também no manual, o Movimento afirma que a criação dos núcleos de base responde a necessidade de dar maior organicidade ao movimento de massas, uma vez que a estrutura montada não respondia aos anseios do movimento. Para o MST, “o núcleo funciona como a raiz da organização. Onde “não há raiz a árvore não se desenvolve, não floresce e não produz frutos” (MST/PA, 2005a, p. 08). Giselda Coelho Pereira, militante e assentada do 26 de Março, explica sua compreensão de núcleo:

O núcleo é um espaço por onde deve perpassar todos os debates e sugestões do que fazer no acampamento/assentamento, a coordenação tem o papel de coordenar esse processo e os setores de executar as definições tomadas e das demandas construídas. (Entrevista cedida por e-mail em 07 de março de 2009).

A criação do núcleo de base não deve acontecer de forma aleatória. Com intuito de contribuir nesse processo, o Movimento, ainda no Manual (1999), apresenta os seguintes objetivos:

- Organizar e articular os militantes do MST;
- Ser um lugar de estudo, discussão e aplicação de linhas políticas do MST;
- Encaminhar tarefas relacionadas às lutas do Movimento, ou que esteja sendo desenvolvido em conjunto com outros trabalhadores e com a sociedade civil;
- Contribuir com o crescimento político e formação ideológica dos militantes de massa organizada.

Na proposta do núcleo de base, o número de componentes deve ser determinado para controlar a participação nas reuniões. Inicialmente, a proposta é de que seja entre cinco e, no máximo, dez famílias. Cada núcleo de base deve eleger um coordenador²⁵, um secretário e

²⁵ Com as mudanças na organicidade do MST, cada NB passou a ter um coordenador e uma coordenadora. “Ter dois coordenadores (um homem e uma mulher) é uma opção política de muita importância para a vida do assentamento e para o

um tesoureiro. É preciso compreender que este agrupamento mínimo deverá reunir todas as famílias da comunidade e não apenas os *cadastrados*, e este núcleo será a instância básica para a gestão do assentamento. Na formação do núcleo de base o cadastrado ou a cadastrada²⁶ é quem representa a família e participa do núcleo. Quanto ao método de atuação do núcleo de base, o MST aponta:

Outro aspecto importante refere-se ao método de trabalho com os núcleos de base. Deveremos evitar o “assembleísmo”, onde pouco se aprofunda as discussões e é corriqueira a manipulação de um ou outro “presidente” do assentamento. Portanto, todas as discussões importantes deverão ser submetidas aos núcleos, procurando construir **um consenso das idéias** neste espaço. A assembléia deverá ser apenas para o referendo das respostas. Em assentamentos grandes recomenda-se realizar “mini-assembléias” por comunidade. (ANCA, 2002, p. 14) (grifo nosso)

A partir desse fragmento, a preocupação em *construir um consenso das idéias*, é evitar processo de votação e esgotar o debate através das reuniões nos núcleos. Mas, ao organizar núcleos é preciso ter clareza da diversidade de famílias que estão inseridas no processo, aprofundar o debate e as discussões, o núcleo pode proporcionar, mas o *consenso das idéias* é a algo a se pensar. Acredita-se que as discussões, principalmente de cunho político, passarão por cada núcleo de base de forma mais aprofundada, garantindo a participação de todas as famílias. Discussões essas que, por sua vez, passam também pela coordenação do assentamento até chegar à direção estadual. Essa estrutura requer uma dinâmica constante de reuniões e encontros com as famílias que fazem parte do núcleo de base. A partir dessa dinâmica que, então, resultaria o fortalecimento da luta, assegurando assim os princípios organizativos do MST.

Segundo Carvalho (1999), a criação dos núcleos de base tinha, na sua essência, um caráter de projeção das lutas e linhas políticas do MST. Mas, a partir de sua implantação nas áreas de assentamentos, em meados de 1993/1994, passa a ser considerado como um espaço de discussão de caráter econômico, uma vez que, o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) estava entrando em crise; este fazia o papel de aglutinador das famílias sobre a discussão da produção e das cooperativas. Em suas análises, na década 1990, o foco central da organicidade girava em torno do SCA, voltado para o eixo econômico e financeiro das cooperativas. Trouxe, assim, valores que somam para a luta do Movimento, mas, por outro lado, em função do problema de formação política do quadro de dirigentes nos assentamentos

MST. Em geral, o assentamento é comandado pelos homens, sob um olhar masculino da vida, o que limita a compreensão. A presença feminina na direção da coordenação do assentamento é um esforço que cabe a todos realizar, buscando qualificar estas coordenações”(ANCA, 2002, p. 14.

²⁶ É a pessoa que se cadastra junto ao Incra e fica na relação de beneficiário- RB.

e a fragilidade dos núcleos de base, provocou o fortalecimento do economicismo, gerando uma disputa de espaços institucionais através dos dirigentes e, principalmente, dos projetos de investimentos.

Esse “enquadramento” da discussão sobre cooperativas via núcleo de base foi um problema que apareceu em diversos estados, principalmente na época que surgiu o projeto de crédito de investimento, provocando em muitos assentamentos a completa extinção desses espaços criados. Alguns nem conseguiram se organizar, fortalecer as cooperativas e, muito menos, deslanchar a proposta inicial dos núcleos de base de fortalecer as linhas políticas do MST. De acordo com Carvalho (1999), o ano de 1994 foi um período de mudanças na forma da organização, onde a definição de núcleo de base passa a ser o principal modelo de organicidade, consolidando-se através do processo de organização gradativo. As discussões em torno da organicidade no MST, especificamente sobre núcleo de base, apontam sua fragilidade em função da qualidade na atuação dos dirigentes. Com o amadurecimento dos debates, em meados de 1998, o Movimento atravessa uma (re)organização, onde os setores seriam responsáveis para organizar os núcleos. Carvalho (1999) considera que, apesar das debilidades apresentadas pelo SCA, é relevante sua importância na questão da organicidade, embora não houvesse ainda uma definição satisfatória do seu significado para o MST. Em 1999, ele afirma que essa “expressão organicidade alcança o nível de fetiche”²⁷. Essa definição, parte do pressuposto de que a organicidade ganhou espaço no debate de maneira mágica, talvez imaginária, por todos os estados na reestruturação e reorganização interna do movimento.

A discussão sobre a organicidade toma fôlego e passa a ser debatida em diversos espaços: encontros, reuniões, cursos formais, cursos informais. Uma das discussões é o fortalecimento do núcleo de base, pelo seu papel fundamental de contribuição com o desenvolvimento das linhas políticas do MST. Uma das tarefas do núcleo de base é a dinâmica do estudo, ou seja, a coordenação do assentamento deve proporcionar os espaços de estudos com as famílias, embora ainda seja um grande desafio, visto as dificuldades dos coordenadores de efetivá-las, aquelas referentes ao “letramento”. As fragilidades foram sendo apontadas, pelos estados, não somente no processo de criação dos núcleos de base, bem como na organicidade num todo, gerando a necessidade de (re)estruturar o Movimento. Essa

²⁷ Do francês fetiche, que por sua vez tem a mesma raiz que português feitiço o latin facticius “artificial, fictício”, é um objeto material ao qual se atribuem poderes mágicos ou sobrenaturais, positivos ou negativos. (<http://pt.wikipedia.org> acesso em 24/06/2009)

discussão foi, em 2005, difundida em todos os estados de atuação do MST. A partir da (re)estruturação surge, então, a criação das brigadas.

1.4.3. Brigadas: “a soma das partes de uma organização”

Diante dos debates em torno da organicidade e da necessidade de uma reorganização na estrutura orgânica interna do Movimento, passa a existir a proposta de criação de brigadas: “Ao invés de grandes regionais, optamos por funcionar por brigadas de mais ou menos 500 famílias onde se dá a organização dos núcleos, dos setores, da direção e da coordenação estadual”. (MST, 2005e, p. 3)

A partir das brigadas, o objetivo principal é proporcionar maior participação das famílias e facilitar a multiplicação de lideranças. Nesse caso, entende-se brigada como soma das partes de uma organização, com objetivo comum, mas com tarefas e atividades diferenciadas.

A brigada deve ser composta por pessoas que estejam inseridas:

1. Nos núcleos de base, estes formados por 10 famílias (mais ou menos);
2. Setores – o MST tem a antiga prática de organizar coletivos para encaminhar os problemas que surgem no acampamento e/ou assentamento. Os atuais setores são: frente de massas; produção, meio ambiente e cooperação; educação; formação; saúde; gênero; comunicação; cultura e juventude. Além das equipes: finanças; secretaria; disciplina; e direitos humanos;
3. Direção coletiva – a brigada deve ter uma direção coletiva, composta por 01 representante a cada 05 núcleos de base. Nesse caso, se a brigada é composta de 500 famílias, é preciso 10 dirigentes, entre homens e mulheres. Participam ainda das reuniões da direção da brigada 02 representantes de cada setor, para manter a unidade entre todos os setores. Assim, a direção de brigada pode chegar até 30 pessoas que devem se reunir uma vez por mês;
4. Coordenação da brigada – composta por todos os responsáveis por alguma função, seja de núcleo ou setores, juntamente com a direção. Nesse caso, são 02 coordenadores de cada núcleo de base, 10 representantes de cada setor e mais 10 membros da direção da brigada, juntos somam mais de 180 lideranças, em cada brigada.

A direção da brigada é responsável para verificar se todos os setores estão completos, e coordenar as equipes técnicas nas áreas, acompanhando a elaboração de projetos e ajudando na comercialização dos produtos. É também papel da direção incentivar a participação das mulheres, dos jovens, e contribuir para que ninguém fique isolado no assentamento. Além da direção, existe a coordenação da brigada, composta por todas as pessoas que coordenam ou compõem os coletivos dentro da brigada. Por outro lado, a coordenação da brigada, que é composta por todos que compõem os coletivos dentro da brigada, deve se reunir a cada 60 dias para unificar o planejamento, avaliar as dificuldades e fazer os encaminhamentos.

Os dirigentes que fazem parte das brigadas devem seguir os princípios organizativos apresentados pelo MST, que “são orientações que nos ajudam a não cometer erros graves”: a) direção coletiva; b) planejamento; c) divisão de tarefas; d) disciplina consciente; e) crítica e autocrítica; f) estudo; g) vinculação com a base.

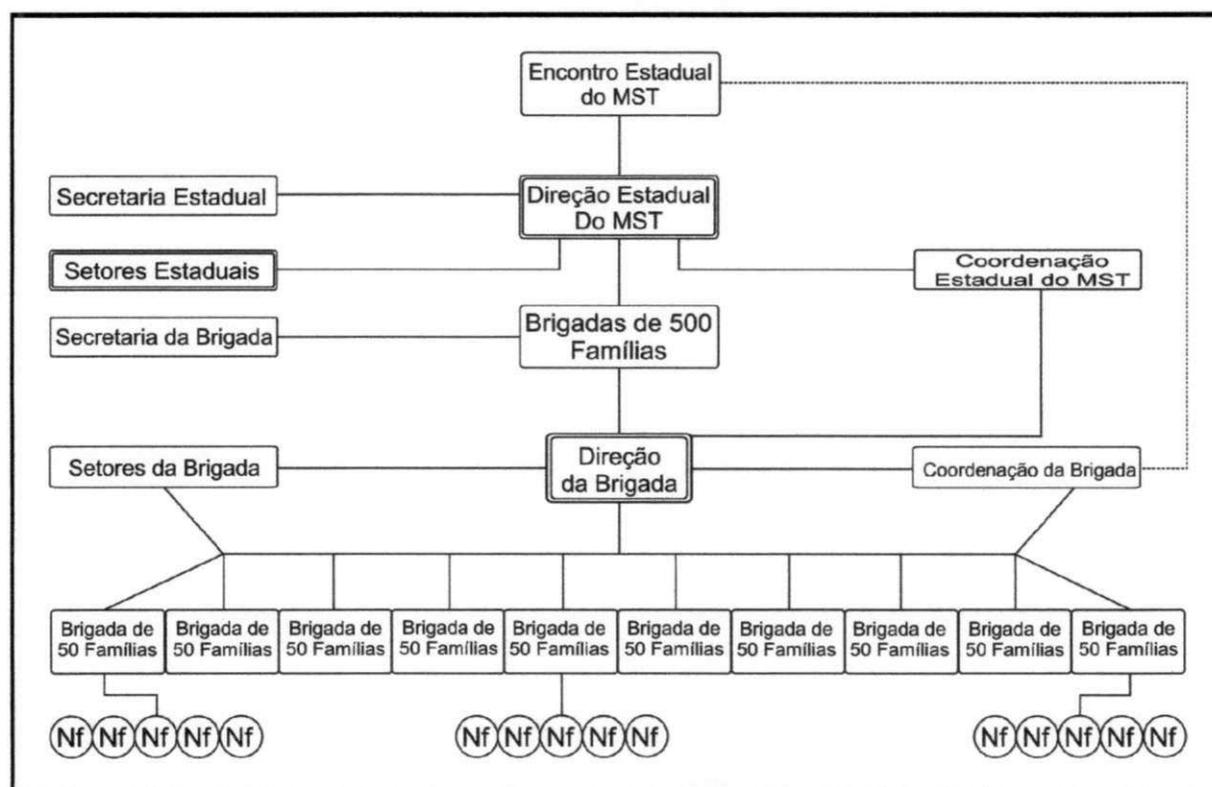
A discussão e organização de brigadas se deram em 2005, quando todos os estados organizaram seu material de estudo sobre organicidade e realizaram diversos cursos com militantes, dirigentes e base. Pelos estudos e encontros em cada estado já se encaminhava a implantação das brigadas por regionais. Esse coletivo é que forma a direção política da brigada. O método de constituição da brigada começa pela direção, que localiza os assentamentos e acampamentos próximos e quais farão parte da mesma brigada, e delega quem deve ser o dirigente que coordenará esta brigada.

O funcionamento da brigada tem sido um dos grandes desafios, assim como foi a criação dos núcleos de base, por isso que, ainda hoje, existe assentamento que funciona ou através de “grupão”, ou só por meio dos setores. Desse mesmo modo também são muitas brigadas que foram criadas, mas não conseguiram deslanchar. A proposta principal da brigada é massificar a participação da base na luta social. Na prática, essa estrutura pode ser considerada, em muitos casos, como mais um espaço, o qual depende de um bom funcionamento, que por sua vez requer qualidade na atuação da militância e que, muitas vezes, continua sendo um limite. Nesse sentido, a fragilidade que aparece no núcleo de base tem sua continuidade na brigada, ou seja, a garantia de um quadro de militantes que atenda as necessidades e “moldes” do MST, principalmente em função dos princípios organizativos, visto que nem todos conseguem segui-los.

Olhando para a estrutura orgânica, percebemos que os setores conseguem deslanchar e, às vezes, em alguns casos, conseguem dar sustentação a organicidade interna no assentamento ou acampamento, principalmente quando os núcleos de base fragilizam-se. Os setores têm forte influência no funcionamento das atividades do MST, porém, observa-se um

modo isolado de trabalhar, como caixinhas, cada setor cuida de sua tarefa, faz seu papel, desempenha sua responsabilidade, porém, gerando uma fragmentação. Ainda existe uma debilidade na relação intersetorial, quando este deveria assegurar o desenvolvimento das tarefas e atividades de forma interligadas. Através da atuação dos setores, as linhas políticas vão sendo garantidas na organização e estruturação dos assentamentos. A figura 1 representa a nova proposta organizacional do MST:

Figura 1- Organograma do novo modelo organizacional do MST



Fonte: Cartilha do MST do Setor Nacional de Formação (MST, 2005)

É a partir dessa proposta de organização que o MST, através das direções estaduais investe no processo de formação dos militantes e dirigentes com objetivo de que essa proposta se consolide na prática, ou seja, nas áreas de acampamentos e assentamentos de reforma agrária vinculadas do movimento.

CAPÍTULO II

DO POLIGONO DOS CASTANHAIS AO ASSENTAMENTO 26 DE MARÇO

Diferentes arranjos sociais foram gestados na Amazônia e mesmo no sudeste do Pará como respostas à luta pela terra e aos conflitos agrários. Há, por exemplo, as reservas extrativistas, que expressam formas de apropriação da terra e dos recursos naturais bastante diferenciadas, por exemplo, dos assentamentos rurais. Em regiões extrativistas, há ainda o movimento das quebradeiras de coco babaçu e sua reivindicação de “babaçu livre”, separando propriedade da terra e o direito de acesso a uma classe específica de recursos. No sudeste do Pará, a luta dos posseiros para regularizar o direito à terra é outro movimento que gera formas sociais diferenciadas. Estas formas diferenciadas (reservas extrativistas, assentamentos rurais) e lutas específicas estão relacionadas a atores sociais diversificados e a um conjunto variado de órgãos públicos e de seus representantes. A forma assentamento, produzida no sudeste do Pará, deve ser apreendida em termos históricos, revelando figurações específicas entre grupos sociais, e não naturalizada como a única forma possível de resolução de conflitos agrários.

A luta pela terra no sudeste do Pará se diferenciou de outros estados como Acre e Rondônia. Quando as pessoas começam a migrar para a região, inicialmente, desenvolvem um trabalho extrativista, mas não desencadeiam uma luta por reservas e assentamentos extrativistas. A partir da posse e das ocupações de terras, são criados projetos de assentamentos como opção para resolver o problema que se origina com as populações extrativistas ameaçadas na região, especificamente, em Marabá. Diante desse cenário, o MST conquista o Assentamento 26 de Março, anti'a fazenda Cabaceiras, área do polígono dos castanhais, de propriedade da família Mutran, família de grande influência em todo estado do Pará.

Nesse sentido, a intenção deste capítulo é situar as famílias do Assentamento 26 de Março, partindo do contexto da luta pela terra no sudeste do Pará, pois, nessa trajetória de luta, está embutida a forma de organização das famílias, principalmente quando se trata de resistência na terra. Essa luta passa por um trabalho de organicidade interna no assentamento, que não pode ser compreendido de forma isolada da luta maior que se desenvolveu na região, porque a organização é histórica e vai ganhando força, nessa trajetória, arraigada de conflitos, gerando mortes violentas, mas também conquistas.

2.1. Lutas que se cruzam, caminhos que se diferenciam

Eu trabalhava muito pra fazendeiro. O derradeiro patrão que tive foi Vavá Mutran [...] eu trabalhava com castanha com meus filhos: lavadeira de castanha, cortadeira de castanha, muito sofrida... tava com onze filhos, família grande. Minha vida era viver pelos matos trabalhando, onde achava que devia ficar, porque num tinha apelo de ficar na cidade. (Lucinéia Ferreira Mota - D. Lúcia - 51 anos, assentada do Assentamento 26 de Março, entrevista cedida em 31 de janeiro de 2009, no Assentamento 26 de Março).

Dona Lúcia, como é conhecida, hoje é assentada no Projeto de Assentamento 26 de Março, antiga fazenda Cabaceiras, de propriedade da família Mutran, e que fazia parte do polígono dos castanhais no sudeste do Pará. É comum encontrar, na região, famílias que trabalharam no período de extração da castanha-do-pará, seja na coleta, seja no corte, passando da condição de submissão de famílias e/ou grupos que concentravam áreas de extrativismo a assentados/assentadas. Vivem, pois, outra dinâmica por meio da lógica de modelo de assentamentos que foi sendo construída a partir da luta pela terra.

O Projeto de Assentamento 26 de Março fica distante, aproximadamente, 25 km de Marabá, via PA 150. Esse assentamento reflete, um pouco, as transformações ocorridas, no sudeste do Pará, no bojo da luta dos trabalhadores e trabalhadoras do campo que, a partir da conquista da terra, vivem o processo de organização das famílias em Projetos de Assentamentos (PA).

É uma área de 9.774,0405 hectares²⁸. Segundo Pereira (2004) dessa extensão de terra, o imóvel possuía 50% de área averbada, no entanto, apenas cerca de dois mil hectares estavam sendo preservados. A área de preservação permanente corresponde à faixa de vegetação ao longo dos rios, lagos e igarapés. Efetivamente preservados, foram encontrados aproximadamente 235 hectares ocupados com pastagem, e em fase de regeneração cerca de 226 hectares. Ver localização na figura 2:

²⁸ Leiam-se nove mil setecentos e setenta e quatro hectares.

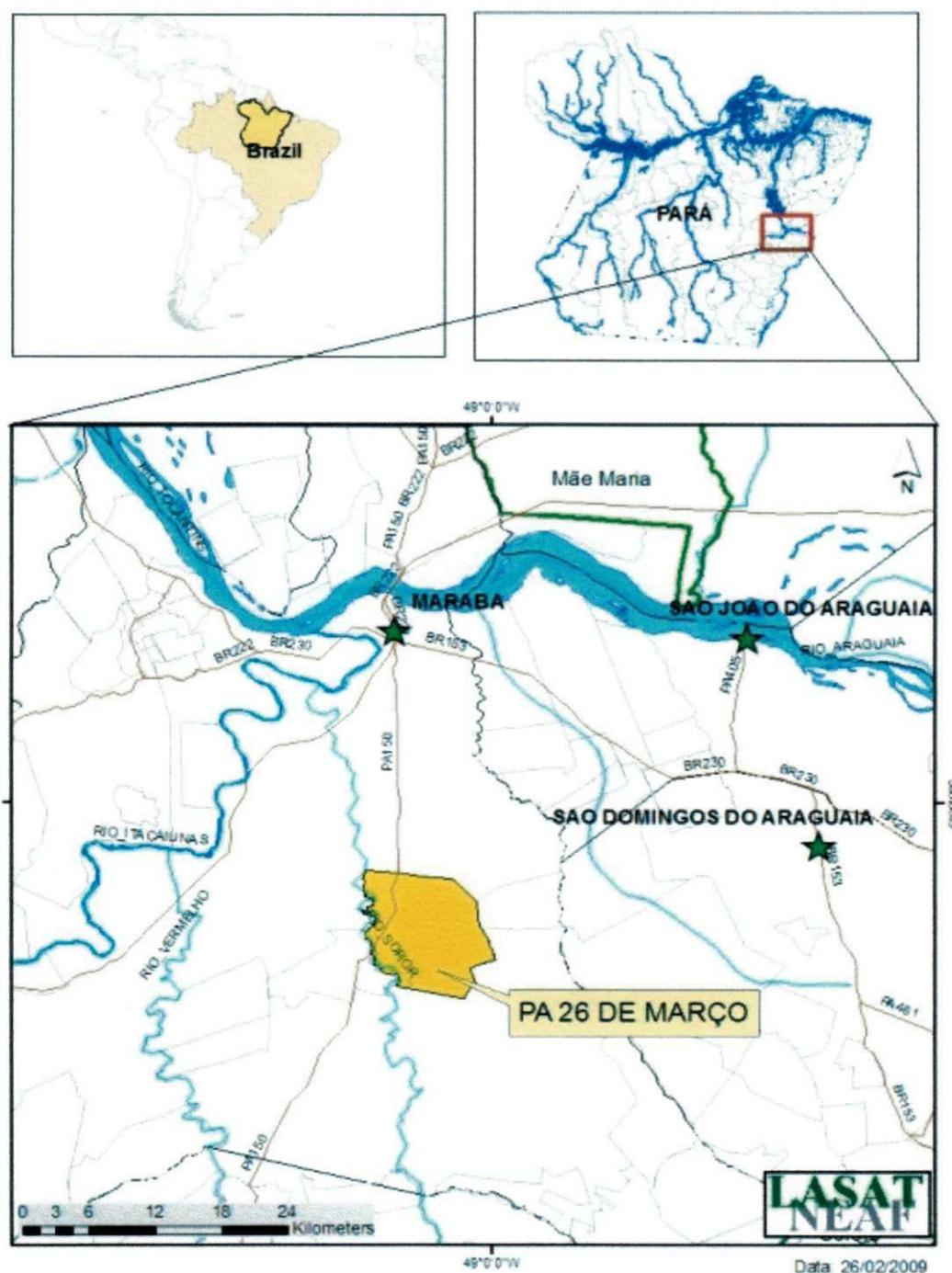


Figura 2- Mapa de localização do Assentamento 26 de Março
Fonte: LASAT/NEAF/UFPA

O Assentamento 26 de Março encontra-se em uma área considerada “privilegiada”, já que se localiza próximo à Marabá, além de dispor de fácil acesso por meio da PA 150, o que facilita tanto o deslocamento das famílias, como o escoamento da produção. Essa área faz parte de um contexto histórico da luta pela terra no sudeste do Pará, o qual envolve vários

conflitos na sua trajetória de resistência na terra. Resistência essa que compreende, principalmente, a organicidade interna das famílias assentadas. Assim sendo, para entender a organicidade interna desse assentamento, é fundamental partir do contexto onde está inserido, pois nada aconteceu de forma mágica, sem um esforço, seja das famílias, seja do MST. E mais, várias foram as transformações que ocorreram, na região, partindo da inserção de diversos movimentos sociais do campo.

Nesse processo de transformações, ocorrido na luta pela terra, os movimentos foram vários: extrativistas, *posseiros*²⁹ e sem terra³⁰. Os momentos de luta foram diferenciados, incluindo diversos atores que trilharam ou por um caminho, uma forma, ou um método de atuação, porém, todos envolvendo a terra. Nessa intensa luta pela disputa da terra, resiste, na região, a população indígena³¹, que também buscou seus caminhos e formas de resistência para permanência na terra. Na década de 80, as populações indígenas viveram muitos momentos de luta em busca de regularização de suas áreas, conseguindo, apenas, entre o final da década de 1980 e o início de 1990.

No bojo dessa luta, surgem entidades de apoio e/ou da inserção na conquista da terra: em defesa dos índios, nasceu o Conselho Indigenista Missionário (CIMI)³² dos posseiros e dos colonos é a CPT, que contribuiu com a atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR). Nessa trajetória da luta pela terra, na região, surgem os movimentos sociais: Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará e Amapá (FETAGRI) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As lutas vão sendo traçadas, delimitadas e constituídas: os povos indígenas, na tentativa de resistência na terra; e a luta dos posseiros,

²⁹ Aquele que luta coletivamente pela terra, tirando dela o seu sustento. "Camponês a caminho de seu reconhecimento social"; "Camponês em luta pela afirmação de sua identidade". (GUERRA, 2001, p. 17-18).

³⁰ No sentido de toda e qualquer pessoa que não tem terra.

³¹ Povos indígenas entre as regiões sul e sudeste do Pará: Atikum/Kanain; Atikum/Ororubá; Guajajara/Guajanaíra; Guarani/Nova Jacundá; Aikewara/Aldeia Sororó e Aldeia Itahy; Xikrim/Aldeia Ó-odja; Gavião/Aldeia Akratikateje (Fonte: CIMI-Marabá-PA). Ver quadro em anexo com maiores informações. Esses povos vivem em áreas de reserva, sob domínio da FUNAI. Como organização interna, algumas tem Associação, outras têm atuação através da Missão Evangélica. Algumas áreas estão sob ameaça, seja por meio de projetos para construção de hidrelétricas já planejadas, seja pelos fazendeiros. (www.pib.socioambiental.org) Acessado em 26/02/2009, às 15 horas.

³² De acordo com o sítio www.cimi.org.br: O CIMI é um organismo vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da igreja católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, quando o Estado brasileiro assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como única perspectiva, o CIMI procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural. O objetivo da atuação do CIMI foi assim definido pela Assembleia Nacional de 1995: "Impulsionados (as) por nossa fé no Evangelho da vida, justiça e solidariedade e frente às agressões do modelo neoliberal, decidimos intensificar a presença e apoio junto às comunidades, povos e organizações indígenas e intervir na sociedade brasileira como aliados (as) dos povos indígenas, fortalecendo o processo de autonomia desses povos na construção de um projeto alternativo, pluriétnico, popular e democrático." (acessado dia 26/02/2009, às 16 horas).

que vivem um período de exploração do *caucho*, da castanha, até o tempo de ocupação das terras.

Diferente de outras regiões, o sudeste do Pará, com a migração de diversas famílias, vai se aglomerando e desenvolvendo a prática do extrativismo do *caucho* e da castanha. No entanto, a luta se dá no campo da conquista da terra, a partir de outra lógica que não seja de reservas extrativistas de castanhas, mas criação de projetos de assentamentos. A princípio, a luta forte foi travada entre *posseiros* e proprietários de terras, pois:

Na condição de *posseiros*, desenvolveram lutas para conquistar e resistir na terra. Foi nessa condição que passaram a se organizar em Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), associações, caixas agrícolas e mais tarde em sindicatos. (ASSIS, 2007, p. 01).

Inicialmente, ocuparam as terras de forma “espontânea”, depois, no momento de resistência, do enfrentamento da conquista da terra, os *posseiros* buscaram formas de organizações, principalmente através dos Sindicatos, com o objetivo de fortalecer a luta e garantir a conquista da terra. Assim sendo, a partir da migração, vai se construindo um cenário em que, gradativamente, a disputa pela terra vai se estendendo, e essa disputa nasce, sobretudo, em função do domínio de famílias tradicionais sobre os castanhais. Famílias essas que viveram diversas fases na região.

2.1.1. A oligarquia dos castanhais

A expansão da exploração da castanha, que no seu primeiro momento viveu uma fase de “livre extração”, começa a sofrer modificações, provocadas, principalmente, pelo fortalecimento do comércio, o qual sempre esteve sob o controle de poucas famílias que se instalaram na região. Visando uma forma “legal” para ter domínio sobre as terras, cria-se um decreto³³.

Se num primeiro momento a terra não era objeto de disputa, como assinalava Velho (1981), com o tempo, principalmente com o advento da exploração da castanha, ela se tornou o alvo principal dos próprios comerciantes e um forte mecanismo de distribuição de favores políticos. Por meio de mecanismos

³³ VELHO (apud ASSIS, 2007): O decreto estipulava que o loteamento fosse feito a partir de um curso d'água, que, portanto, tomaria toda a frente, com o que se facilitava a comunicação. Os lotes não poderiam exceder uma légua quadrada. Os arrendatários seriam obrigados a “promover a limpeza dos igarapés e grotões, estradas e caminhos”. Cada arrendatário deveria manter um “roçado de 100 metros quadrados para a plantação de cereais”. Em cada lote dever-se-ia plantar duzentas castanheiras e construir sólidos barracões. O contrato seria, inicialmente, por uma safra, e depois por cinco anos, podendo ser refeito caso não houvesse outro pretendente.

legais, em alguns casos, informais e/ou ilegais em outros, a terra passou a ser apropriada por um pequeno número de famílias, criando um padrão de uso com base na propriedade latifundiária que predominou por décadas. Segundo Velho (1981), o Decreto nº 3.143 de 11 de novembro de 1938 regulamentava o Serviço de Arrendamento de Terras para Exploração de Produtos Naturais. VELHO (*apud* ASSIS, 2007, p. 21).

Diante desse decreto, com o arrendamento das áreas, a extração da castanha deixa de ser “livre” e passa a ser de domínio particular. Então, começa a concentração de áreas de castanhais nas mãos de algumas famílias. Famílias essas que têm o domínio e o poder econômico e político local. Em Marabá, a família “Mutran”, oriunda da Síria, tendo passado pelo estado do Maranhão e se fixado depois em Marabá, tornou-se um grande latifundiário da região, a partir de arrendamento e grilagem de terra. A Mutran foi formando um grupo familiar importante através de alianças matrimoniais que unem as famílias, suas terras e seus bens (EMMI, 1987).

A família Mutran se instala e se fortalece, não só pela aquisição de terras, no domínio da exploração da castanha, mas também sobre o transporte. Com o acúmulo destes castanhais, tornam-se os maiores compradores e exportadores do produto. Além do domínio sobre o produto, conseguem, ainda, dominar os castanheiros através das dívidas comerciais.

A concentração de terra nas mãos da família “Mutran” provoca uma forte disputa pela terra, principalmente em torno da população indígena da região, uma vez que, no ano de 1936, Nagib Mutran, chefe da família “Mutran”, entra em disputa com os índios Gaviões para apropriação de uma área de castanhal. Nessa disputa, Nagib teve apoio do Governo do estado, Gama Malcher e o Secretário Geral Deodoro Mendonça (EMMI, 1987). Esse apoio governamental fortalece, então, a família “Mutran”, proporcionando o monopólio do processo de coleta e circulação da castanha não só na região, mas também na exportação do produto.

Assim, na década de 1950, a família Mutran se fortalece na exportação da castanha, além do benefício de aforamento de terra, ainda continuando os arrendamentos. As leis eram elaboradas e aprovadas conforme o interesse de quem estava no poder e envolvido nesse processo de uso e exploração da terra. Apesar de ter sido extinta a modalidade de aforamento perpétuo em 1930, voltou a ser utilizada em 1954, a partir de nova lei (EMMI, 1987). Essa forma de apropriação da terra é fundamental para entender como se constituíram os grandes latifúndios no sudeste do Pará e, ao mesmo tempo, os conflitos que foram sendo gerados de acordo com a formação dessa *oligarquia* que o Assentamento 26 de Março fez parte.

Segundo Emmi (1987), até o fim da década de 1950, os castanhais eram de propriedade privada, ou seja, haviam sido adquiridos ou por compra, ou eram arrendados.

Mas, a partir de 1954, com a aprovação da Lei nº 913, surgem e se generalizam os aforamentos. É o aforamento que vai garantir a apropriação real e permanente dos castanhais. Esse processo de apropriação da terra demonstra uma reconfiguração na região, uma vez que, houve épocas dos *castanhais do povo*, como diz Emmi (1987). Esse período, dos *castanhais do povo*, compreendia 27 castanhais de domínio do Estado, onde o povo tinha acesso a partir do pagamento de uma taxa à Prefeitura Municipal. Desse modo, tinha permissão de coletar a castanha, mas com limite pré-estabelecido, ou seja, não era permitido extrapolar, por determinação do órgão público. Nesse sentido, não se pode considerar como área livre, pois, de qualquer forma, existia um controle.

Novas dinâmicas vão aparecendo no sudeste do Pará, principalmente em torno da abertura das rodovias, visto que, até então, predominava a circulação de pessoas e produtos através da rede hidroviária. A partir do ano de 1960, começa a implantação de infra-estrutura rodoviária que liga os eixos Norte-Sul e Leste-Oeste. É período de abertura da rodovia Belém-Brasília. Essa rodovia integra, de maneira definitiva, a região ao resto do país (REYNAL *et al.*, 1995). Na década de 1970, surge a abertura da rodovia Transamazônica. Marabá, então, passa a ser centro de outras especulações e interesses do capital industrial e financeiro, que são as riquezas minerais de seu subsolo (EMMI, 1987). Começa outra disputa envolvendo terra, latifúndio, trabalhadores rurais sem-terra, garimpeiros, entre outros.

Para Emmi (1987), o fim da década de 1960 e os primeiros anos de 1970 marcaram o Brasil de forma extraordinária, uma vez que houve a expansão do capital mediante o aprofundamento da articulação com o capital internacional. Reforça, então, o processo de concentração/centralização, além da expansão setorial e espacial do mercado. Nesse período, os olhos se voltam para a Amazônia, principalmente, tendo em vista a expansão do mercado interno.

Assim, a partir da década de 1970, a concorrência pela terra começa a se manifestar e causar mudanças nesse domínio das grandes famílias. Foi com o resultado da política de Integração Nacional que a terra deixa de ser monopólio dos comerciantes da castanha para ser compartilhada, ou com empresas capitalistas estatais, como a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), ou empresas privadas, como Banco Bamerindus. Do mesmo modo, a terra é dividida para a abertura da Transamazônica, visando à colonização pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e pelo Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (Getat), ou para ser tomada pelos garimpeiros, sob fiscalização do Serviço Nacional de Investigação (SNI), como em Serra Pelada (EMMI, 1987).

Com a expansão da fronteira para o Norte, começam as novas formas de associação do poder econômico e político, características da fase do capitalismo financeiro. Abre-se uma nova página na história de Marabá. Nas décadas de 1970 e 1980, dá-se início a decadência do grupo dominante da oligarquia dos castanhais, surgindo, então, outros parceiros nesse poderio econômico e político. Há uma reorganização com a chegada do capital financeiro estatal e privado. Para Emmi (1987), com a expansão desse capital, acompanha-se o aprofundamento das contradições sociais, que se traduz com um vasto movimento de expulsão de trabalhadores da terra, de todas as regiões do país, e sua migração para o Norte. Esses trabalhadores tentam conquistar a terra através da luta, tanto com os oligarcas, quanto com os novos grupos econômicos. Nesse contexto, os castanhais estão ameaçados. Marabá se vê diante de uma nova realidade, onde outros componentes aparecem na estrutura social e se impõem com bastante força. A região de Marabá deixa de ser apenas terras de donos dos castanhais, dos coletores de castanha, dos camponeses, dos índios, e passa a ser, também, dos bancos, dos pecuaristas, dos grileiros, dos garimpeiros, dos projetos de colonização pública e privada, das companhias de mineração, da gestão militar, das indústrias de ferro-gusa, e das áreas de produção de carvão vegetal.

No bojo da “ocupação” do sudeste do Pará, através das grandes empresas, com a intervenção do Estado, a organização dos trabalhadores rurais começa a acontecer, mas nasce de forma atrelada. Segundo Reynal *et al.*(1995), a organização camponesa formal nasceu justamente na época da colonização oficial, ou seja, foi o Incra que, em pleno período de ditadura, criou os primeiros Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Os autores destacam que, nos anos de 1980, os movimentos populares se firmaram, na região, por meio da luta pela terra, resistindo de forma organizada e buscando as conquistas. Além de terra, queriam saúde, educação, entre outras. A luta foi de retomada dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais que estivessem atrelados aos órgãos federais, estaduais e aos fazendeiros. O fortalecimento da luta sindical teve grande influência das comunidades de base e da Comissão Pastoral da Terra. Assim, a luta pela terra foi, durante muito tempo, uma força fundamental no processo de desapropriação de terra para fins de reforma agrária. Na maior parte do século XX, os agricultores, no sudeste do Pará, ficaram invisíveis, politicamente, no espaço social (ASSIS, 2007). É com o processo migratório para essa região que, a partir do investimento de políticas governamentais, começa a se intensificar o conflito pela posse da terra, e os atores sociais do campo vão ganhando visibilidade, apesar de, muitas vezes, ser de forma negativa.

A luta pela terra, no sudeste do Pará, é contínua. O processo de organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo não pára, pois ainda existe a concentração de terras

que fica nas mãos de grandes empresários e empresas. Existem as populações indígenas que estão sob ameaça de grandes projetos, como a implantação de hidrelétricas que passarão por seus territórios. As famílias camponesas estão, também, ameaçadas de expulsão pela construção dessas hidrelétricas. Existem, hoje, no sudeste do Pará: MST, FETAGRI, FETRAF, MPA, e MAB, que estão na luta, juntos aos trabalhadores do campo; além de instituições de apoio, como a CPT, CIMI e SPDDH.

2.2. O MST no Estado do Pará

Nesse contexto, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no estado do Pará. Inicialmente, o movimento se instala em Belém, numa sala da secretaria da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que, na década de 1980, tinha um departamento cuidando da parte “rural”. Alguns trabalhadores, conhecendo a história do MST, nacionalmente, perceberam que era necessário deslanchar o movimento pelo estado. Assim, começaram a discussão com objetivo de abrir um trabalho no campo a partir de ocupações de terras. A saída do MST de Belém gerou divergências.

[...] Nós até criamos um discurso pra falar com caras lá (*da CUT*). O lugar do MST é dentro do mato, dentro da terra, buscando terra, é na beira da estrada, não dentro de uma sala. Aí nós decidimos de construir o MST. Na nossa cabeça, nós ia construir um movimento, trazer pro mato, realizar sonhos de ocupações e tentar construir a nível de estado mesmo o movimento. A gente acreditava, sonhava com isso. Decidimos fazer isso (...) mapeamos alguns companheiros que tinha e falamos com Avelino de Moju, falamos com Zequinha, que continua até hoje no MST, acho que é único que continua até hoje e aí nós 04 decidimos fazer uma reunião. (Valterlei Oliveira, sindicalista, 45 anos³⁴).

Diante desse relato, observa-se a preocupação em fazer ação no campo, já que, até então, o MST estava centralizado em uma sala na capital, sem cumprir os objetivos do movimento. Os dirigentes da CUT não concordavam com a saída do MST de Belém, mas, com o desejo de levar o movimento para o campo, começam a articulação dos trabalhadores do sul do Pará. Realiza-se, então, um encontro com a participação de dirigentes sindicais, padres, e um deputado, que, na época, articulou um grupo de trabalhadores para reforçar a permanência do movimento em Belém. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) não participou do encontro, pois não concordava com a inserção do MST no sul do Pará, uma vez que todas

³⁴ Sindicalista rural, 45 anos de idade, natural de São Paulo, há 21 anos no Pará (depoimento cedido em 17 de janeiro de 2006, no município de Redenção, Sul do Pará após a realização de um seminário de planejamento da equipe de ATES - Assessoria Técnico, Social e Ambiental).

as ações eram desenvolvidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), com os posseiros da região. A entrada do movimento seria uma ameaça para a articulação que já existia, visto que a dinâmica de ocupação existente divergia da proposta do MST, como demonstra o fragmento do depoimento:

[...] Nos reunimos, e a CPT não foi, criou uma grande oposição em relação a isso. Para a CPT, trazendo o MST pra cá, uma região muito violenta, e já faziam ocupações numa outra linha(...) naquele tempo a CPT quem ocupava esse espaço era ela, quem assessorava, fazia assessoria dos posseiros, das pessoas que tava ocupando terra e aí nós ia entrar no espaço deles. Eles entenderam assim. Nós entendemos que nós íamos fazer, se a CPT contente ou não, não precisamos do consentimento dela, até porque nós estamos rachado. Eles têm a opinião deles e nós a nossa, eles fazem a dele e nós vamos fazer a nossa tarefa independente de discutir ou não, da CPT sentar pra discutir ou não. (Valterlei, 45 anos, sindicalista, entrevista cedida em 17 de janeiro de 2006).

Permanecia, então, uma preocupação, não só em torno da área de atuação, o “território”, mas também envolvendo o método de trabalho. Por isso, a CPT reagiu de tal modo com a chegada do MST na região, porém, não impediu a continuidade de articulação através de algumas pessoas que já se identificavam como parte do MST. Apesar dessas divergências, o encontro foi realizado, tendo como propósito levar o movimento para o campo. O evento contou com a participação de um representante da coordenação nacional do movimento, que fortaleceu e contribuiu para definir o deslocamento do MST de Belém para o sul do Pará. Mesmo diante da forte divergência entre os representantes da CUT, sindicalistas do sul do Pará e CPT, o MST se desloca para a região sul do Pará, dando início às atividades junto às famílias sem-terra, que já estavam ligadas ao STR.

Esse período, entre as décadas de 1980 e 1990, o MST esteve num processo de expansão no Brasil, se instalando³⁵ em outros estados e buscando fortalecer-se como movimento de cunho nacional.

Nesse período – 1985 a 1990 – o MST se territorializou por dezoito estados, tornando-se um movimento nacional, estando presente na luta pela terra em todas as grandes regiões. Ocupação por ocupação, estado por estado, lutando pelo direito à terra por meio de negociações e enfrentamentos, os sem-terra espacializaram a luta, construindo o Movimento, desde seu nascimento a sua consolidação, dimensionando e transformando as suas realidade. Assim prosseguiram com o processo de formação do MST, ressocializando famílias de trabalhadores excluídos pela territorialização do capital e do latifúndio, lutando pela reforma agrária e pela transformação da sociedade (FERNANDES, 1999, p. 160).

³⁵ Ou seja: fincando a bandeira

Com esse caráter, o MST começa a se articular no estado do Pará, mais especificamente no sul do Pará, região considerada, na época, de grandes conflitos de terras, desencadeados entre latifundiários e posseiros. Também, teve amplo investimento por parte das grandes empresas, com o apoio do Governo, proporcionando a grilagem de terra e expansão do latifúndio, e, conseqüentemente, o fortalecimento da mão-de-obra escrava que sempre existiu.

No depoimento de Valterlei, a chegada do MST no sul do Pará não foi fácil, tanto em função da divergência com a CPT, como pela dificuldade de recursos para começar o trabalho. Nesse sentido, foi necessário improvisar espaço na residência de uma família, seja para articular os trabalhos, seja para a dormida das pessoas que estavam envolvidas nessa articulação, pois a intenção era começar as ações de fato, isto é, ocupar terra para deslanchar o movimento no estado. A equipe que foi montada era de apenas três pessoas, que começaram a organizar e planejar as ações. O trabalho de mobilização foi realizado nos municípios de Ourilândia do Norte, Tucumã e Pau D'Arco. Ainda em seu depoimento Valterlei destaca que o mapeamento dos municípios não incluía as áreas de atuação da CPT para evitar maiores conflitos. Esse trabalho de mobilização foi realizado com cartas e bilhetes.

Feito toda a mobilização dos trabalhadores, fizeram o levantamento de uma área para realizar a ocupação, mas a informação vazou. Assim, abortaram a ação, pois não era possível ocupar a terra planejada. Depois de várias articulações, realizaram uma pequena ocupação com objetivo de criar um fato político.

[...] Que a área era da União, era uma cunha³⁶ que tinha sobrado de outra fazenda... Era da União e que a fazenda tava em posse da área e que não era deles, então vai ser mais fácil, então porque os caras não vão brigar por uma cunha de terra....os caras que tinha ocupado já tava assentado e tudo, trabalhando no Poço Rico, aí nós decidimos enfrentar que essa seria a área, que nós íamos levar e fazer uma experiência e serviria pra gente chamar atenção, era uma área pequena, não dava pra ficar muita gente, mas servia pra gente desenvolver um projeto pequeno lá e ...e chamar a atenção. Olha existe o MST, se instalou no sul do Pará (Valterlei, 45 anos, sindicalista, entrevista cedida em 17 de janeiro de 2006).

Com 35 famílias, realizaram a primeira ocupação no distrito de Rio Vermelho, como era chamado na época, hoje denominado Gogó da Onça. Apesar das orientações do MST Nacional para a organização das equipes de trabalho no acampamento, entre elas a equipe de

³⁶ Pela definição do entrevistado, *cunha* significa um pedaço pequeno de terra, sobras de terras. No dicionário Luft (2001) – *Cunha* – significa peça cortada em ângulo aguda, para rachar lenha, pedras, etc., ou apertar, calçar ou levantar objetos.

segurança, houve falhas, pois as famílias começaram a relaxar, principalmente com a segurança. A polícia entrou na área e expulsou todas as famílias. A partir daí, houve uma negociação e procura de outra área para assentar as famílias. Em função da falha na ocupação, fizeram uma avaliação e começaram a inserir outras pessoas da região na discussão, e resolveram, assim, levar o movimento para Conceição do Araguaia. Até então, o MST não tinha visibilidade, não tinha conseguido deslanchar nem realizar uma ocupação em que, de fato, pudesse se instalar no estado. Era muito forte o método de ocupação desenvolvido pelos *posseiros*, ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Partindo dos problemas ocorridos com a primeira ocupação, foi organizada outra equipe de militantes para coordenar os trabalhos, sendo um do Pará, um de Goiás e uma militante de São Paulo. E assim, começam a organizar e estruturar o Movimento na região. Realiza-se, então, o primeiro encontro do MST, aonde se elege uma executiva com nove militantes que vão desencadear os trabalhos, e instala-se a secretaria no município de Conceição do Araguaia (FILHO, 2002).

De acordo com Filho (2002), a realização da primeira ocupação apontou os seguintes avanços para o MST: a) a mudança da sua representação política de Belém para o município de Conceição do Araguaia; b) a realização do seu primeiro encontro estadual, com escolha de uma executiva estadual; c) a organização de um corpo de militantes do estado do Pará, com origem da organização dos posseiros e do STR de Conceição do Araguaia.

A partir desses avanços, o Movimento começa o trabalho de base³⁷ em Conceição do Araguaia, envolvendo também os municípios de Floresta e Santa Maria das Barreiras. Assim, no dia 10 de janeiro de 1990, fizeram uma ocupação com aproximadamente 95 famílias, no lote cinco do Complexo de Fazendas Ingá, no município de Conceição do Araguaia (FILHO, 2002).

Essa ocupação apresenta novas divergências em função do método³⁸, ou seja, o MST e a prática de ocupação dos posseiros da região. Uma vez acampados, iniciam a discussão em torno dos lotes, pois a prática, até então, era de ocupar e, automaticamente, dividir os lotes para as famílias, individualizando-os. Por outro lado, o MST propõe a permanência no acampamento para o amadurecimento da discussão sobre a forma de uso da terra e a estruturação do assentamento através de negociação junto ao Incra. O sonho do MST era consolidar o uso coletivo da terra. Segundo Filho (2002), a partir dessa discussão, a maioria

³⁷ Entende-se trabalho de base, nesse caso, como realização de visitas às residências para convidar as famílias para reuniões para fazer cadastro para ocupação.

das famílias resolve demarcar a área e ir morar nos lotes. Apenas 17 seguiram a orientação do MST de discutir junto ao Governo sobre o uso coletivo da terra. No entanto, tal proposta foi recusada pelo órgão federal, pois, para o Governo, deveriam ser demarcados lotes individuais de 35 ha. Nessa proposta de individualização dos módulos, seis famílias ficaram sem lote e foram indenizadas pelo Governo.

Diante das divergências internas, o Movimento não conseguiu implantar sua proposta de método de organização, isto é, a organicidade interna da área, ficando impossibilitado de dar continuidade à direção dentro do acampamento. Então, as famílias seguem a mesma lógica do posseiro, ou seja, entrada direto no lote. Com as divergências dentro do acampamento, o MST se retira da área, mas não desiste da luta no estado.

Vale ressaltar que essa luta do MST, no estado do Pará, começando por sua região sul, enfrentou um período de expansão do latifúndio, com investimento na pecuária, seja através das grandes empresas, seja via Governo. Nesse sentido, o enfrentamento no campo exigia forte organização para encarar o grande proprietário que, gradativamente, se fortalecia. Era necessário, então, garantir um bom método de ocupação para que, de fato, assegurasse a resistência das famílias na área. Partimos da compreensão de Fernandes (1999) aonde a ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas, inaugura questões, *cria fatos e descortina* situações, e esses elementos provocam a modificação da realidade, aumentando o fluxo das relações sociais.

[...] São trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou os interesses da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores. A ocupação é, então, parte desse movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa (FERNANDES, 1999, p. 270).

Diante dessa concepção, o MST continua sua jornada, no estado do Pará, com o propósito de se instalar, uma vez que, a partir de duas tentativas, não foi possível definir uma ocupação e a continuidade no acampamento sob direção do Movimento, construindo uma organicidade interna na área. Entendendo que a luta estava apenas começando, resolveram, então, travar uma luta no sudeste do Pará, instalando uma secretaria estadual no município de Marabá. Com a secretaria em Marabá, os dirigentes do MST iniciam uma articulação com os movimentos da região. A experiência no sul do Pará serviu para que o Movimento investisse

na ampliação do número de militantes, além de formação política e ideológica para fortalecer as ações que estavam por vir. Segundo Filho (2002), a opção do Movimento em se deslocar para o sudeste se deu por motivo de considerar uma região pólo dentro do estado, com mais visibilidade e maior grau de repressão por parte dos latifundiários e da polícia. As ocupações deveriam deslanchar com um grande número de famílias para resistir à repressão, e também sensibilizar a população.

2.2.1 O MST no sudeste do Pará

Em 1991, o MST se articula com as seguintes entidades do sudeste do Pará: CPT, STR de Marabá; Centro de Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP); Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH); Movimento de Educação de Base (MEB); Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); e Fundação Agrária do Tocantins Araguaia (FATA) (FILHO, 2002). O objetivo era construir uma articulação de apoio, não só político, mas também de condições de estrutura para iniciar o trabalho de base.

Apesar da atuação de diversas entidades com trabalhadores do campo, o Movimento conseguiu se articular e realizar o primeiro trabalho de base no município de Marabá. Cadastrou cerca de três mil famílias, entre abril e junho de 1991. Define, então, ocupar a Fazenda Ponta de Pedras, localizada no município de São João do Araguaia, distante, aproximadamente, 20 km de Marabá.

A inserção do MST, no sudeste do Pará, não foi tranqüila. A ocupação não foi possível ser realizada, porque, um dia antes, a polícia federal, civil e militar de Marabá, sem mandato e sem liminar de justiça, fechou a secretaria do MST. Mesmo com a secretaria fechada, a preparação para a ocupação continuou até o dia em que a polícia prendeu sete dirigentes do Movimento, sem nenhum mandato de prisão. Os dirigentes ficaram três meses presos entre polícia federal e militar, no município de Marabá (FILHO, 2002).

A chegada do MST, no sudeste do Pará, dá outra conotação, pois causa preocupação, antes mesmo das ações serem realizadas. Os fazendeiros, temendo a instalação do Movimento e o desencadeamento de ocupações, resolvem agir com antecedência para impedir que essas ações possam ocorrer. Vale ressaltar que, entre esses fazendeiros, destaca-se a família “Mutran”, que atua desde a época do polígono dos castanhais, e que, na década de 1990, expandiu o investimento na pecuária, com melhoramento genético, provocando grande desmatamento.

Até então, os fazendeiros vinham enfrentando a luta dos posseiros e desenvolviam com as formas mais cruéis de repressão ao povo do campo, como queimar barracos, violentar esposas e filhos (PICOLI, 2006), e até mesmo assassinar líderes sindicais em sua própria casa, na presença da família. Violências praticadas, geralmente, por pistoleiros. Atitudes **essas** que os fazendeiros praticavam para mostrar que tinham o domínio da terra, e que qualquer provocação ou ocupação da área teriam os mesmos resultados.

A inserção do Movimento gera certa preocupação aos latifundiários, pois o Movimento já estava organizado nacionalmente, se expandindo para todos os estados, com um método desconhecido na região, uma vez que os fazendeiros já tinham uma prática e uma forma de tentar combater e inibir a organização dos camponeses.

Mesmo conhecendo os grandes conflitos e passando por esse processo de prisão, o Movimento não desistiu. A prisão dos dirigentes serviu para criar um fato político e fortalecer ainda mais a necessidade de se instalar em território paraense. Com a prisão, a secretaria permaneceu dois meses fechada. Nesse momento, as instituições de apoio ao Movimento contribuíram tanto para a libertação dos presos políticos, como para a reestruturação da secretaria.

Assim, o Movimento recomeça o trabalho de base, dessa vez com o apoio de militantes do estado do Maranhão³⁹, que vieram contribuir para deslanchar a primeira ocupação no sudeste do Pará. O trabalho de base se estende para outros municípios, como: Parauapebas⁴⁰, Curionópolis⁴¹ e Serra Pelada⁴². A partir desse novo trabalho de base, o MST consegue ocupar uma área denominada de “Cinturão Verde”, município de Parauapebas, no dia 26 de junho de 1994, com cerca de 1500 famílias. Essa área o Governo Federal havia cedido para a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Em função dos conflitos, as famílias ficaram durante cinco meses acampadas no pátio do Inbra, em Marabá. Não sendo possível a conquista dessa área, o MST luta pela fazenda Rio Branco. O trabalho de base continuava, e novos cadastros de sem-terra eram feitos. Assim, no dia da desapropriação da fazenda, ocorreu um ato público com a presença do presidente nacional do Inbra, na época, Francisco

³⁹ Uma vez que o MST já estava com uma estrutura no Maranhão, foram deslocados dirigentes para contribuir com a construção do movimento no estado do Pará. Nesse período, o movimento trabalha, a partir de seu método de organização, com dirigentes que passaram por um processo de formação do MST.

⁴⁰ Município onde fica localizado a Serra dos Carajás; a empresa VALE, antiga Companhia Vale do Rio Doce.

⁴¹ Essa cidade recebe o nome de Curionópolis, em homenagem a Sebastião Curió, que fez parte do Exército Brasileiro, atuando na repressão contra várias manifestações civis que surgiam no Brasil, entre elas: Guerrilha do Araguaia, Garimpo de Serra Pelada, e, no sul do Brasil, na primeira ocupação do MST. Foi eleito por dois mandatos, no segundo foi cassado.

⁴² Depois do fechamento do garimpo (década de 1980), muitas famílias continuaram morando no povoado, esperando a indenização e possibilidade de reabertura do garimpo. Muitos garimpeiros que ficaram sem trabalho foram para as áreas de assentamentos e outros estão até hoje no local que aconteceu a exploração do ouro. Várias manifestações já foram realizadas para tentar negociar, mas pouca coisa avançou nesse processo. Serra Pelada fica no município de Curionópolis.

Graziano Neto, que veio com a missão de entregar a área para as famílias acampadas. Porém, ao chegar à área, é surpreendido, conforme aparece na tese de Fernandes (1999):

Nos parâmetros da tese de Graziano Neto, os latifúndios são comprados, os latifundiários são compreensivos porque aceitam negociar e, por tudo isso, os sem-terra devem ficar felizes e não fazer ocupações, já que há terras ociosas e nem há tantos sem-terra interessados para serem assentados. Mais um equívoco de Graziano, constatado ao chegar em Curionópolis e encontrar mais de mil e quinhentas famílias exigindo a desapropriação da Macaxeira. A realidade encontrada não era a que ele esperava e contrariava sua tese (FERNANDES, 1999, p. 197).

Fernandes (1999) destaca, ainda em sua análise, trechos que constam na tese de Graziano Neto, em sua visita ao sudeste do Pará para a entrega da fazenda Rio Branco:

Senti aquilo como uma verdadeira traição. Minha reação foi imediata. Chamei a liderança do Movimento e ameacei: 'se invadirem a Macaxeira, não recebem a Rio Branco'. E, contemporizando, me comprometi a mandar realizar uma vistoria técnica na nova área, pra ver se era produtiva ou não. A lei tinha que ser cumprida. NETO (*apud* FERNANDES, 1999, p.197).

Foi justamente na entrega da fazenda Rio Branco que o presidente encontrou as famílias já preparadas para ocupar o Complexo Macaxeira, que resultou no Massacre de Eldorado dos Carajás. Mas, na concepção de Graziano Neto, não há necessidade de ocupar terras, pois existem áreas ociosas para serem ocupadas. A intenção do Incra era de oferecer áreas longínquas e com grande índice de malária. Áreas sem acesso, sem estradas, sem comunicação, o que impossibilitava o desenvolvimento de qualquer atividade agrícola pelas famílias que não tinham nenhuma estrutura. Por sua vez, os fazendeiros permaneceriam com as áreas de melhor acesso, próximas aos centros de comercialização e com facilidade de transportar seus animais. Mas, contrariando o que determinava o órgão oficial do Governo Federal, o MST continua ocupando terras no sudeste do Pará.

Vale ressaltar que, a partir do Assentamento Palmares, o MST começa, de fato, a trabalhar a organização interna das famílias, desde o trabalho de base, discutindo a organicidade interna do acampamento, até o assentamento. As famílias começam a se organizar em grupos de famílias e depois passam para o núcleo de base, deslanchando, então, o processo organizativo que parte do método de discussão do MST que ainda não tinha conseguido concretizar-se no sul do Pará. A partir do Assentamento Rio Branco, depois o Assentamento Palmares, outras áreas vão sendo ocupadas e novos assentamentos são

organizados, partindo da lógica nacional do MST, porém, construindo dinâmicas de acordo com a realidade em questão.

2.2.2. Complexo Macaxeira: uso e abuso de poder

A ocupação do Complexo Macaxeira aconteceu e resultou no Massacre de Eldorado dos Carajás. Esse Complexo fez parte, também, do polígono dos castanhais, onde sua sede serviu como espaço de armazenamento e escoamento da produção da castanha-do-pará. O trabalho era mão-de-obra escrava. Depois do período da castanha, o latifundiário investiu na criação de animais de grande porte e na venda ilegal de madeira, provocando um significativo aumento no índice de desmatamento, e a inserção de ampla plantação de capim.

A história do Assentamento 17 de Abril virou manchete mundial. Para contextualizar de forma breve, nos reportamos ao histórico do Plano de Recuperação do Assentamento (PRA)⁴³, construído a partir de uma oficina de dez dias junto às famílias assentadas, no ano de 2006.

A luta das famílias sem-terra, pela conquista dessa terra, teve início no dia 05 de novembro de 1995. Já existia uma concentração de aproximadamente 3550 famílias organizadas pelo MST, que ocuparam o Centro de Orientação e Formação Agropastoril e Artesanal do Município de Curionópolis. As famílias permaneceram ali por um período de quatro meses, exigindo a desapropriação do Complexo Macaxeira. O Incra não atendeu às reivindicações do Movimento. Assim, no dia 09 de abril de 1996, as famílias iniciaram uma marcha rumo à Marabá, tendo como pauta a desapropriação da área e liberação de cestas básicas para as famílias.

Inicia-se a marcha. Ao chegarem à Curva do “S”, município de Eldorado dos Carajás, as famílias acamparam, pois não tinham mais alimentação para seguir a marcha. O Incra havia garantido enviar a alimentação, mas o acordo não foi cumprido. As famílias, então, resolveram interditar a rodovia PA 150, com o objetivo de sensibilizar o Incra para liberar a alimentação e enviar cinco ônibus para transportar as famílias até Belém, para realizar uma audiência com o Governador do estado e negociar a pauta das famílias acampadas. No dia 17 de abril de 1996, como resposta às reivindicações, o Governo do estado mandou as tropas policiais do Batalhão de Marabá e Parauapebas cercar as famílias que estavam acampadas.

⁴³Elaborado pela equipe técnica de ATES – Assessoria Técnico, Social e Ambiental da Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária da Região sul e sudeste do Pará (2006).

Fecharam o acesso da rodovia, com ônibus e policiais da tropa de choque, e mataram 19 trabalhadores à queima roupa, deixando mais de setenta trabalhadores feridos⁴⁴.

Em função do massacre, no dia 17 de abril de 1997, o Governo desapropriou o Complexo Macaxeira e criou, então, o Assentamento 17 de Abril. Esse Complexo é composto pelas fazendas: Mucuripe, Ponta Grossa, Eldorado, Grota Verde e Macaxeira. Com o massacre, muitas famílias se dispersaram, continuando na área 690 famílias. Como forma de recompensa pelo ocorrido, de imediato, o Governo liberou crédito habitação e fomento, além de diversos projetos para viabilização de agroindústrias.

O massacre de Eldorado dos Carajás não intimidou o MST, mas fez com que se ampliassem as ocupações dos latifúndios, não só no sudeste do Pará, mas também se expandindo para todo o estado, conforme demonstra o quadro 1:

Quadro 1: Relação das áreas de assentamentos e acampamentos do MST-PA

Nº	Situação Fundiária	Nome	Município	Área (ha)	Nº famílias
1	Assentamento	Palmares	Parauapebas	14.921	517
2	Assentamento	17 de Abril	Eldorado do Carajás	18.000	690
3	Assentamento	1º de Março	São João do Araguaia	10.960	338
4	Assentamento	Cabanos	Eldorado do Carajás	3.426	85
5	Assentamento	Canudos	Eldorado do Carajás	2.836	62
6	Assentamento	Onalicio Barros	Parauapebas	1.770	68
7	Assentamento	Chico Mendes I	Baião	3.050	42
8	Assentamento	Chico Mendes II	Pacajá	5.250	66
9	Assentamento	08 de Março	Pacajá	1.500	30
10	Assentamento	26 de Março	Marabá	9.774	206
11	Assentamento	Mártires de Abril	Mosqueiro/Belém	-----	87
12	Assentamento	João Batista	Castanhal	-----	157
13	Assentamento	Paulo Fontelles	Mosqueiro/Belém	-----	68
14	Acampamento	Lourival Santana	Eldorado do Carajás	-----	383
15	Acampamento	Dina Teixeira	Canaã dos Carajás	-----	700
16	Acampamento	João Canuto	Xinguara	-----	130
17	Acampamento	Salvador Allende	Baião/Pacajá/Portel	-----	160
18	Acampamento	Dalídio Jurandir	Eldorado do Carajás	-----	350
19	Acampamento	Negra Madalena	Tucumã	-----	70
20	Acampamento	Bom Jesus	Tucumã	-----	20
21	Acampamento	Luis Carlos Prestes	Irituia	-----	70
22	Acampamento	Carlos Lamarca	Capitão Poço	-----	60
23	Acampamento	Olga Benário	Acará	-----	55
24	Acampamento	Wladimir Maiakóvisk	Xinguara	-----	380
25	Acampamento	Helenira Resende	Marabá	-----	300
TOTAL DE FAMÍLIAS					8.094

Fonte: Secretaria Estadual do MST-PA/2009

⁴⁴ Somente no ano de 2008, as pessoas que foram vítimas do massacre e ficaram com problemas, seja de bala alojada no corpo, seja psicológico, entre outros, foram indenizadas (12 anos depois).

O MST, hoje, está atuando nas seguintes regiões: sudeste, sul e nordeste do estado do Pará. A partir dessa luta, o MST se instala no estado do Pará, desenvolvendo seu método de ocupação e organização das famílias, seja em acampamento, seja em assentamento. As famílias estão organizadas por regionais. São quatro regionais⁴⁵: Araguaia, Eldorado, Carajás e Cabana. É nessa luta que surge o Assentamento 26 de Março.

2.2.3 Comunidade de Resistência⁴⁶: O Assentamento 26 de Março

No dia 26 de março de 1999⁴⁷, aconteceu um ato público, no município de Marabá, por emprego. O MST articulou cerca de 1600 famílias para participarem desse ato, mas, na verdade, todas as famílias seriam conduzidas para uma ocupação. Não era qualquer ocupação, nem qualquer área que estava prestes a ser ocupada, mas a fazenda Cabaceiras, de propriedade de Jorge Mutran, da família Mutran, que dominava grandes extensões de terras no sul e sudeste do Pará, principalmente no território denominado de polígono dos castanhais, conforme histórico anterior.

O trabalho de base para realizar a ocupação da fazenda Cabaceiras durou três meses, pois esse é o tempo máximo para articular e organizar as famílias para uma ocupação. O trabalho exigiu boa articulação do Movimento, como vemos no depoimento:

Da década de 90 para trás era muito difícil fazer trabalho aqui na região. Porque tem resquícios da ditadura militar e Marabá era uma área de Segurança Nacional, embora dizem que não é mais, mas ainda é, por isso Marabá tem 08 quartéis, são cinco ou seis do Exército, ai tem Polícia Militar...então qualquer pessoa que se reunia era motivo de espionar...saber qual o motivo que tava fazendo isso. Por conta da Guerrilha que aconteceu recente, não tem muitos anos, a questão da Guerrilha do Araguaia, isso aqui era muito forte. (Izabel Rodrigues Lopes Filha, 44 anos, assentada do 26 de Março e dirigente estadual do MST, entrevista cedida em 02 de outubro de 2008

A década de 1990 foi um desafio para o MST no estado, já que ainda estava no processo de estruturação e expansão de ocupações dos latifúndios. Em seu depoimento, Izabel destaca que a população de Marabá tinha medo da família Mutran, porque dominavam os

⁴⁵ É a forma como os acampamentos e assentamentos se organizam, ou seja, por proximidade de região.

⁴⁶ A idéia geral sobre a Comunidade de Resistência e de Superação (CRS) já está em debate, em particular junto a algumas áreas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, e do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, há aproximadamente dois anos (CARVALHO, 2002).

⁴⁷ Data em que completava um ano do assassinato de dois dirigentes do MST: Valentim Serra (Doutor) e Onalício Araújo Barros (Fusquinha), quando participavam da ocupação da fazenda Goiás II, localizada dentro do Assentamento Carajás II e III (reconcentração fundiária), Município de Canaã dos Carajás e Parauapebas. Este Assentamento foi estruturado pelo Getat, criando vários problemas fundiários, onde muitos proprietários receberam títulos de terra (frios), outras famílias ficaram apenas com autorização de ficar na terra.

latifúndios, o Poder Legislativo, o Judiciário, a Câmara de Vereadores, ou seja, continham o poder político e econômico local, com o apoio do Estado. Esse poder causava temor às famílias e às organizações locais que não conseguiam ocupar esses latifúndios.

[...] Os desafios para o movimento é que as famílias, o povo daqui tinha muito medo de ocupar fazenda dos Mutran, primeiro pelas experiências passada como os trabalhos aqui tinha outra característica, o posseiro, de homem com armas...tu sabe dessa história, era mais o homem e arma pra poder combater, ocupar a terra e vencer...e nós do MST enfrentamos de outra forma com a família, não trabalha só com o homem, trabalha com homem, a mulher, a criança e leva tudo...(Izabel Rodrigues Lopes Filha, 44 anos, assentada do 26 de Março e dirigente estadual do MST, entrevista cedida em 02 de outubro de 2008).

O método de ocupação aparece, constantemente, desde a primeira ocupação do MST no sul do Pará, onde a prática era de ocupar cortando a terra, e cada um ocupava seu lote. Mesmo com diversas ocupações já realizadas pelo Sindicato, a avaliação era de que essas pessoas, da região de Marabá, ainda temiam frente à violência que sofreram com as ações de *posseiros*. Mas, não é só essa questão, muita gente trabalhou para os fazendeiros e sabia de suas práticas. Izabel traz um exemplo concreto: o Complexo Macaxeira, atual Assentamento 17 de Abril, tem uma sede com um porão que serviu de prisão para os trabalhadores e tem registros de fortes marcas nas paredes, com indícios do trabalho escravo.

Por ser um desafio quebrar a oligarquia da família Mutran, o MST resolve investir na ocupação da fazenda Cabaceiras. Segundo Izabel, para a realização do trabalho de base, houve envolvimento de aproximadamente cinquenta militantes, mais os assentados que se prontificaram a contribuir. O trabalho foi realizado nos municípios de Marabá, Jacundá, Eldorado dos Carajás, Curionópolis, Serra Pelada, Parauapebas, São João do Araguaia e Itupiranga.

No dia da ocupação, descreve Izabel, as famílias foram organizadas e concentradas no pátio do Incra, trazendo material necessário para fazer a ocupação e montar o acampamento. Foram deslocadas para a área em caminhões. Nesse momento, as famílias trazem apenas o que consideram essencial para permanência na área.



Foto 5: Dia da ocupação (26 de março de 1999)
Acervo da Secretaria Estadual do MST-PA

A ocupação da antiga fazenda Cabaceiras foi acompanhada tanto pela polícia, como pela imprensa local, afirma Izabel em depoimento:

Foi uma ocupação acompanhada pela imprensa e escoltado pela polícia federal e a polícia militar também, eles imaginavam que todo mundo vinha pra cá (*local do ato*) e só que quando o pessoal veio pra cá a gente passou direto pra 26 de março (fazenda Cabaceiras) e a federal na frente e o povo atrás... rrsrs... é tanto que a federal passou direto da entrada porque eles não sabiam. Ai quando os carros pararam que entrou pro local do acampamento aí que eles perceberam e voltaram, aí se depararam com a ocupação. E o povo (*do ato*) depois que perceberam que o pessoal ia pra ocupação, aí eles foram atrás da ocupação, mas como era dia de chuva e noitinha e começou chover e era escuro, quem tinha lanterna era o povo que tava preparado... o pessoal (*entidades de Marabá*) entraram dentro da mata e voltaram... a federal voltou também, ficou um tempo vendo a movimentação e a imprensa foi e fez sua parte lá e depois voltou. (Izabel Rodrigues Lopes Filha, 44 anos, assentada do 26 de Março, dirigente estadual do MST, entrevista cedida em 02 de outubro de 2008).

Uma vez acompanhada pela imprensa, essa ocupação vira manchete nos jornais local e estadual, pois a família era de grande influência na região.

Enquanto todos esperavam uma grande participação do movimento, no ato público (...) trezes caminhões cheios de clientes de Reforma Agrária (...) saem de mansinho e ocupam a fazenda “Cabaceira”, em Marabá. (Jornal Opinião⁴⁸: de 27 a 29 de março de 1999 In PEREIRA, 2004, p. 8)

Na fazenda, além de ter desenvolvido crime ambiental, é também prática comum o trabalho escravo, desde a época do polígono dos castanhais, realizada pela família Mutran.

⁴⁸ Jornal de circulação no município de Marabá.

Pereira (2004) aponta para tal questão, em seu trabalho, citando documentos da própria Justiça:

A empresa Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda., atuada mais de uma vez por trabalho escravo em sua fazenda Cabaceiras, em Marabá, sul do Pará, terá que pagar R\$ 1.350.440,00 por dano moral coletivo ao Fundo de Amparo ao Trabalhador. Essa é a maior indenização já paga no Brasil por um caso de redução de pessoas à condição análoga a de escravo. (JUSTIÇA: 1º de agosto de 2004 *in* PEREIRA, 2004, p. 4)

Havia motivos para o MST querer ocupar terras da família Mutran e outros latifúndios dali, seja pela questão do crime ambiental e mão-de-obra escrava, seja pela prática de assassinatos dos dirigentes, como forma de calar o MST. Para Izabel Rodrigues Lopes Filha⁴⁹, 44 anos, assentada do 26 de Março e dirigente estadual do MST, essa ocupação foi fundamental para quebrar a oligarquia da família Mutran, e até mesmo incentivar a população urbana a mudanças na política local, pois com as ocupações do MST nas terras da família – Fazenda Cabaceiras, Peruana, São José e Baguá – começa a sua perda no espaço político. Izabel afirma que “de certa forma o Movimento Sem Terra deu uma quebrada neles e a população de Marabá fez uma campanha muito grande pra também desmontar eles na política e no judiciário”.

Feito a ocupação da Fazenda Cabaceiras, começa, então, outro processo, é o processo de resistência. Porque ocupar não significa conquistar, é preciso resistir na área. Pensando nessa resistência, estiveram envolvidos diretamente, nesse acampamento, cerca de vinte militantes, os quais permaneceram na área, junto com as famílias, para contribuir com a organização interna.

Mas, a resistência das famílias na área foi arraigada de conflitos, pois, 22 dias depois da ocupação, acontece uma negociação com o Comitê de Mediação de Conflitos Agrários que forçou a saída das famílias para evitar o despejo, com a intervenção da polícia militar, já que havia uma liminar de posse concedida pela Justiça de Marabá (PEREIRA, 2004). A partir daí, começa o conflito entre o proprietário da fazenda e as famílias acampadas.

Diante, então, da pressão e da conversa com o Comitê de Mediação de Conflitos Agrários, para evitar o despejo com intervenção da polícia, fizeram um acordo e as famílias foram transferidas do acampamento para as proximidades do Rio Sororó, ainda município de Marabá. No acordo, além da desocupação da área, os órgãos públicos envolvidos dariam apoio às famílias. Devido às condições do acampamento e o não cumprimento das promessas dos órgãos públicos, muitas famílias começaram a desistir, ficando apenas 950 (novecentas e

⁴⁹ Entrevista cedida em 02 de outubro de 2008.

cinquenta). Pelo não cumprimento do acordo as famílias, resolvem, então, ocupar a sede da fazenda, no dia 10 de junho de 1999. Para organizar o acampamento, pegam madeiras que foram usadas, mas, são surpreendidos pela polícia, presos, e acusados de estarem roubando a madeira de Lei. Foram presos vinte acampados, entre eles quatro eram menores e só foram libertados quatro dias depois da prisão, e os outros (16) permaneceram por 17 dias no presídio Mariana Antunes⁵⁰, município de Marabá (PEREIRA, 2004). O conflito começa a se acirrar, seja com a atuação da polícia, seja com a intimidação através de pistoleiros e/ou capangas dos fazendeiros. Mas não importa o que tenha acontecido no latifúndio, visto que, na fazenda Cabaceiras, as famílias acampadas descobriram, acompanhadas de testemunhas, um cemitério clandestino e encontraram ossadas humanas. Infelizmente, o caso foi tratado com naturalidade e nada foi feito.

Mesmo com as denúncias que as famílias fizeram sobre as irregularidades da área, novas ameaças de despejos são realizadas e o Comitê de Conflitos Agrários procura, mais uma vez, intermediar a situação. Dessa vez, as famílias não aceitaram acordo e resolvem resistir na área. Assim, após 55 dias de reocupação, acontece o despejo por força policial, com cavalaria, canil e armas. Cerca de quatrocentos policiais militares cercam as famílias até a PA150, crianças e mulheres saem machucadas.



Foto 6: Ação de despejo
Acervo da Secretaria Estadual MST-PA

Como demonstra a imagem anterior e a passagem:

[...] Foi o mais terrível, onde a Márcia se machucou, mulheres fraturaram costela, a tropa de choque foi pra cima mesmo, cachorros enormes que eles levam. Esse foi o pior, eles se organizaram a noite e amanheceram o dia lá[...]Dois primeiros anos foram os piores anos..de repressão e ai depois disso quando a gente tava na área a questão era mais com os pistoleiros, eles

⁵⁰ Presídio de Segurança Máxima.

paciência. Outros vão com expectativa de especular e aí vai saindo. Como se constrói regimento, coordenação, as pessoas vão saindo e automaticamente vai tendo uma seleção, no final das contas é uma seleção para a terra. Tem outro detalhe importante, tem gente que só gosta de acampamento (risos) quando vira assentamento, antes de chegar no dia “D”, ele desiste e vai pra outro acampamento. Acampamento de fato é mais gostoso, é uma amizade próxima, se divide tudo (risos). Acampamento é um negócio gostoso de se viver (risos). (Izabel Rodrigues Lopes Filha, 44 anos, assentada do 26 de Março e dirigente estadual do MST, entrevista cedida em 02 de outubro de 2008)

São elementos que se somam no processo, desde a ocupação da terra, na organização do acampamento, até o momento de transição para assentamento. As relações vão se construindo. O interesse vai fluindo e se definindo. A partir do depoimento, observa-se que as regras que vão sendo construídas provocam tanto a inserção, quanto a desistência das famílias. Com a organicidade interna, que vai sendo construída, algumas famílias vão desistindo, mas outras vão resistindo, principalmente quando se tem o objetivo de conquistar a terra. No caso do Assentamento 26 de Março, a organização interna das famílias, em regime de acampamento, se protelou por um período de oito anos, pois o processo de desapropriação passou por todas as esferas judiciais.

Passados oito anos de acampamento, e o processo de desapropriação protelando na justiça, sem alternativa, as famílias resolvem fazer o trabalho de topografia para o corte da terra. Fizeram uma discussão junto aos núcleos de base. Antes dessa tomada de decisão, as famílias, através dos núcleos, já estavam discutindo a organização do assentamento, se seria apenas uma vila ou se fariam núcleos de moradia. Depois de amadurecer a discussão, as famílias, então, fizeram a opção por núcleo de moradia e realizaram o corte da terra. Assim sendo, cada família pagou uma parcela para a equipe técnica que realizou o trabalho de corte da área. Em 2007, as famílias começaram a mudar para os lotes e fizeram sua primeira roça ali, trabalhando com culturas permanentes e hortaliças. De acordo com um levantamento dos alunos do curso de Agronomia⁵¹, as famílias informaram que tem a pretensão de expandir em seus lotes a produção de açaí, cupuaçu, laranja e coco. Muitas famílias estão organizando seu planejamento, como é o caso do Sr. Benedito Alves (conhecido por Bené), 38 anos, assentado do 26 de Março, quando fala sobre seu lote:

Meu lote não tem mata só capoeirão e o pasto. Faixa de uns 40% capoeirão e 60% é pasto. Planos pro pasto, tirar dois ou três alqueires e criar uma vaquinha e o resto é reflorestar. 25% pra lavoura branca. Nós trabalha mais

⁵¹ Diagnóstico do Assentamento 26 de Março. Setembro/2008. Trabalho realizado pelos alunos do curso de Agronomia (MST-UFPA-PRONERA). Trabalho da IX etapa do Tempo Comunidade, da disciplina de Estudo de Localidade (professora Carla Rocha).

no serviço de mutirão, não pago a mão-de-obra. O serviço funciona bem, você sozinho não faz nada. É o sistema que a gente trabalha direto. Tem que inserir mais gente, pois o dinheiro é difícil. O mutirão é por núcleo de base, somos 09 famílias. Quem fica direto no Assentamento trabalha direto⁵² (entrevista cedida em 10 de janeiro de 2008)

O processo de transição de acampamento para assentamento requer cuidados para o planejamento do lote, para a produção das famílias, uma vez que, nessa região, é muito forte a expansão do gado, seja de corte, seja leiteiro. O Assentamento 26 de Março vive esse processo de transição, considerado nada fácil, conforme vemos no depoimento do Ariosvaldo:

Em 12 de maio de 2007 foi o sorteio e todo mundo começou ir se arrumando pros seus lotes, esse período foi muito difícil pras famílias, imagine sair do acampamento que não tem muita coisa e ir por lote que não tem nada lá. Teve gente que acabou indo pra cidade, outros foram pra Vila Sororó⁵³, outros se empregaram em firma porque as condições era difícil, foi complicado, eu acredito em função disso as pessoas acabaram diminuindo sua inserção nas atividades políticas do movimento, em função das próprias condições de vida e em função da mudança, acho que um pouco disso. (Ariosvaldo Andrade dos Santos – Ari - 29 anos, militante e assentado do 26 de Março, entrevista cedida em 02 de fevereiro de 2009).

Em 2008, as famílias começaram a se organizar melhor em seus lotes. Ari faz referência a pouca participação das famílias nas atividades externas do MST, atribuindo a isso o processo de transição, a mudança do acampamento para os lotes, e a falta de estrutura das famílias, ou seja, o momento de organização do seu lote. Por outro lado, esse é o momento em que a propriedade passa a ser prioridade, de forma concreta, porque, até então, era apenas o desejo e a perspectiva de conquista da terra. A mudança para o lote é a efetivação da propriedade, que passa a ser de controle e domínio da família.

Nesse processo de organização do assentamento, devido à área não comportar quatrocentas famílias, ficaram 206 famílias, as outras foram remanejadas para outras áreas de acampamento. Vale ressaltar que, além dos lotes (206), ficou uma área de reserva. Dessa área, as famílias cederam 174 hectares para a construção da Escola Agrotécnica Federal de Marabá⁵⁴. O assentamento está estruturado em seis núcleos de moradia⁵⁵ (aglutinando entre vinte e cinquenta famílias) e 20 núcleos de base (de 10 a 12 famílias por núcleo). Cada família

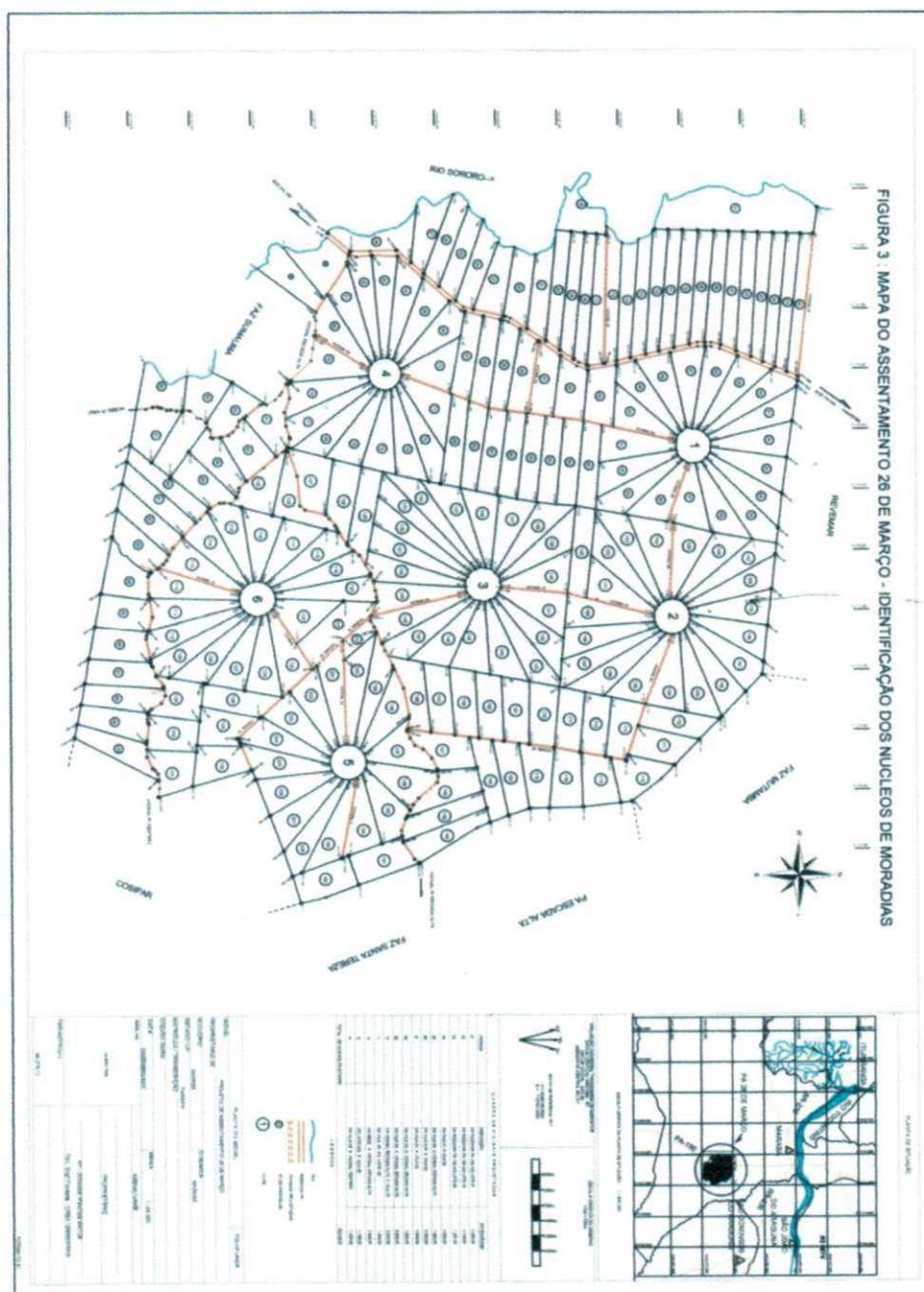
⁵² Esse comentário do Sr. Benedito (Bené) é porque os militantes que são assentados e fazem parte do núcleo base não ficam direto no trabalho, pois precisam se ausentar em vários momentos.

⁵³ Vila próxima do assentamento, cerca de três km.

⁵⁴ Na área de construção da escola existe um plantio antigo de seringa, castanha e café.

⁵⁵ Núcleo de Moradia é uma nova proposta do MST, pois antes todos os assentamentos eram criados em Agrovilas estas variavam de tamanho de acordo com a região e/ou estado. Alguns formavam grandes agrovilas, como no estado do Pará, com assentamento com 690 famílias. A partir das experiências de Agrovilas, é que o movimento então começa um debate e reflexão em torno da criação de assentamentos em forma de núcleos de moradia, chamados de raio de sol. Nessa nova proposta, a família passa a morar dentro do próprio lote, mas formando espaço social em torno de 20 a 50 famílias por núcleo de moradia. O número de núcleos e de famílias por espaço varia de acordo com a área ocupada. O Assentamento 26 de Março é a segunda experiência do estado do Pará, a primeira foi o Assentamento Cabanos, localizado no município de Eldorado dos Carajás, com 85 famílias.

ficou em um lote de 50 hectares. O corte da terra foi uma ação das famílias através dos núcleos de base⁵⁶. A figura 3- demonstra como estão organizados geograficamente os núcleos de moradia do assentamento 26 de Março.

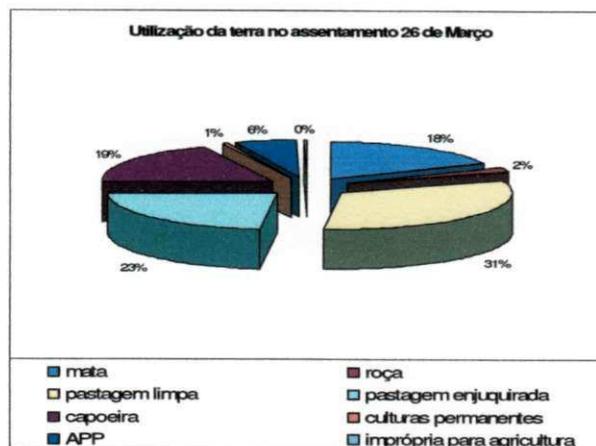


O Assentamento 26 de Março está classificado da seguinte forma: 31% de pastagem Brachiaria limpa; 23% de pastagem enjuquirada; 18% de mata; 19% de capoeira; 2% de

⁵⁶ As famílias contrataram um topógrafo depois de nove anos de acampamento e fizeram o corte da terra de acordo com a proposta de núcleos de moradia. Com a desapropriação o Inca vai realizar outro trabalho topográfico para reconhecimento do que já foi realizado.

roças; 6% de Área de Preservação Permanente (APP); e 1% entre imprópria e cultivos permanentes.⁵⁷

Figura 04- Gráfico de utilização das terras no assentamento



Desde o início da ocupação que a famílias trabalham produzindo arroz, amendoim, mandioca, hortaliças, feijão, banana, milho, e farinha. A partir da produção do milho, mulheres e crianças fazem pamonhas, assam e cozinham o milho, e cristalizam castanha para vender nas barracas a beira da estrada, na PA-150. Além de lavoura branca, as famílias cultivam, ainda, a prática da coleta de castanha.



Foto 7: Corte de castanha no Assentamento 26 de Março (prática ainda comum)
Foto: Ashley (22/12/2002)

É fundamental destacar que essa prática está ameaçada, pois muita castanheira já foi e continua sendo extraída ilegalmente. Conseqüentemente, desse modo, diminui a sua produção

⁵⁷ Diagnóstico do Assentamento 26 de Março. Setembro/2008. Trabalho realizado pelos alunos do curso de Agronomia (MST-UFGA-PRONERA). Trabalho da IX etapa do Tempo Comunidade, da disciplina de Estudo de Localidade (professora Carla Rocha)

e coleta. É corriqueiro encontrar, nas estradas, caminhão transportando toras de castanha, entre outras madeiras consideradas de Lei na região. Esta imagem é comum na região:



Foto 08: corte da castanheira
Foto: Izabel Lopes (21/01/2009)

No dia 19 de dezembro de 2008, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária publica a Portaria nº 67 de desapropriação da área e criação do Projeto de Assentamento 26 de Março.

CAPÍTULO III

DE ACAMPAMENTO À ASSENTAMENTO: A CONSTRUÇÃO DA ORGANICIDADE DO 26 DE MARÇO

A construção da organicidade do Assentamento 26 de Março parte de uma trajetória de luta e organização do MST, principalmente em nível de estado, ou seja, a partir da vivência de outros acampamentos e assentamentos, que por sua vez também partiram de outras experiências desencadeadas em nível nacional. No momento tomaremos como ponto inicial o trabalho de base, momento em que as famílias começam se aglutinar para a ocupação e organização do acampamento, espaço de intensificação do trabalho interno, uma vez que é um momento que não existe nenhuma garantia de permanência na terra. O processo de organização que começa se constituir não é específico do movimento, mas também das famílias a partir das relações construídas no espaço de convivência. Vale ressaltar que o trabalho de campo dessa dissertação foi desenvolvido no processo de transição de acampamento para assentamento, as famílias viveram 10 anos de acampamento (período de 1998 a dezembro de 2008). Para Fernandes (1999), os acampamentos são espaços de tempos e transição, espaços de lutas e de resistência. Mas, para isso faz-se necessário manter o mínimo de organização:

A organicidade é uma característica dos movimentos socioterritoriais. É representada na manifestação do poder político e de pressão que os sem-terra possuem no desenvolvimento da luta, tanto para conquistar a terra, quanto para as lutas que se desdobram nesse processo. (FERNANDES, 1999, p.286)

Nessa perspectiva, a organicidade não se restringe apenas ao momento de acampamento, mas também ao propósito de desencadear uma luta maior, que vai desde a desapropriação da terra até o processo de consolidação da área. Nesse processo, há interesse em conquistar as necessidades básicas das famílias, como infra-estrutura, saúde, educação, lazer, entre outras. O MST procura, então, a partir da organicidade, criar formas de envolvimento das famílias na dinâmica do acampamento e assentamento, construindo instâncias para que o espaço de convivência possa funcionar de forma que garanta o “avanço” do acampamento e/ou assentamento, seja nas negociações de desapropriações, seja de políticas públicas para suas áreas. Mas, a construção de uma organicidade interna passa

pelo envolvimento direto das famílias acampadas e/ou assentadas que, por sua vez, atravessa toda uma *práxis*. Para Vázquez (2007), a consciência da *práxis* do homem está carregada ou atravessada por idéias que estão no ambiente, no espaço de convivência, onde se encontram as ideias, valores, juízos e preconceitos, que, nesse espaço, flutuam e aspiram, como seus miasmas. É, em muitos casos, a adoção inconsciente de pontos de vista surgidos originariamente como reflexões sobre o fato prático. Ainda nas análises de Vázquez (2007), a reflexão da *práxis* faz-se necessário a partir de uma concepção do homem como ser ativo e criador, prático, que transforma o mundo não só em sua consciência, mas também em sua prática, realmente.

Ao propor a construção da organicidade, o movimento propõe a organização de uma “estrutura orgânica”⁵⁸, ela envolve todo um conjunto de pessoas que já tem uma relação de convivência, experiência de trabalho, onde os laços já estão sendo construídos. No Assentamento 26 de Março, as famílias passaram por uma experiência de dez anos de acampamento, tempo que contribuiu para aprofundar o debate e até mesmo a construção da organicidade interna, antes da criação do assentamento. Para o MST, o acampamento é um espaço fundamental na construção da organicidade interna. A fala da Giselda Coelho Pereira, 34 anos, assentada e militante do assentamento 26 de Março, expressa a proposta de organicidade, principalmente partindo do seu lugar de vivência:

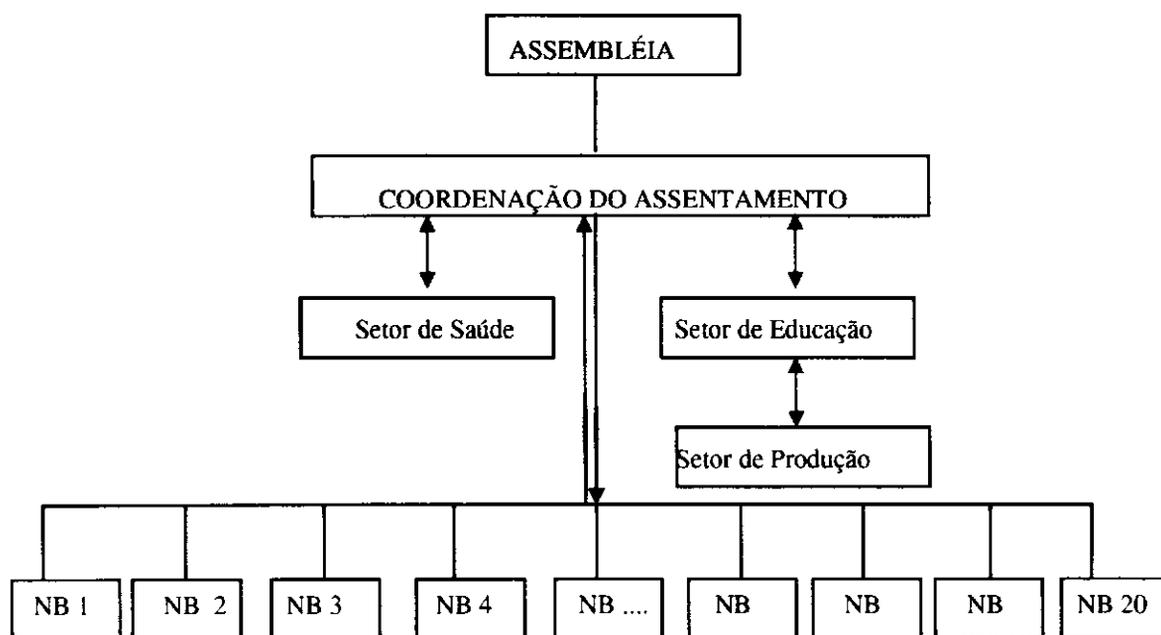
Considero o acampamento um laboratório, a ocupação é uma ação coletiva e para resistir à pressão é preciso estar preparado cotidianamente, para isso se constrói o que vou chamar de **engenharia social**, ou seja: os setores que tem a função de cuidar da vida social, cultural, política, da saúde, mas também da segurança coletiva das famílias. Os núcleos são um espaço por onde deve perpassar todos os debates e sugestões do que fazer no acampamento. A coordenação tem o papel de coordenar esse processo e os setores de executar as definições tomadas e as demandas construídas. (entrevista cedida em 07 de março de 2009, via e-mail, grifo nosso)

Esse processo é constituído, principalmente, a partir das práticas das famílias acampadas, pois “[...] as práticas sociais, ao penetrarem no espaço e no tempo, estão na raiz da constituição do sujeito e do objeto social” (GIDDENS, 2003, p. XXIV). É um processo construído com a contribuição direta dos militantes do MST, responsáveis em acompanhar as famílias, cotidianamente. Não se dá de forma simples, mas complexa, arraigada de embates,

⁵⁸ Esse termo “estrutura orgânica” é utilizado pelo MST nos materiais de formação e por sua vez pelos militantes nas áreas de acampamentos e assentamentos. Quanto ao termo orgânico, eu diria que remete a questão de organismos, quando se propõe a definição de “instâncias” (são os setores e coordenações locais, regionais e estaduais) e funções atribuídas em cada um desses espaços. Fica explícito no caso do 26 de Março, a partir do depoimento de Giselda quando compara acampamento com uma *engenharia social*.

tensões, negociações, os quais são encarados como algo “normal”. Ocorre em face às relações entre pessoas que estão chegando e organizando o espaço, tanto o individual em seus lotes, bem como o espaço social. São os *cenários de interação*. É nesse espaço de relações que gera a disputa por posições do poder. As pessoas começam a se desafiar ao estudo, coordenar reuniões, pois assim podem assumir a instância com mais facilidade. De certa forma, os atores visam a ocupação desses espaços que, muitas vezes, podem seguir um destino de formação de grupos e, a partir daí, a disputa dos espaços. A construção e (re)construção da organicidade inserem-se, nesse cenário, com o propósito de romper os limites e apontar as possibilidades de construção de um espaço social junto às famílias acampadas e/ou assentadas. Este capítulo apresenta como desafio refletir sobre a construção da organicidade interna do Assentamento 26 de Março, que, hoje, é um dos assentamentos em que o MST, no estado do Pará, mais tem apostado como possibilidade de gerar desenvolvimento sócio-econômico e cultural para as famílias. A figura 05 apresenta a estrutura organizacional atual das famílias, que vivem o processo de reorganização interna:

Figura 05 - Organograma da estrutura organizativa do Assentamento 26 de Março



Este capítulo segue “etnografando a organicidade” do Assentamento 26 de Março, considerando as análises de Giddens (2003):

[...] toda pesquisa social tem um aspecto necessariamente cultural, etnográfico ou “antropológico”. Isso é uma expressão do que eu chamo de dupla hermenêutica que caracteriza a ciência social. O sociólogo tem como campo e estudo fenômenos que já são constituídos como significativos. A condição de “entrada” nesse campo é travar conhecimento com o que os atores já sabem, e têm de saber, para “prosseguir” nas atividades cotidianas da vida social. (GIDDENS, 2003, p. 334-335)

3.1. Trabalho de base: o embrião da “estrutura organizativa”

A construção da organicidade das famílias do Assentamento 26 de Março começou ainda no trabalho de base, ou seja, a partir das reuniões em bairros periféricos das cidades. À medida que as reuniões iam acontecendo com as pessoas que resolviam se “cadastrar”, os militantes logo iniciaram um trabalho de organização de grupos, pois a intenção era chegar ao acampamento com o mínimo de “organização” das famílias. Segundo os militantes que desenvolveram o trabalho de base, essa ocupação exigiu grande esforço, tanto por ser uma fazenda de propriedade da família “Mutran”, como também uma área que fez parte do polígono dos castanhais, conforme abordado no capítulo anterior, além de ter uma localização privilegiada pela proximidade de Marabá. Nesse sentido, o trabalho de base foi intenso e cuidadoso. De acordo com dirigentes e militantes, para garantir a resistência na área, investiu-se na organicidade interna das famílias.

A estrutura organizativa que vai sendo construída parte de um processo que já estava sendo desenvolvido em outras áreas de acampamentos e assentamentos do MST no estado do Pará. Ao nos referirmos à estrutura, recorreremos às análises de Giddens (2003), onde em sua teoria redefine esse conceito, numa visão diferenciada do funcionalismo e do estruturalismo.

“Estrutura” refere-se não só a regras envolvidas na produção e reprodução de sistemas sociais, mas também a recursos [...]. Como acontece comumente com seu uso nas ciências sociais, o termo “estrutura” tende a ser ligado com os aspectos mais duradouros dos sistemas sociais em mente, e não quero perder essa conotação. Os mais importantes aspectos da estrutura são as regras e os meios recursivamente envolvidos em instituições. As instituições são, por definição, os aspectos mais duradouros da vida social. (GIDDENS, 2003, p. 28)

A sua noção de estrutura é processual. Os indivíduos vivem e se organizam através de processos dinâmicos, na interação social.

A estrutura não tem existência independente do conhecimento que os agentes possuem a respeito do que fazem em sua atividade cotidiana. Os agentes humanos sempre sabem o que estão fazendo no nível da consciência discursiva, sob alguma forma de descrição. Entretanto, o que eles fazem pode ser-lhes inteiramente desconhecido sob outras descrições, e talvez conheçam muito pouco sobre as conseqüências das atividades em que estão empenhados. (GIDDENS, 2003, p. 31)

Essa estrutura, criada e construída pelo movimento, parte do envolvimento direto dos atores, seja através de grupo de família, seja por meio de equipes de trabalho, setores, entre outros espaços que vão sendo organizados. Mas, esse espaço requer o envolvimento direto do indivíduo para assim, constituir-se o espaço “coletivo”. São espaços permeados por regras, objetivos e princípios do movimento. A estrutura trabalhada nos assentamentos/acampamentos, como forma de garantir a organicidade interna, não pode ser vista ou definida como *externa* ao indivíduo, como *mecânica, fixa*, mas um constante *vir a ser*, sendo que são os atores, pelas práticas sociais, que farão a condução do processo. Bourdieu (*apud* Caria, s/d), afirma: “Tal como a fala, a prática social não depende do conhecimento das estruturas (da gramática e das regularidades socioestatísticas) para existir”. Apesar de Bourdieu estar se referindo a uma experiência, se reportando a outro país, outros atores, poderíamos dizer que a organicidade, partindo da estrutura construída nas áreas, é relevante à prática do atores sociais, já que são eles os protagonistas dessa organicidade, e os que conduzem o processo interno. Vale ressaltar que a estrutura pode ser vista e analisada como possibilidade, mas também pode trazer conseqüências “imprevisíveis” no desencadear de um projeto. Portanto, o essencial são as práticas dos atores envolvidos no processo, sendo que, é por isso que o 26 de Março, ao construir a organicidade interna, parte de uma trajetória já em curso no estado do Pará. A partir daí, dirigentes e militantes desencadeiam a discussão nessa nova ocupação.

Inicialmente, em março de 1998, as famílias foram organizadas em grupos de família, pois o movimento, no estado, ainda não tinha amadurecido a discussão em torno do núcleo de base. Foram organizados 13 grupos de famílias, envolvendo cerca de 50 famílias, cada grupo. No acampamento, aos poucos a discussão sobre núcleo de base foi sendo aprofundada, até surgir uma a “nova” forma de se organizar. Mas, não foi automaticamente, conforme fragmento do depoimento:

[...] já foi pro acampamento meio que todo mundo já no seu grupo de família, acho que uns quatro anos ou três anos depois foi que foi surgindo essa questão da discussão dos núcleos que aí a gente veio organizar, mas no início foram 13 grupos de famílias com 50 famílias cada grupo e aí depois a gente veio organizando os núcleos[...]. (Rosângela Alves, 34 anos, militante e assentada do 26 de Março, entrevista cedida em 19 de outubro de 2007)

A partir da ocupação, as famílias são inseridas em um espaço de discussão e “novo” debate, uma vez que a organicidade interna não acontece de forma natural, mas diante de um contexto, partindo de princípios trazidos pelo MST, conforme sua intencionalidade. É nesse processo de ocupação que acontece o encontro de diversas pessoas. Não existe uma clareza, ainda no momento inicial, do que se deseja com a estrutura organizativa, já que fica explícito que a preocupação principal das famílias é a conquista da terra. A organização, por meio dos grupos de famílias, se estendeu por um bom período, tornando-se assim o marco da organização dos “barracos”. Por isso que as famílias construíram suas moradias por grupo, como forma de facilitar a realização de reuniões e atividades práticas no acampamento.

Para Pereira (2004), no período em que a organização interna era em grupos de famílias, o espaço privilegiado para repassar as informações era através da assembléia. Os grupos, nesse período, cumpriam mais a função operacional, desempenhando também as atividades que deveriam exercer no acampamento.

Essa organicidade interna traz consigo um conjunto de regras e normas que são discutidas com as famílias, como forma de mantê-las na área. Além da disposição de se organizar, é preciso também trabalhar para que as regras sejam construídas, mas, sobretudo, cumpridas. Para permanecer na área, é preciso que o indivíduo compartilhe das normas e regras internas. Certos momentos eram particularmente difíceis para a coordenação do acampamento, como vemos a seguir:

No início do acampamento um dos problemas que deu foi a própria situação econômica do povo, todo mundo veio da cidade em busca de trabalhar e o acampamento tinha **uma regra**: só tinha autorização de cinco dias para cada pai de família, então o pai de família saía pra trabalhar, com cinco dias tinha que retornar, muitas vezes saía com cinco dias e nem arrumava serviço fora. Então no início deu bastante trabalho pra segurar o povo dentro da área, dentro do acampamento e fazer com que eles tivessem alimentação. (Francisco Uires Sousa Xavier, 34 anos, assentando do 26 de Março, entrevista cedida em 26 de novembro de 2008, grifo nosso)

Observa-se, então, que a principal regra, neste tempo, regulava a saída do acampamento, pois as famílias necessitam de mantimento e o acampamento, não conseguia

garantir a alimentação. Por isso, é criado um calendário de saída das pessoas para realização de trabalho fora, o que acontece, principalmente, no início da ocupação. É justamente pensando em suprir a necessidade da alimentação das famílias que a coordenação do acampamento organiza um calendário que assegura o período de saída e retorno para a área. Além da saída, outras regras deveriam ser seguidas pelas famílias, tais como: horário de dormida definido pela coordenação, não beber, não brigar, não abrir comércio sem uma discussão com a coordenação, não realizar nenhuma negociação em nome do acampamento. A coordenação entendia que essas regras deveriam ser flexíveis, principalmente relacionado à saída para trabalho externo. Mas, segundo Francisco Uires, 34 anos, assentado do 26 de Março, muitos coordenadores eram considerados *linha dura*, ou seja, cumpriam as regras de forma rigorosa, provocando o esvaziamento do grupo de família e, por sua vez, do acampamento.

Por outro lado, alguns procuram seguir as regras sem restrições, especialmente quando se tem a intenção de ser referência, assumindo os espaços de discussões e deliberações no acampamento, como aparece no depoimento:

[...] nunca achei dificuldade nenhuma dentro do acampamento. Achava dificuldade do povo, **mas dizer que as regras**, as coisas que iam haver tudo pra mim era bacana. Agora, a dificuldade era do povo que nem todo mundo é igual. [...] adaptei dum tanto a regra, que quando na coordenação discutia uma linha de tirar uma instância eu dizia que queria, e o pessoal cortava e dizia que não podia ter duas ou três instâncias. [...] nunca dei trabalho, eu passei nove anos, nunca fui chamado nem por disciplina, nem por segurança, porque **sempre eu cumpri as regras**, porque as regras são boas. São boas, pro cara num beber, num bagunçar, dormir nove horas, num brigar com a mulher. São tudo regras boas, mas muitos não reconhecem e fazem errado. (Domingos de Oliveira, tem 42 anos, assentado do 26 de Março e coordenador do setor de produção, entrevista cedida em 04 de fevereiro de 2009, grifo nosso).

Desse modo, é a partir da adaptação às regras⁵⁹, do engajamento orgânico⁶⁰ interno, que alguns indivíduos passam a assumir instâncias⁶¹, porque ganham a confiança das famílias e dos militantes. Por sua vez, conseguem assumir ou um setor, ou coordenação de grupo. Alguns se engajam nessa perspectiva, e outros, sobretudo, para a conquista da terra. Por isso, seguem as normas e regras que são instituídas internamente no acampamento, mesmo que seja de forma conflituosa e, muitas vezes, cercado de tensões. Para Giddens (2003, p. 26-27), “a

⁵⁹ Construção de organicidade é muito mais que interferir no sentido do movimento e as regras desempenham papel importante nesse processo que se mobiliza e torno dos “arranjos institucionais”.

⁶⁰ O engajamento orgânico é quando o indivíduo se insere no processo organizativo do movimento e desenvolve tarefas que são designadas através das instâncias, ou seja, organiza, planeja e participa de atividades do movimento, seja de caráter local, regional, estadual e/ou nacional.

⁶¹ Como mencionado anteriormente, as instâncias são os setores, as direções e coordenações.

maioria das regras envolvidas na produção e reprodução de práticas sociais são apenas tacitamente apreendidas pelos atores: eles sabem como prosseguir”. Ainda em suas análises, Giddens (2003, p. 27) considera que “as qualidades estruturadoras das regras podem ser estruturadas, em primeiro lugar, em relação à formação, manutenção, término e reconstituição de encontros”.

É diante das regras e normas que o acampamento vai se organizando com a estruturação dos grupos de famílias, seguido de núcleo de base e setores. Toda e qualquer discussão interna passava, então, pelo grupo de família, que tem seu coordenador, pessoa responsável de organizar a pauta de discussão, e que, também, passa pela coordenação do acampamento. Mas, para manter o mínimo de organização, foram criadas formas de anunciar os momentos das reuniões e assembléias.

3.1.1. “Bico” do Agamenon: o anúncio da reunião

A organicidade interna do 26 de Março, além dos grupos de famílias, tinha os setores (saúde, educação, produção, frente de massa, comunicação), equipes de segurança e disciplina, e grupo de jovens. As famílias localizavam seus barracos de acordo com os grupos de que faziam parte, para facilitar a organização das reuniões, uma vez que era grande o número de famílias. Para manter a organização interna era preciso dias e horários de reuniões. Algumas pessoas, às vezes, participavam de mais de uma instância ou espaço de discussão e debate. Significava, então, que deveria participar de várias reuniões por semana, algumas vezes no mesmo dia.

A realização das reuniões e assembléias exigia uma forma de avisar as famílias, já que o espaço não dispunha de sistema de som. A convocatória para assembléia era por meio do foguete (fogos de artifícios), e para as reuniões menores a convocatória se dava por um apito.

[...] Era a disciplina e a segurança que ficavam com o apito, então quando tinha que reunir rápido assim uma reunião extraordinária aí tocava o apito, todo mundo já tava ali prontinho pra reunir[...] quando o apito tocar a gente já sabe que tem que reunir. Um apito (*um toque*) coordenação, dois apitos (*dois toques*) coordenação de núcleo mais coordenação de disciplina, 03 apitos (pausa)...minha irmã...aí coordenação de núcleo, coordenação de disciplina e coordenação de segurança...reunir com todo mundo...aí era o código pras coordenações sentar. Isso durou um tempão, até no núcleo de base ainda tinha isso. **O apito ele foi até uns cinco, seis anos**, apito direto aí rodando. Quando o apito tocava aí todo mundo aí meu Deus!...o povo já

estava cansado, três anos (risos)...o povo dizia lá vem Agamenon (*quem tocava o apito*) com esse bico dele (risos). (Rosângela Alves dos Reis, 34 anos, assentada do 26 de Março, entrevista cedida em 19 de outubro de 2007, grifo nosso).

A partir desse fragmento, observa-se que a dinâmica de reunião, no acampamento, é bastante intensa, provocando certa cansaço nas famílias, quando reclamavam do apito, o qual estava associado à reunião. A responsabilidade maior cai sobre a coordenação, que tem o papel de discutir todas as questões que envolvem o acampamento. Então, quando surgia problemas nos setores, grupos ou equipes, a coordenação era quem discutia e deliberava sobre determinado assunto. A metodologia adotada para conduzir as reuniões da coordenação seguia a dinâmica de rotatividade, isto é, a cada reunião um coordenador de núcleo ficava responsável de coordenar a reunião. Com o passar dos anos, as famílias vão cansando das reuniões e outro processo começa a desencadear, ou seja, muitos começam a participar de acordo com a pauta em questão, indo apenas no momento de seu interesse.

Com a permanência das famílias por muito tempo na área de acampamento, o *apito do Agamenon* foi substituído pela “boca de ferro”⁶², coordenada pelo setor de comunicação. Até então, era a equipe de disciplina e segurança que coordenava o apito. Com a “boca de ferro”, além dos avisos para reuniões, os jovens começaram a organizar programas informativos e musicais. Esse instrumento de comunicação contribuiu, também, para o fortalecimento da *mística* no acampamento.

3.2. Mística e organicidade

Não é possível tratar a organicidade do Assentamento 26 de Março sem recorrer à mística. Como se diz no MST: o que move a luta é a mística. Partindo da essência da palavra, que vem da palavra mistério, são vários os seus sentidos, podendo significar: *aura de interesse, curiosidade, fascinação*. A palavra mistério não possui um conteúdo teórico, mas está ligada à experiência religiosa de ritos e iniciação.

Boff define alguns sentidos de mistério e mística:

a) no sentido antropológico-existencial, onde o mistério designa a dimensão de profundidade que está em cada pessoa, em cada ser e na totalidade da realidade e que possui um caráter definitivamente indecifrável. Cada pessoa

⁶² Sistema de alto-falante (03 bocas de ferro) instalado em uma vara de “pau” na residência de um acampado. Esse sistema ainda é usado em algumas áreas de acampamentos e assentamentos, pois funciona principalmente como forma de avisos.

é um mistério; b) sentido religioso, as pessoas personalizam a experiência do mistério, sentem-se como habitadas por ele e convidadas ao diálogo, à oração e a cair de joelhos diante de sua sacralidade, então surgem as religiões. Na raiz de cada religião está uma experiência de mistério; c) sentido sócio-político, esse sentido usado por analistas sociais e políticos. Encontra-se em Max Weber e Pierre Bourdieu e outros, quando analisam a política como profissão e arte e discutem a importância dos atores carismáticos na transformação da sociedade. Mística significa então, o conjunto de convicções profundas, onde as paixões fortes mobilizam as pessoas e movimentos a lutarem por mudanças. (BOFF *in* MST, 1998, p. 25-38)

A partir desses sentidos, não podemos definir a mística como um momento, uma apresentação estanque, mas como algo que abrange todo um contexto a partir da vivência, envolvendo *cenários*, porém, não pode ser compreendido de forma restrita. A mística instiga novas visões, alimenta sonhos e novas realizações, partindo das transformações sociais. A mística impulsiona o cotidiano e sensibiliza a vida em conjunto, porém, não apresenta receitas. Uma mística “marcante”, no 26 de Março, foi a organização da moradia, onde as famílias começaram a estruturar seus espaços pelos grupos, tornando-se referência para toda e qualquer atividade interna.

A mística na vida cotidiana das famílias acampadas aparece no mais simples gesto, na forma de organizar o seu “barraco” no acampamento, no embelezamento com plantas ornamentais, organização dos quintais, cartazes, bandeiras, fotos e santos. A organização das festas, de cunho religioso, entre outras. Nas reuniões aparece de diversas formas, através da música, da poesia e o embelezamento do espaço. Nesse momento, são usados diversos símbolos: bandeiras, ferramentas, boné, chapéu, pilão, peneiras, entre outros instrumentos que são utilizados no trabalho do camponês. A mística procura tornar o espaço de debate leve, principalmente quando se tem uma pauta extensa e polêmica.

Partindo do sentido da mística como *conjunto de convicções profundas*, é que o Movimento propõe, na construção da organicidade, a apreciação das manifestações e práticas das famílias de maneira que valorize a diversidade.

3.3. Núcleo de base: da resistência à criação

Após a experiência da organicidade em grupos de família, aos poucos a militância foi realizando uma discussão interna sobre a possibilidade de criação do núcleo de base, por ser uma sugestão do MST nacional, vinda com a deliberação de discutir e encaminhar nas áreas de acampamento e assentamento. Não significa que, em todas as áreas, essa proposta é aceita. Mas, no 26 de Março, foi incorporada essa nova proposta de organicidade interna. A discussão sobre núcleo de base traz outra indicação:

A partir do momento que define organizar os núcleos, eles passam a ser construídos numa perspectiva de serem uma **instância de base** para organização do trabalho, fortalecimento da cooperação, organização do espaço social, estudo, debate, análise e tomada de decisão sobre assunto que diz respeito ao conjunto das famílias acampadas (PEREIRA, 2004, p. 12, grifo nosso).

Sendo assim, fica subtendido que o grupo de família, até então, não conseguia atingir os objetivos que surgem com a proposta do núcleo de base, como o estudo, debate, fortalecimento da organização. Mesmo com a criação do núcleo de base, esses limites continuam como aparece no diálogo com a coordenação e com os militantes, ou seja, essa organicidade interna exige grande esforço para garantir a sua proposta na essência. A discussão em torno do núcleo de base, no 26 de Março, flui apenas em 2003 e em 2004 são criados então os núcleos de base, apesar do debate nacional ter iniciado em 1998. Acredita-se que essa estrutura organizativa pode fortalecer a luta política, potencializar a cooperação na base, extrapolando a legalidade das cooperativas e impulsionando os núcleos para que sejam a base de sustentação do Movimento.

A partir do momento que se define organizar as famílias por meio dos núcleos, estes passam a ser construídos numa perspectiva de instância de base, ou seja, para organização do trabalho, fortalecimento da cooperação, organização do espaço social, do estudo, do debate, enfim, da análise e tomada de decisão sobre assunto que diz respeito ao conjunto das famílias acampadas. O debate sobre núcleo de base parte de experiência concreta já desenvolvida em outras áreas do estado do Pará, a partir dos erros e acertos. Através de depoimentos de militantes e assentados, consideram que vários equívocos foram criados a partir do NB, principalmente com o acesso a créditos, que foram construídos com objetivo específico de acesso a crédito grupal, sem discussão aprofundada com as famílias, provocando assim a extinção destes núcleos de base. No Pará, vários problemas ocorreram com a nucleação em outros assentamentos:

Quando vem a nucleação vem o PROCERA⁶³ e o PRONAF⁶⁴ que é via família, como o banco tinha problema administrativo e de pessoal que não tinha capacidade de operar individualmente veio o crédito que eles chamam de grupal. Então pro banco foi mão cheia, nós tinha recém nucleado todas nossas famílias, a cada grupo de 10, aí o banco só pega esses grupos e transformam eles em famílias que vão acessar o crédito grupal que é o PRONAF, isso significa o quê? Força a liberação do crédito coletivo pra infra-estrutura, pra produção, mas também infra-estrutura coletiva, sendo que o núcleo de base não era coletivo, era um núcleo de representação orgânica, política do assentamento. Por ser um núcleo automaticamente ele

⁶³ Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

⁶⁴ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

não era coletivo e o crédito transformou todos os NB em núcleos coletivos a partir do crédito. Só que as famílias não estavam preparadas para receber isso, foi o que aconteceu na Palmares, aconteceu no 17 de Abril e aconteceu no primeiro de Março. (Giselda Coelho Pereira, 34 anos, assentada do 26 de Março, entrevista cedida em 17 de janeiro de 2009)

Nesse fragmento, fica evidente a forma como chegou a nucleação no estado do Pará, os equívocos que aconteceram, sobretudo em termo de concepção, ou seja, o núcleo de base, automaticamente, ser considerado coletivo e essa aquisição de recursos via núcleo que acarretou em problemas futuros para as famílias, em termo de dívidas, pois a individualização dessas dívidas provocou desgastes internos. Observa-se que, mesmo o banco impondo a forma de acessar o crédito, a princípio, não aparece a rejeição por parte das famílias, uma vez que estão em fase de estruturação do assentamento, sentem-se “acuados” para receber tal proposta. Nesse cenário, aparece a fragilidade na organização interna, já que não conseguiram se estruturar politicamente a ponto de enfrentar os obstáculos que foram surgindo no meio do caminho. As famílias aceitaram os créditos sem nenhuma análise dos problemas que poderiam ser gerados no futuro. Então, a forma como chega o núcleo de base, no Pará, não é muito agradável e deixou marcas em algumas áreas de assentamentos.

São as experiências anteriores que servem para embasar o debate e o estudo com as famílias do Acampamento 26 de Março. As famílias começam a estudar e discutir para mudar de grupo de família, da forma como estava organizada desde o início da ocupação, para o núcleo de base. A convivência em grupo de família foi essencial para a criação dos núcleos de base, porque foi um espaço de convivência em que as famílias se conheceram melhor, uma vez que desenvolviam seus trabalhos de roças de maneira muito próximas, onde trabalho aparece como um forte elemento no processo de definição das famílias por núcleo de base. É a partir da relação, da convivência, que as famílias vão se identificando, se conhecendo, passando por várias questões, como trabalho, religião, amizade, cumplicidade, cooperação, entre outras.

O que pude observar é que tem núcleo com diferentes composições, uns tem como referência a religião, outro a predominância é a relação de parentesco, outros por afinidades nas relações de confianças e de trabalho, exemplo disso foi no dia do sorteio dos lotes havia 11 famílias sem núcleos porque nenhum núcleo aceitou essas famílias alegando que deram problemas durante todo o acampamento e não gostariam de conviver perto delas pelo resto da vida, ou enquanto morar no assentamento. (Giselda Coelho Pereira, 34 anos, militante e assentada do 26 de Março, entrevista cedida em 10 agosto de 2007)

Esse relato deixa claro que as famílias já tinham uma avaliação da convivência com seus pares, especialmente pelo tempo de acampamento e as relações que vão sendo construídas. Nesse sentido, buscam critérios para se aglutinar, como diz o relato: é a religião, a relação de parentesco, confiança e trabalho. Esse critério do trabalho é muito forte na organicidade, pois uma das atividades freqüentes, em todos os núcleos, é o mutirão. Para isso, é necessário vontade, disposição de fazer a troca de dias de trabalho, seja na derrubada e na capina, seja na plantação e, até mesmo, na colheita. Essa prática permeia por todo o período de acampamento e continua na fase de assentamento, não com a mesma freqüência, visto que essa atividade depende da organização de cada núcleo.

Esse processo de transição, entre grupo de família e núcleo de base, provoca resistência por parte de algumas famílias, uma vez que já estavam acostumadas com seus grupos, além da dinâmica que já estava em curso no acampamento. A discussão e criação dos núcleos geraram polêmica, mas não impediu o seu desencadeamento.

Na verdade essa questão, essa transição de grupo pra núcleo isso deu um “bafafá” (risos). Porque imagina só, você convive num grupo em torno de 60 pessoas, que na época era o grupo cinco, (se refere ao seu grupo), ao mesmo tempo, esse grupo se dividiu em aproximadamente 06 núcleos, era de 07 a 10 famílias por núcleo, O que acontece isso descentralizou, eram 13 grupos, esses 13 grupos, foi pra 24 núcleos de toda a comunidade. O que acontece de 26 foi pra 48 coordenadores, então descentralizou toda aquela situação política que existia na mão de 26 pessoas, ele ampliou o quadro de dirigentes. [...] Uns dois ou três meses que tava nesse processo de discussão e formação do debate, as famílias acabaram dizendo que queriam voltar ao grupão de novo (risos). Porque querendo ou não facilitava a divisão de tarefa, imagine quem ia tirar guarita (risos), era um grupo de 60, era 13 grupos, acontece que o cara ficava 30 dias sem tirar guarita, quarenta dias. Reduziu pra núcleo então o negócio chegava muito mais rápido, o cara passar a noite todinha acordado não era fácil. Era um pouco nesse sentido e em função de outras e outras atividades, porque querendo ou não tem aquelas pessoas que ficam encostando nos outros, diz eu num vou e tal e num grupo de 60, rapidinho tu acha outro voluntário pra ir. Num grupo de 10 não, tu força as outras pessoas a se inserir no processo, de discussão, de debate, de participação, na atividade prática, na atividade teórica. (Ariosvaldo Andrade dos Santos, 29 anos, assentado do 26 de Março, entrevista cedida em 02 de fevereiro de 2009)

A mudança de grupo de família para núcleo de base provoca toda uma movimentação no acampamento, visto como já existia um ritmo de organicidade, onde as famílias já eram acostumadas com a estrutura existente. Essa mudança mexeu desde o número de famílias envolvidas, o que passa pelo tempo de convivência, das relações, até as tarefas a serem desenvolvidas, regras e normas internas. Com a determinação do número de 10 famílias,

automaticamente, provoca uma separação entre algumas famílias, mesmos que procurem se agrupar por afinidade, de qualquer forma, há uma separação. Essa mudança implica, também, na reorganização das atividades internas do acampamento, mudando o ritmo que já existia. Outro fator que pesou, nessa mudança, foi a ampliação do número de coordenadores, significando maior número de pessoas inseridas na coordenação do acampamento, o que gerou, também, resistência, pois mais pessoas ficaram envolvidas no processo de decisão interna. Nesse sentido, com a criação dos núcleos de base, as mudanças imediatas são: 1) redução do número de família por grupo; 2) aumento no número de coordenadores na coordenação do acampamento, descentralização de poder; 3) “melhor” divisão das tarefas internas do acampamento, envolvendo um maior número de pessoas; 4) circulação das informações de forma mais rápida. Mas, a criação do núcleo não se resume apenas para essa viabilidade. Em sua essência, se propõe, entre vários objetivos, a fomentar o estudo, ser um espaço de debate político para fortalecer a luta pela reforma agrária.

A organização do núcleo de base é bastante flexível e as famílias estão sempre tentando se (re)organizar nesses núcleos de base, por isso, ocorrem muitas mudanças, mas todas passam pela discussão da coordenação do assentamento. Sempre que uma família está se organizando para mudança de núcleo, leva para ponto de pauta da coordenação. A coordenação do assentamento tem o papel de organizar e discutir a pauta que surge a partir das necessidades das famílias. Os pontos são levantados nos núcleos e encaminhados para a coordenação. Nas reuniões surgem questões relacionadas a problemas interpessoais, entre famílias, vizinhos, pessoas que não conseguem compartilhar com as regras de convivência e vão gerando problemas no processo organizativo, além de questões políticas, econômicas, ambientais, entre outras. Atualmente, as famílias estão organizadas em vinte núcleos de base, de acordo com o quadro 2:

Quadro 2: Relação dos núcleos de base do Assentamento 26 de Março

Nº	Nome dos núcleos de base	Coordenador
1	Salete Strozak ⁶⁵	Elieus Vieira Lucena
2	Onalício Barros ⁶⁶	Domingos de Oliveira Benedito Alves da Silva
3	Terra e Raiz	Clemiltom da Silva
4	Força da Terra	José Bezerra dos Santos (Cumpadim)
5	Semente do Amanhã	Maria Solidade Silva Pinto (Sula) e Salvador Pereira Vieira
6	Estrela do Amanhã	Sebastião França Abreu (Pitanga)
7	Nascer do Sol	Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento
8	Unidos para Vencer	Reginaldo Felix Rodrigues e Raimundo Pereira da Silva
9	Bom Jesus	Edimilson Leitão Carneiro
10	Unidos Venceremos	João Pereira da Silva (Joaozinho)
11	Lutando pelo direito de trabalhar*	Edinilton Vieira da Silva (Douglas)
12	Força da Terra 2	Renato Brito Barbosa e José de Sousa (Maguila)
13	Deus Conosco	Natim Alves Rocha e Cosmo Cardoso dos Santos
14	Firme na Luta	Vicente Rodrigues de Aguiar
15	Carlos Marighella	João da Conceição Barroso e Sebastião Felix de Araujo
16	12 de julho	Antonio Resplande Oliveira
17	Zumbi dos Palmares	Benedita dos Santos e José de Azevedo (Montana)
18	Che Guevara	Amauri Pereira da Costa
19	União e Progresso	José Morais de Sousa (Zé da Graça) e Ricardo
20	Raio de Sol	Manoel Carnauba Silva e Preto
21	Filhos dos Canudos	Valdemar Pereira dos Santos e Leonilson Rodrigues de Souza (Mineirinho)

*NB 11 – Dissolveu-se no início de 2009

Assim é formada a coordenação do Assentamento 26 de Março, contrariando a proposta em sua composição, a qual deveria ser um homem e uma mulher. À medida que os núcleos foram sendo criados, os componentes foram apresentando dificuldade na inserção das mulheres na coordenação de núcleo, deste modo foram inserindo outros homens. Atualmente, nova discussão está em debate sobre a reorganização da coordenação, pois uma das propostas é que caso o núcleo não consiga indicar uma mulher, apenas um homem participe da coordenação. A inserção da mulher, na coordenação, tem sido apresentada como um dos desafios no assentamento, onde, a partir do quadro 02, apenas duas mulheres fazem parte da coordenação do assentamento. Tendo em vista a forma como está organizada a coordenação do assentamento, novos critérios foram discutidos para inserção e/ou mudança de membros nessa instância representativa:

- Ser cadastrado/a;
- Nunca ter dado problemas no assentamento;

⁶⁵ Educadora militante do MST do Paraná, do Coletivo Nacional de Educação, morreu de acidente de carro indo para uma reunião do setor de educação do MST.

⁶⁶ Foi dirigente do MST, assassinado no dia 26 de março de 1998

- Sempre se dispôs a participar e contribuir com atividades orgânicas⁶⁷;
- Ter mínimo de inserção orgânica⁶⁸;
- Preferência, ser mulher.

É fundamental fazer uma observação nesses critérios. Ainda no capítulo anterior, mencionei a questão da pessoa estar em RB, ou seja, estar cadastrado para participar da estrutura organizativa interna do assentamento. Esse critério não impede que qualquer membro da família participe da reunião de núcleos, mas, quando se trata de pauta de cunho decisório, a coordenação prefere que esteja presente a pessoa que está cadastrada junto ao Incra, pois temem criar problemas futuros. No entanto, observa-se que, mesmo nas reuniões de núcleos, os coordenadores, muitas vezes, cobram a presença do cadastrado. Isso demonstra certa contradição quando se trata de uma organização familiar, da produção familiar, onde a família é a assentada. Entende-se que o cadastro é para efeito legal junto ao órgão federal, por isso, a necessidade da documentação de um membro da família. Na relação de beneficiários, do 26 de Março, que ainda está em fase de regularização, dentre as 206 famílias, 106 cadastros estão no nome da mulher, são elas que estão aparecendo como “a cadastrada”, ou seja, a partir dessa regularização pode ocorrer mudanças no cenário da organicidade interna, caso sigam os critérios apresentados anteriormente.

Ao tratar sobre a inserção das mulheres na coordenação do Assentamento, os coordenadores alegam que ou as mulheres não querem participar, ou o marido não deixa. É visível a dificuldade em relação à inserção das mulheres nas instâncias de poder nas áreas de acampamentos e assentamentos. Esse é um dos grandes desafios nesse processo de organicidade. Por outro lado, é válido ressaltar quanto à participação da mulher na direção estadual. São evidentes os avanços dessa participação, de acordo com os dados a seguir, registrados em livros do Movimento. No período de 2002 a 2003, eram oito mulheres e nove homens; de 2004 a 2005, oito mulheres e 16 homens; de 2006 a 2007, oito mulheres e 16 homens; de 2008 a 2009: 28 mulheres e 36 homens. Observa-se um aumento significativo no número de mulheres que começam a se inserir na instância de poder estadual. As mulheres, que hoje compõem a direção estadual estão conduzindo o processo de negociação fundiária, econômica, política e social das áreas de acampamentos e assentamentos em âmbito municipal, estadual e federal. Esse desafio, ainda, é visível na organicidade interna, seja no núcleo de base, seja nas brigadas e setores.

⁶⁷ Toda e qualquer atividade definida pelo movimento.



Foto 09: Soledade (D. Sula), coordenadora do NB “Semente do Amanhã”
Foto: Suely - 06/01/2008

Para Dona Sula, 50 anos, coordenadora no Assentamento 26 de Março, a participação da mulher na coordenação do assentamento ainda é um grande desafio:

[...]Jeu acredito que num país em que vivemos hoje, que nós lutamos por igualdade, nós que fazemos parte de um movimento social e a ideologia é isso, uma vida digna para todos, soberania de modo geral. Pra começar a coordenação aqui teria que ser exemplo, 50% homem e 50% mulher, infelizmente a maioria das pessoas aqui inda tem aquela cultura cega que mulher tem que ser só pra cuidar de casa, marido e pronto. É uma das dificuldades que nossa reunião, nossa coordenação é mais de homem. (Maria Solidade Silva Pinto-50 anos- assentada e coordenadora de NB. Entrevista cedida em 18 de janeiro de 2009)

Mesmo sendo uma proposta do MST, que na organicidade tenha a inserção da mulher, não só local, regional, estadual e, até mesmo, nacionalmente, esse debate volta à pauta de discussão na coordenação do assentamento, provocado pelo Plano de Exploração Anual (PEA)⁶⁹, que vai resultar no crédito fomento. Este exige a participação efetiva das mulheres, desde a elaboração até a execução dos recursos.

⁶⁹ O PEA objetiva basicamente orientar a aplicação do Crédito Instalação; a geração de produtos e serviços voltados para o atendimento das necessidades elementares das famílias nessa primeira fase do assentamento; o incentivo à organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que valorize a participação política e econômica de todos, em especial a participação das mulheres nos assentamentos, a fim de garantir a geração de renda monetária própria, em desenvolvimento de projetos de financiamento da produção; o fortalecimento da agricultura familiar acrescida de práticas agroecológicas; a promoção de produção diversificada voltada para o auto-consumo e para geração de excedentes a serem destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal (Lei nº 10.696/03) ou outros similares, afora linhas de crédito, que possam se reverter em agregação de renda para as famílias assentadas. (Manual de ATES-2008, anexo VII)

3.4. Da formação dos núcleos

A transição dos grupos de famílias, modelo de organicidade que durou um período de quatro anos para a estrutura dos núcleos de base, demandou grande esforço, pois, um grupo composto por sessenta famílias⁷⁰ deveria ser desmembrado em seis núcleos (cada núcleo com dez famílias). Significa que, de qualquer forma, haveria a separação. Mesmo sendo realizado o processo de escolha, de critérios, é impossível atender, de maneira satisfatória, essa nova organização, que não deixa de ser uma “rede familiar”. Nesse sentido, para a reorganização, os grupos de famílias realizaram diversos encontros de debate e discussão e, aos poucos, a reorganização foi tomando corpo. O tempo de convivência, a partir dos grupos de família, contribui fortemente para a criação dos núcleos de base, uma vez que, foi em face às relações já vivenciadas que resultaram “novos” grupos.

Ao serem abordados sobre os critérios adotados para a criação dos núcleos, como eles foram se agrupando nos núcleos, alguns afirmaram que não usaram nenhum critério. Outros apresentaram critérios para a escolha das famílias, com um detalhe, ‘olhando mais’ para o indivíduo que já estava no grupo de família. Um dos critérios de grande destaque é o trabalho:

Por dois aspectos nós escolhemos as pessoas: por eles trabalharem, não serem vagabundos e por amizade, ter mais conhecimento e porque eles são trabalhadores, por essas duas coisas permaneceram essas pessoas no núcleo de base, por causa desses dois critérios [...]. Agora se ele fosse trabalhador, e não tivesse conhecimento, não tinha jeito. Se tivesse conhecimento e fosse vagabundo, nós não queríamos, porque num tava encaixando dentro das normas certas do movimento. Um *caba* trabalhador, mas ser um *caba* isolado, num dá certo porque ele nunca vai conviver com aquela união bacana, vai viver sempre um jeca tatu, isolado pra lá, ele num vai crescer e nem aceita a regras dos outros, o *caba* isolado é assim. (Domingos de Oliveira, 42 anos, assentado do 26 de Março, coordenador do setor de produção, entrevista cedida em 04 de fevereiro de 2009)

Além da questão do trabalho ser um forte elemento para ser aceito em um núcleo, a amizade e afinidade, também, contribuíram para as escolhas, onde até mesmo a “rejeição” de determinada pessoa, na inserção desses grupos, veio a ser um critério. Outro fator que aparece como relevante é o “conhecimento”, entendido aqui no sentido de estar aberto para novas propostas ou atividades que fossem sendo inseridas na prática dos grupos. Nesse debate, a regra e a norma voltam a ser referência, porque se acredita que são importantes para o desenvolvimento. Esse processo, por mais que se proponha a inclusão de todos e todas, causa

⁷⁰ Optei usar sempre o termo família mesmo sendo um membro que participa das reuniões, mas toda e qualquer discussão e debate está em torno das famílias e não do indivíduo isolado.

afastamentos, baseados em critérios que as famílias foram adotando. Além desses critérios apresentados, outros foram adotados nos diversos grupos de família, uma vez que não foi oferecido um único formato para criação dos núcleos de base. Por isso, diferentes maneiras surgiram como a relação de parentesco, a religião, principalmente a relação de confiança, que surgiu na conversa com todos os coordenadores, onde definem a relação de confiança como o eixo propulsor de desenvolvimento, não só do núcleo, mas também do assentamento. Para tanto, o coordenador, pessoa de referência no assentamento, deve conquistar a confiança das famílias e participar, de maneira transparente, da estrutura organizativa.

Faz-se necessário um destaque na formação de núcleo por parentesco, pois alguns seguiram esse critério, pai, filho, genro, primo, entre outros, e resolveram organizar seus núcleos. Mas, esse critério não foi bem aceito. Várias discussões e debates foram gerados, aonde a coordenação começou a fazer reflexões, debatendo sobre até que ponto é viável o núcleo de família, criado no início, como diz Cleudimar Taveira de Souza (conhecido por Cheiro)⁷¹, 30 anos e assentado no 26 de Março: “No meu Núcleo tinha eu, a mãe, minha tia, minha outra tia, e a vizinha. Juntamos por parentesco. Tinha Núcleo de cinco, seis pessoas da mesma família, e se juntava. Ficou bem trabalhado no início”. Porém, a partir da discussão interna, foram ocorrendo as modificações. As trocas foram acontecendo à medida que o debate avançava. Uma das dificuldades que a coordenação enfrentou com o núcleo de parentesco, segundo Cheiro, foi a questão de aceitar as regras e princípios do acampamento, gerando assim problemas internos. Ainda em seu depoimento, deixa claro que foi tranqüila a reorganização dos núcleos e aceita pelas famílias. Talvez o grau de parentesco fosse um elemento aglutinador na questão do desenvolvimento do trabalho e, por sua vez tem influência na produção das famílias.

Entretanto, esse processo de organização do núcleo de base, que nasce a partir do grupo de família, chegou a provocar certo ciúme, como alega um dos assentados. Destacam, assim, que coordenadores fizeram suas escolhas, formando, então, um núcleo com famílias que acreditavam serem as “melhores”, deixando outras famílias que, podemos dizer, se formaram a partir da “exclusão”. Por exemplo, no grupo de família 02, composto de setenta famílias, aos poucos, foi acontecendo desistência e ficaram, apenas, com quarenta famílias, aonde formaram quatro grupos de dez famílias, conforme relato:

Nosso grupo foi um grupo de reciclagem, porque Uires escolheu os outros para o grupo dele, escolheram os melhores e ficou as pessoas que eles não quiseram, no caso é esse nosso, até hoje foi o único que deu certo porque os

⁷¹ Entrevista cedida no dia 05 de fevereiro de 2009.

outros desmancharam. Desses 04 grupos que existiam no grupo 02, só existe um que é o nosso, e está desde o início junto (pausa). O núcleo de família começou muito cedo, nós não tínhamos muita experiência de coordenação. As pessoas que estavam na frente e resolveram fazer o grupo deles, e deixou somente 10 pessoas que não quiseram e até hoje estamos aí. (Edmilson Leitão Carneiro, 31 anos, assentado e coordenador de núcleo de base, entrevista cedida em 18 de janeiro de 2009)

Não só nesse fragmento, mas também em conversa com o Sr. Edmilson, ficou bastante evidente certo ressentimento no momento de desfazer o grupo de família 02, o qual fazia, e faz hoje, parte do núcleo de base Bom Jesus. É notório quando ele define seu núcleo de base como “grupo de reciclagem”, uma vez que os coordenadores, que conduziam o processo, resolveram fazer a seleção de alguns núcleos, onde faz questão de fazer referência à permanência das famílias juntas até o momento, como maneira de afirmar que a “exclusão” não impediu a formação de um núcleo e seu “sucesso”. Outra reflexão, em seu depoimento, é quanto à criação dos núcleos. Para ele, ainda não era o momento das mudanças, pois necessitava de maior número de pessoas que pudessem e tivessem condições de coordenar, uma vez que antes eram apenas 13 coordenadores, com as mudanças a coordenação duplicou. É importante destacar que esse núcleo de base, Bom Jesus, com bastante tempo de caminhada, a maioria das famílias é evangélica, o que se pode considerar um fator relevante para sua permanência em termos de componentes.

Ainda no que se refere à mudança do grupo de família para o núcleo de base, o maior limite apresentado pelo militante e pela coordenação do acampamento foi, justamente, a dificuldade de pessoas para assumir a coordenação dos núcleos. Aqueles que coordenavam grupos de família permaneceram no núcleo de base, mas como o número de coordenadores duplicou, necessitava de mais pessoas para assumir os núcleos, já que as pessoas que assumiram a tarefa da coordenação não tinham *habilidade*. Fica explícito no depoimento:

Ainda hoje a gente sente a dificuldade em quem está conduzindo os núcleos, porque era um acampado comum que não tinha interesse pra ajudar organizar e assumiu uma tarefa política de organizar as famílias e não tinha **habilidade** pra tocar o núcleo. (Francisco Uires Sousa Xavier, 34 anos, assentado no 26 de Março, entrevista cedida em 26 de novembro de 2008, grifo nosso)

Ao solicitar esclarecimento sobre o que seria *habilidade*, Francisco Uires continuou:

Habilidade é conhecimento político, se envolver com o povo, ter coerência com as famílias que ele faz parte. A gente considera que o coordenador de

núcleo, além de ajudar a organizar tem uma tarefa a mais, a gente o considera uma espécie de pai, um conselheiro, administrador na verdade. A maioria quando multiplicou esse número de coordenador, eles não conseguiram dar essa dinâmica pros nucleados, ainda hoje a gente sofre, tem núcleo que fica desinformado, eles não participam 100 por cento das atividades do assentamento como um todo por falta de informação. As informações têm dificuldade de circulação.

A partir dessa definição, alguém com habilidade seria, então, um coordenador que atenda os princípios organizativos do Movimento, ou seja, nos moldes que se propõe. Nesse sentido, é comum poucas pessoas se encaixarem, pois não chegam no acampamento com a habilidade que se deseja para atender os princípios da organicidade interna. Ao chegar, existe uma proposta que o movimento apresenta aonde se necessita de disponibilidade e tempo do indivíduo para se envolver nesse processo. Mas, deve ter cuidado para que o coordenador não se transforme em um *pai*, como surge no depoimento, pois perde o caráter autônomo da condução dos núcleos, e pode, até mesmo, se transformar numa figura paternalista. Esse conhecimento político exige disponibilidade da pessoa para se envolver no processo de formação que vai surgindo no acampamento, e que também se apresenta como um desafio. Uma das maiores dificuldades, apresentada pelas pessoas que fazem parte da coordenação e pelos militantes do Assentamento 26 de Março é a circulação de informação, ou seja, os coordenadores não conseguem garantir a dinâmica de regularidade de reuniões nos núcleos e, por sua vez, garantir a circulação da pauta debatida nas reuniões da coordenação. Por outro lado, existe a proposta de acompanhamento dos núcleos, seja no processo de criação, seja em seu funcionamento. Esse acompanhamento, geralmente, é realizado pelos militantes que estão na área, os quais são acampados e nucleados. Desse processo de acompanhamento, trazemos o depoimento de uma dirigente nacional:

[...] Onde tem núcleo de base com acompanhamento as pessoas tem a vivência mais permanente, então acho que não é só dizer tem núcleo de base criado, mas ter o núcleo, criar o núcleo por si só[...], não é isso que faz o diferencial. O diferencial está exatamente nas áreas que conseguiram dar um acompanhamento mais próximo, de ficar junto, de ir pras reuniões, de manter a dinâmica e respeitar as coordenações dos núcleos. A coordenação dos núcleos serem a direção política do assentamento ou acampamento. Nas áreas que a gente consegue fazer com que de fato ele exista, tenha alguma função no dia-a-dia do acampamento, ele é um bom espaço. O núcleo ele garante, ele é essa base estrutural da organização das famílias[...] não se desestrutura totalmente, as pessoas pode até mudar para outra forma de organização, mas ela vai ter sempre como referência o núcleo. (Maria Raimunda César de Sousa, dirigente nacional do estado, entrevista cedida em 06 de fevereiro de 2009).

Nesse fragmento, o acompanhamento aparece como fio condutor no processo de desenvolvimento dos núcleos, além da autonomia que a coordenação das áreas deve ter, ou seja, ao mesmo tempo considera fundamental o respeito à direção política do assentamento ou acampamento. Essa questão, ainda, se apresenta com limites, principalmente quando a coordenação cria certa dependência junto aos militantes que são responsáveis por esse acompanhamento. A coordenação do 26 de Março tenta seguir o caminho da autonomia, mas vários obstáculos ainda aparecem, pois observa-se que existe um grau de dependência nos debates em reuniões e, muitas vezes, nos encaminhamentos e deliberações internas. Essa dificuldade, segundo os militantes, surge em função do limite de compreensão da estrutura organizativa proposta e sua forma de funcionamento. Mesmo vivendo um processo de dez anos de acampamento, a organicidade interna não conseguiu deslanchar conforme a essência da proposta do movimento. Vale ressaltar que a criação dos núcleos de base, no 26 de Março, provocou uma outra dinâmica nas relações das famílias, pois várias mudanças foram acontecendo nesse processo. Todas as mudanças passavam pela discussão da coordenação, da época de acampamento até os dias atuais, já que as mudanças não se esgotaram, sobretudo em função da organização em núcleo de moradia. Com a mudança para os lotes, as famílias foram organizadas a partir de núcleo de moradia através de sorteio, em que muitas ficaram separadas de seu núcleo de base. Em função da distância, a coordenação abriu o debate e realizou uma reorganização dos núcleos de forma que contemplasse a questão geográfica, para evitar problemas, principalmente no momento das reuniões. Para as famílias, é difícil morar em um núcleo e participar do espaço de debate e encaminhamento em outro, visto que o debate do núcleo de moradia é perpassado pelo núcleo de base. Um exemplo concreto é o que vivem, hoje, as famílias que estão lutando pela conquista de estradas. Debate não muito fácil, pois o Incra apresenta sua demanda pronta e nem sempre vai de encontro com a demanda concreta do assentamento. Esse debate está sendo deslançado através dos núcleos e coordenação do assentamento. A luta desencadeada a partir da criação do assentamento é travada em meio ao modelo institucional apresentado pelos órgãos governamentais e provoca interferência por suas demandas, uma vez que as propostas são delineadas a partir das políticas públicas já demarcadas, mais precisamente, via debate de “território cidadania”. Isso é outra discussão, mas que desemboca diretamente na área de assentamento e, por sua vez, passa pelas organizações internas que são construídas nos espaços sociais.

A formação e o fortalecimento do núcleo de base, no 26 de Março, tentou resistir à criação de uma associação – exigência do Incra para liberação dos créditos – mas, foi

inviável, porque o órgão não aceitou, visto que são vinte núcleos no assentamento e seria difícil a sua condução no processo. Por isso, as famílias sentiram-se pressionadas e partiram para a criação de uma associação, apenas com intuito de acesso à infra-estrutura, estradas, fomento, habitação, posto de saúde, e projetos específicos de investimento por família. Nesse sentido, além dos NB, as famílias estão vivendo esse processo de criação desse espaço “legal” para estruturação da área de assentamento. Essa discussão vem gerando forte debate interno por meio da coordenação e, principalmente, de núcleo por núcleo. De qualquer forma, o núcleo é base de discussão e criação dessa associação.

Em linhas gerais, a formação dos núcleos de base, no assentamento 26 de março, parte dos princípios e objetivos que delineiam a proposta do MST. Mas, são as especificidades das famílias que criam o perfil de cada núcleo, cada um com sua dinâmica, seu trajeto de formação, uns com mais facilidade de reunir, debater e encaminhar, outros com mais dificuldades na caminhada. Os núcleos não são fechados em si, dependendo da dificuldade a coordenação faz encaminhamento de acompanhamento para garantir o avanço na pauta, principalmente nas reuniões específicas de cada núcleo.

3.5. O papel da coordenação e o desafio na condução da pauta

A coordenação do assentamento, que é composta por representantes de cada núcleo de base, tem como papel manter a organização interna. Ela quem discute e debate os problemas que vão surgindo internamente na construção do espaço social. Entre as questões que são levadas para a pauta de discussão envolve relações pessoais entre famílias; infra-estrutura; questão ambiental; roças; venda e compra de lotes; criação de associação e/ou cooperativa; roubos, assaltos; mudança de núcleo de base. Enfim, a pauta varia de acordo com a situação em que as famílias vivem, abrangendo o econômico, político, ambiental e social. O esgotamento de uma pauta depende do debate que se dá na coordenação e, por sua vez, nos núcleos.

Tanto em fase de acampamento, quanto no assentamento a coordenação deve garantir a circulação das informações entre as famílias de forma clara, pois é papel de cada coordenador organizar o núcleo que coordena e proporcionar o entendimento do debate em torno do assentamento. Nesse sentido, assim como a pauta surge da necessidade do núcleo e vai para discussão na coordenação, precisa retornar também para as famílias, podendo, por

sua vez, gerar novo debate, principalmente quando a discussão se dá em torno das roças e da questão ambiental, pois passa pelo interesse da cada família.

Quando se trata da discussão na coordenação e a garantia de circulação do debate, surge como limite o “letramento”⁷², como diz Dona Sula⁷³, assentada e coordenadora do núcleo “Semente do Amanhã”: “Uma dificuldade que nós temos é pelo grau baixo digamos de escolaridade...”. Acredita-se que esse fator é limitante para o desenvolvimento da coordenação e, conseqüentemente, do assentamento. Para o senhor João Pereira da Silva⁷⁴, assentado, 58 anos, coordenador do núcleo “Unidos Venceremos”, a dificuldade maior que ele vê, frente á coordenação e o debate, é a dificuldade de algumas pessoas que não conseguem levar a discussão para o núcleo de forma clara e bem explicada e terminam distorcendo as informações. É o que acontece também com coordenadores que não conseguem articular o núcleo para discutir a pauta e passar informações individuais, com foco diferente do que foi discutido na coordenação. Essa dificuldade gera um grande problema, pois as informações vão sendo trocadas, além de se transformarem em boatos. Para Dona Sula, a formação seria um caminho para diminuir as dificuldades que a coordenação enfrenta. Ela destaca que, na época do acampamento, existia a formação política, mas, depois que mudaram para os núcleos de moradia, está deixando a desejar. Na sua concepção, a coordenação está precisando voltar aos estudos, pois só assim podem melhorar o nível de conhecimento e até mesmo a participação das famílias no processo organizativo.

Ao se referir aos estudos, dona Sula lembra a época de acampamento em que os militantes e dirigentes organizavam os momentos de estudos do material do MST, cartilhas, revistas, jornais, entre outros. O núcleo, além de se reunir para debater a pauta que surgia em função da demanda interna, se reunia também para realizar estudos. O estudo aparece como uma condição para o avanço da organização e maior inserção de famílias. Vale ressaltar que são estudos planejados e direcionados para o movimento, ou seja, um estudo voltado para atender as demandas do que propõe a estrutura organizativa.

Na estrutura da organicidade interna, a coordenação precisa, então, garantir o debate da pauta que vem dos núcleos, bem como as questões que vão surgindo no processo de criação do assentamento. Na pauta, surgem questões de cunho pessoal, econômico, cultural, ambiental, mas, para *Rosângela Alves dos Reis*⁷⁵, 34 anos, assentada, a coordenação não

⁷² Durante a pesquisa o “letramento” aparece como desafio para o avanço da organicidade tanto na época de acampamento, quanto agora que estão vivendo o processo de assentamento.

⁷³ Entrevista cedida no dia 18 de janeiro de 2009, em seu lote.

⁷⁴ Entrevista cedida no dia 31 de janeiro de 2009, em seu lote.

⁷⁵ Entrevista cedida em 19 de outubro de 2007, em Marabá.

considera uma discussão mais relevante que a outra. A coordenação organiza a metodologia para evitar problemas, como vemos em seu relato:

[...] Porque é tipo assim, essa questão é mais importante do que a outra e tudo é importante, ou seja, a pequena ou a grande, como: fulano brigou com a fulana, ninguém vai se meter nesse negócio, marido e mulher ninguém mete a colher, mas vamos discutir[...] chamava fulana, conversava e se acertava, quando não dava de acertar, meu amigo você não vai se ajeitar não, então você vai embora , pronto aí esse já tava resolvido. As questões maiores elas ficavam, mais geralmente por último por requerer maiores discussões, mais atenção e tal[...] como o problema da madeira, o ponto madeira é ponto por último, as roças que era um problema sério e ainda hoje é, a discussão é por último [...] ainda hoje é no sentido do desmatamento, de ser um problema com IBAMA, e antes era também no sentido de quando falava nós já vamos botar roça, está chegando a roça, aí a coordenação já ficava triste. Ô, meu Deus, hoje tem o ponto roça!! , todo mundo discutia o ponto roça, porque era definir local de roça, definir quantas linhas o fulano ia querer, era aquela coisa, ia pro núcleo e resolvia no núcleo de um a um, de um a dez, quantas linhas e era aquela coisa pra definir isso...discutir desde o início até o final esse negócio, o local de plantação de tudo...e o problema político, maior porque era externo, porque se externava mais, que o problema do desmatamento. O IBAMA foi lá no tempo em que foi botada a primeira roça, (que foi na capoeira ali em cima) o IBAMA bateu lá na hora e era um capoeirão velho, não era mata, era um capoeirão velho, então fez muita fumaça no mundo e parecia que tava se acabando tudo, então o IBAMA bateu lá, e no entanto, não era uma derrubada primária, já era uma secundária , era uma capoeirona velha, ainda assim deu problema.

Esse relato se refere ainda ao período de acampamento, pois o trabalho de campo, como mencionado anteriormente foi realizado no período de transição de acampamento para assentamento. A partir do relato, observa-se que a coordenação, através de seu papel de coordenar e conduzir o funcionamento, seja do acampamento ou assentamento, necessitam organizar uma metodologia, de forma que se garanta a discussão e os encaminhamentos. Metodologia nesse caso aqui especificamente de condução de reunião e encaminhamentos, ou seja, os coordenadores organizam a pauta de acordo com o nível de complexidade, pois como explicado por Rosa, às questões “maiores” ficavam por último. Outro detalhe na organização da reunião, que feita de maneira prévia, a definição de quem vai coordenar a reunião, depende da pauta, pois de acordo com a complexidade é definido a pessoa que consiga conduzir o processo e tenha “firmeza” na coordenação. Mesmo a Rosângela afirmando que não exista uma discussão mais relevante que a outra, no momento da organização da metodologia da reunião fica explícito a separação entre “questões maiores”, como exemplo apresenta a questão ambiental e as “questões menores” as relações interpessoais. Atualmente em fase de assentamento a pauta ainda é organizada a partir da prioridade dos núcleos. A princípio, no problema pessoal, relação de marido e mulher, o encaminhamento aparece de forma

“simples” é a antiga expulsão, ou seja, ou aceita as regras e normas⁷⁶ nas relações internas, ou sai do acampamento. Como os casos de violência constatados são do homem contra a mulher, o homem é convidado a se retirar do acampamento. Além da violência doméstica, casos como estupro que ocorreram e a coordenação concretamente encaminhou a expulsão do acampado. Além desse tipo de violência, questões como roubos de pertences das famílias, quando localizado a pessoa também expulsa. Vale ressaltar que as questões pessoais continuam em pauta, mesmo no assentamento, mas começa aparecer a diferença, pois a partir do momento que a família se apropria do seu lote, a violência doméstica ou intrafamiliar, continua sendo tratada, mas o encaminhamento é outro, pois a expulsão se torna difícil, passando então a coordenação agir como conselheira junto à família. As regras e normas que funcionavam no acampamento caem por terra com o processo de criação, principalmente na esfera familiar.

Por outro lado, o debate em torno da produção, que envolve definição de área para plantar, o tamanho, o local, aparece como um debate mais complexo, pois envolve extração de madeira e desmatamento. Mesmo não considerando um tema mais relevante do que o outro, em termo de complexidade, a forma de condução da pauta e da discussão faz esse diferencial à medida que a organiza de acordo com o grau de prioridade e complexidade. O ponto roça aparece como problema, apesar de ser uma das definições mais importantes em período de acampamento, pois é justamente a roça que vai gerar a produção alimentar das famílias. Mas, como relata Rosângela, a coordenação “já ficava triste” quando tinha o ponto roça. Por outro lado é uma das formas de garantir a permanência das famílias no acampamento, pois como relataram vários coordenadores, o período que vivenciaram no acampamento foi muito difícil em função da falta de alimento. Nesse sentido, a roça deve ser analisada e vista como uma necessidade básica de subsistência. Assim, essa pauta aparece como um problema e não como uma possibilidade de resistência das famílias na área. Como afirmou Francisco Uires de Souza Xavier (34 anos, assentado) em seu depoimento, que no início do acampamento a desistência das famílias foi grande em função da falta de alimento. Olhando para a metodologia de condução das reuniões e seus encaminhamentos, observa-se que nas relações pessoais a definição é rápida sem maiores debates. Por outro lado, as roças e a madeira requerem mais energias e maiores discussões para posterior encaminhamento, pois organizar o espaço, o uso da terra implica em vários fatores, permeados por conflitos, mas que

⁷⁶ Essas regras e normas aparecem nos depoimentos das famílias. Para permanecer no acampamento é preciso respeitar a esposa, a companheira, o companheiro e não usar de violência seja de caráter doméstico ou não. Elas são debatidas nas reuniões dos núcleos e todos ficam cientes. Portanto, ao desacatar essas regras, o núcleo em que a família está inserida leva para ser discutido na coordenação.

precisam ser debatidos e encaminhados de forma que garanta a permanência das famílias no acampamento. Partindo do princípio de que a reforma agrária é uma forma de democratização da terra, além de buscar garantir a segurança alimentar, ao ocupar uma terra e organizar um acampamento, é evidente que o debate da organização da produção das famílias é complexo e por sua vez de maior relevância exigindo maior esforço na condução do processo.

A questão ambiental sempre esteve presente no acampamento. A área estava vivendo um processo jurídico, aonde, constantemente, o fazendeiro fazia denúncias, como forma de emperrar o processo de desapropriação, apesar de ser considerada uma área de crime ambiental, e da constatação da prática do trabalho escravo. A preocupação das famílias em torno da questão ambiental aumentou, principalmente no momento de mudança do acampamento para os núcleos de moradia, processo de transição para assentamento, conforme depoimento:

[...] E agora , o pessoal todo já dentro dos lotes, muita gente fica na mata, aí vai ter que derrubar porque não vai ter outro jeito de começar fazer uma abertura pra fazer casa, aí vai derrubar[...]a combinação é vai derrubar, vai aproveitar essa área pra depois fazer a casa, então não derruba pra fazer a casa e depois derruba de novo pra fazer a roça [...]. Aí muita coisas eles tão fazendo...estavam vendendo a madeira, puxando a madeira, venda de madeira que a princípio não era gente do acampamento, era o pessoal de fora e de lá de dentro da fazenda, inclusive a gente montou acampamento do outro lado, que foi uma questão que pesou muito nessa questão da permanência no acampamento, que a gente prendeu carro, segurou o pessoal lá pra não tirar madeira (Rosângela Alves dos Reis, 34 anos, assentada, entrevista cedida em 19 de outubro de 2007)

A área, que já apresenta grande índice de desmatamento desenvolvido pelo fazendeiro, começa a passar por mais um processo de desmatamento, que é a definição de abertura para roças e construção de casas nas áreas de mata. Grande parte da área é só de capim, conforme demonstra figura 04, no capítulo anterior. Por isso, o debate se torna acirrado justamente na fase de transição de acampamento para assentamento, pois cada família segue para seu lote. As tensões, os conflitos têm continuidade no assentamento, mas de forma diferenciada, pois começa o processo de propriedade das famílias através do parcelamento dos lotes. Há de convir que é normal o conflito e que ele não pode ser visto como algo negativo, mas como elemento catalisador para a organização, gerando o debate e instigando as negociações internas. É, justamente, através das relações desses grupos que vai resultar nos encaminhamentos concretos das pautas que vão surgindo internamente.

A discussão em torno da madeira, do desmatamento ou abertura de área, como queira chamar, continuou, uma vez que as famílias estavam mudando para os núcleos de moradia e,

para isso, algumas áreas precisavam ser abertas em função de alguns lotes estarem localizados na mata. Nesse sentido, a coordenação lançou uma discussão em torno da madeira, antes mesmo da mudança para os lotes e que as famílias fizessem a abertura, aonde construiriam a casa e aproveitariam para a roça, como disse Rosângela Alves, em seu relato. As famílias assim fizeram a abertura e logo plantaram, construíram suas casas e alguns espaços coletivos, como barracões para reuniões, pois cada núcleo de moradia tem um espaço centralizado para construção de necessidades coletivas, como igreja, ciranda infantil, espaço de lazer, entre outros. Essa discussão da ida para os lotes não foi tranqüila. De acordo com Rosângela, muita gente começou a vender a madeira descontroladamente. Por isso, a coordenação precisou reunir e criar critérios para amenizar o problema e tomou como definição a proibição da venda de qualquer madeira. Proibiu, também, a fabricação e venda de carvão na área, uma vez que, com a ida para os lotes, houve grande procura de comprador de carvão para abastecer as siderurgias em Marabá. A deliberação também não resolveu o problema, pois era permitida a venda da madeira que foi extraída para a abertura, para a construção dos barracos e fazer roça. De qualquer forma, a venda da madeira continuou.

Quanto à produção do carvão, é uma grande problemática que envolve toda a região, visto que tem como objetivo servir às siderurgias que, localizadas no município de Marabá, trabalham com processamento do *ferro gusa* para exportação. Muitos já estavam procurando as famílias para instalar o “rabo quente” (forno para fazer carvão) em seus lotes. Essa questão, de imediato, foi ponto de pauta na coordenação porque poderia causar a destruição da área de maneira mais rápida.

Ao tratar da questão ambiental, ao realizar a reunião na coordenação, o debate segue para os núcleos com uma proposta apresentada pela coordenação como meio de evitar o aumento da derrubada, da extração e venda da madeira, além da fabricação de carvão como meio de comercialização. Esse debate provoca divergência mesmo na coordenação, pois alguns coordenadores não queriam levar o debate para os núcleos. Na época do debate acirrado em torno da questão ambiental, as famílias viviam em acampamento e a área estava ainda sendo julgada na esfera judiciária. Nesse sentido, um dos principais argumentos para barrar a continuidade da extração e venda da madeira, além da produção e comercialização do carvão, era a incerteza da desapropriação da fazenda, pois esta já apresentava grande passivo ambiental. Outro argumento era em torno do rio Sororó e dos córregos que banham a área, estes gradativamente estão sofrendo com o desmatamento e por sua vez prejudicando a permanência dos recursos naturais. A continuidade do desmatamento também colocaria em risco a continuidade da coleta da castanha-do-Pará e a diminuição dos animais na mata.

Nesse sentido, aconteceu a discussão, fechando, como encaminhamento, que ninguém poderia fazer carvão para comercializar apenas para consumo.

[...] Não pode fazer carvoeira dentro do acampamento. Não pode fazer carvoeira de maneira nenhuma, se tiver que vender a madeira aqui, quem compra a madeira, pega a madeira e leva pra onde quiser, tipo essa madeira que ia perder, fez a roça aí ficou essa madeira que aproveite pra fazer carvão, ou antes mesmo de queimar tem como tirar essa madeira aí? Pode levar pra onde quiser, mas dentro do acampamento não fazer de jeito nenhum o carvão. A não ser que seja uma carvoeira pra família, uma coisa pequena, pra uso da família. Barraram essa questão de fazer carvão. Muitas famílias reclamaram preocupadas para não perder a madeira. Vai fazer o que com essa madeira? Vai queimar, vai ficar lá e tal? (Rosângela Alves do Reis, 34 anos, assentada, entrevista cedida em 19 de outubro de 2007)

São discussões que surgem na coordenação e que são travadas no núcleo de base, recheadas de tensões. Impedir a fabricação e comercialização de carvão, nessa área, não é fácil, sendo que está localizada bem próxima ao Distrito Industrial de Marabá, local de centralização das siderurgias que dependem desse produto para beneficiamento do *ferro gusa*. Considera-se o momento mais tenso, uma vez que as famílias já estão em seus lotes, e essa problemática envolve o fator econômico. É o começo da estruturação do assentamento, as famílias estão começando a investir no lote, alegam a necessidade de recursos imediatos e, queimar a madeira e fazer carvão, é retorno imediato. A questão ambiental tem se configurado como um problema crucial e não é exclusivo de apenas um estado. Miranda (2007) traz essa problemática, de forma reflexiva, em torno de dois assentamentos ligados ao MST na Paraíba, considerando relevante que o uso e o acesso dos recursos naturais seja controlado, e requerendo esforços de *ações coletivas*, de maneira contínua, a partir de normas e regras que venham garantir, aos assentados, a apropriação desses recursos, pois, só assim, evitaria a “tragédia dos comuns” HARDIN(*apud* MIRANDA, 2007).

A problemática da extração ilegal da madeira e da produção do carvão põe em risco a produção que ainda resta de castanha-do-pará no assentamento, pois muitos praticam a coleta e comercialização dessa amêndoa que tem um comércio certo para toda região: Marabá, Parauapebas, Xinguara e Belém. Essa prática da extração e comercialização ameniza⁷⁷ a venda da madeira. Mas, a castanha é apenas um tipo de madeira, lembrando que existem outras na área, e que, se não for discutido, pode ser extinta. Vale ressaltar que esse debate sofre tanto interferências internas, quanto externas, pois os interesses que existem são

⁷⁷ Infelizmente não consegue barrar, pois já foi comprovado caso de assentado que entrou no lote do vizinho e extraiu toda madeira (castanha) e vendeu sem permissão. O vizinho ainda não está morando no lote. Casos como esse são comuns acontecerem em área de assentamento.

diferenciados, provocando maior disputa nas instâncias da organicidade interna do assentamento.

A condução da pauta tem sido um desafio e, ao mesmo tempo, aprendizagem para a coordenação do assentamento, requerendo grande esforço que passa tanto pelo coletivo, como pelo indivíduo, pois os acontecimentos e ações partem, inicialmente, dos indivíduos que, por sua vez, precisam resolver os problemas que surgem cotidianamente no assentamento.

Como atores sociais, todos os seres humanos são altamente “instruídos” no que diz respeito ao conhecimento que possuem e aplicam na produção e reprodução de encontros sociais cotidianos; o grande volume desse conhecimento é, em sua maioria, de caráter mais prático do que teórico. Como Schutz e muitos outros sublinharam, os atores empregam esquemas simbolizados (fórmulas) no decorrer de suas atividades diárias para resolver rotineiramente as situações da vida social. O conhecimento do procedimento, ou domínio das técnicas de “fazer” atividade social, é metodológico por definição. (GIDDENS, 2003, p. 25-26)

É através das práticas sociais que vão resolvendo ou tentando resolver os problemas que surgidos no espaço social, caracterizando-se por uma diversidade de debate, em que, além da questão ambiental, outra problemática tem provocado certo limite nos encaminhamentos: os assaltos realizados nas proximidades do assentamento. Em depoimentos, os assentados consideram que a coordenação não tem forças para resolver essa questão, visto que as famílias são ameaçadas pelos grupos que vão se formando internamente, na área. Eles, também, se organizam na prática de assaltos, de forma planejada, na PA 150, atingindo ônibus, van (transporte alternativo) e carros particulares. Suas ações provocam medo nas famílias e prejudicam o acesso aos transportes. Esse problema demonstra a ausência do Estado, ou seja, a garantia de segurança das famílias no direito de ir e vir.

Observa-se que existe um grau diferenciado de conflito enfrentado pelas famílias, pois, em período de acampamento, é travado o embate frente ao proprietário da terra. Por outro lado, surge o enfrentamento com grupos de “marginais”, organizados na área. Essa questão é considerada um entrave na pauta de discussão da coordenação. Mesmo depois da mudança para os núcleos de moradia, os “marginais” continuaram atuando no assentamento, de forma diferenciada, seja realizando assaltos, seja roubando gado da fazenda vizinha e vendendo nos açougues nas vilas próximas ao assentamento. Denúncias foram feitas à polícia para que se tomassem as devidas providências. É “comum”, na região, a prática de assaltos nas estradas de acesso às áreas de acampamentos e assentamentos. Mas, a referência a essa

problemática é em função do destaque, em depoimentos de assentados, ao tratar da pauta, porque consideram que existe uma diferença no tratamento, como, por exemplo, a forma de condução na temática sobre a questão ambiental e os assaltos: a primeira, consideram que a coordenação procura resolver ou amenizar a situação, mas, em relação aos assaltos, não conseguem nem amenizar, pois sempre foi delicado, principalmente, porque muitas pessoas, no acampamento, tiveram seus barracos queimados porque tentaram denunciar ou, pelo menos, discutir o problema.

Essa organicidade interna não deixa de gerar uma relação de poder, principalmente quando se acirra o debate sobre os problemas, e a coordenação precisa tomar decisões e fazer encaminhamentos que devem ser seguidos por todos que fazem parte desse espaço social. Uma vez montada a estrutura organizativa, as discussões, os debates e as deliberações passam por esses espaços internos. Giddens (2003, p. 334), ao analisar o conceito de poder, define que “ele é o meio de conseguir que as coisas sejam feitas e, como tal, está diretamente implícito na ação humana”. Para ele, o poder não é, necessariamente, negativo, pois os indivíduos, a partir de suas práticas sociais, têm a possibilidade de intervir no *cenário social*, ou seja, o poder não pode ser definido como um empecilho à liberdade no espaço de relações sociais, sobretudo quando as práticas presumem à “reflexividade”, entendida a partir de uma monitoração contínua da ação dos seres humanos.

Em linhas gerais, a coordenação do Assentamento 26 de Março, ao organizar uma pauta de discussão, segue formas e métodos diferenciados de encaminhamentos, em que cada problema exige uma maneira de tratar e de encaminhar. São questões que vão surgindo a partir das relações construídas no espaço social, como: a questão ambiental, educação⁷⁸, “marginais”, relações interpessoais, planejamento de produção, infra-estrutura, e o mais recente, venda de lote⁷⁹. São pautas diferenciadas e que requerem habilidades na discussão para tomada de decisão, que não se esgota em apenas uma reunião, mas são vários momentos, que, às vezes, faz-se necessário ser discutido na direção estadual, para contribuir com os encaminhamentos devidos.

Ao longo de sua atuação interna no acampamento e seguindo para o assentamento, a coordenação foi refletindo sobre o método de coordenar e (re) organizando a maneira de

⁷⁸ O assentamento possui uma escola denominada Carlos Marighella, foi a primeira conquista das famílias. A regularização da escola aconteceu ainda em período de acampamento. A escola foi imprescindível para permanência das famílias na área e determinar a primeira vitória do Incra, pois com o reconhecimento da mesma dificultou a viabilização de ordem de despejo. O reconhecimento foi uma luta das famílias do 26 de Março. Além do seu reconhecimento, as famílias participaram da construção do Projeto Político Pedagógico, através dos núcleos de base.

⁷⁹ A venda do lote é considerada uma grande problemática e que exige grande esforços no debate e encaminhamentos pela coordenação, mesmo sendo tarefa que deve ser executada pelo Incra, mas não deixa de provocar o debate. O 26 de Março desde sua criação em dezembro de 2008 já está vivendo esse processo de compra e venda de lote.

conduzir o processo, o qual não acontece de forma automática, pois a organização interna ela é construída continuamente, por sua vez exige reflexão no modo de atuar. Por exemplo, a pauta de discussão debatida na coordenação só segue para os núcleos depois de esgotar o debate e ter clareza do que se pretende discutir com as famílias núcleo por núcleo, para depois retornar a discussão junto à coordenação. Na época em que as famílias estavam organizadas por grupo, a coordenação tinha dificuldade de conduzir o debate, pois os grupos eram formados por grande número de pessoas, dificultando a discussão e os encaminhamentos. Com o núcleo de base, houve uma mudança no sentido de facilitar para conduzir as discussões, pois este espaço passa ser composto por um número menor de pessoas, contribuindo para o aprofundamento do debate. No início do acampamento, a assembléia era um espaço privilegiado de discussão e encaminhamento. Entendendo que não garantia o aprofundamento do debate, a coordenação passa a debater e discutir com maior intensidade através dos núcleos. Uma vez organizada a pauta, começava então o calendário de reuniões por núcleo. A assembléia não deixou de existir, mas deixou de ser o espaço central de debate das famílias. Outra questão que gerou bastante reflexão na coordenação foi sobre o método de indicação de pessoas para estudos através do movimento, seja formal ou informal, pois o assentamento não conseguiu retorno com algumas indicações, ou seja, pessoas que fizeram curso de graduação e não permaneceram no acampamento. Concretamente três pessoas que tinham vínculo “orgânico”, na época acampamento, concluíram o curso de Pedagogia, mas não permaneceram com as famílias. Assim, a avaliação para indicação de pessoas passou a ser mais rigorosa, ou seja, a exigência tem sido maior. Antes, pessoas com pouco tempo de convivência com as famílias eram indicadas para os cursos. Um critério adotado foi justamente o tempo de convivência e sua inserção nas atividades do movimento. Com as novas indicações, a coordenação faz acompanhamento e avaliação do desempenho das pessoas, principalmente a partir do tempo comunidade⁸⁰.

É a partir da trajetória da organização interna que a coordenação vai conduzindo o processo. Para garantir a organização e discussão da pauta, a coordenação do assentamento criou um calendário permanente de reunião. Em época de acampamento, reunia-se, regularmente, aos sábados, mas, com a mudança para os núcleos de moradia, muitos consideram a distância um entrave, provocando certa dispersão das famílias. A coordenação ainda não conseguiu manter uma agenda regular de reuniões, que acontecem de acordo com a

⁸⁰ Os cursos do movimento que acontecem através do PRONERA, em parceria com as universidades, são intervalares, ou seja, são desenvolvidos a partir do formato tempo escola (período das aulas presenciais) e tempo comunidade (período que a pessoa fica no local de origem). O tempo comunidade é o período em que o educando deve produzir os trabalhos designados pela universidade e outros encaminhados pela coordenação político pedagógica do curso (CPP), composta por um grupo de pessoas do curso e pessoas do setor de educação do estado.

necessidade, principalmente esse momento de debate e aquisição do crédito instalação, que necessita de um Plano de Exploração Anual (PEA) exigido pelo Incra.



FOTO 10: Reunião da Coordenação do Assentamento 26 de Março
Foto: Suely em 06/01/2008

3.6. A organicidade e a formação

A formação tem sido um dos grandes debates no Movimento. Poderíamos dizer que ela está na “circulação do MST”, imbricada por todo conjunto da luta pela Reforma Agrária, pois todos os seus materiais de estudos, como cartilhas, textos, livros, revistas e jornais, trazem a formação como prioridade. Em 1989, as normas gerais do Movimento, no capítulo II, página 08, dos princípios fundamentais, determinavam o seguinte:

12. Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores – significa que compreendemos com experiência a histórica dos demais movimentos camponeses, que somente é possível avançar e conquistar a reforma agrária, se nosso movimento tiver quadros, lideranças preparadas, em todos os sentidos. E que a direção do movimento deve estar nas mãos dos trabalhadores.

Ao tratar da formação, o MST trabalha na perspectiva que todos e todas devem estudar, seja na escola, seja em espaços informais. Por isso, o direito à educação está presente no seu Programa de Reforma Agrária.

I-Dos objetivos: [...] g) garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e acesso a todas oportunidades de trabalho, renda, **educação e**

lazer, estimulando a permanência no meio rural, em especial a juventude.
(MST, 2008, p. 1, grifo nosso)

As duas passagens demonstram a preocupação com a formação, não só de caráter político, mas também da parte técnica, a preocupação com o profissional. Nesse sentido, é que o MST vem investindo, intensamente, em cursos formais, desde o ensino infantil à pós-graduação, através de parcerias entre diversas universidades brasileiras. Mas, ao tratar da organicidade interna do assentamento, existe a preocupação de trabalhar a formação a partir do núcleo de base, envolvendo, principalmente, os coordenadores, que teriam como tarefa disseminar o estudo no acampamento ou assentamento. Dessa forma, o Movimento entende que a formação também faz parte do acúmulo de forças, como aparece em um trecho do livro *Lições da Luta pela Terra* (1999), produzido por Ademar Bogo e utilizado na formação de militantes e dirigentes.

Nos assentamentos, o acúmulo de forças está relacionado com o desenvolvimento das diferentes dimensões da vida dos assentados. Ao mesmo tempo em que nos preocupamos com a produção, devemos preocupar-nos com a educação das crianças e a formação política dos adultos (BOGO, 1999, p.139).

Existe, então, uma preocupação com a formação, para que esteja voltada para o acúmulo de forças na luta, com princípios e objetivos definidos a partir do Movimento. Na organicidade interna, existe essa preocupação, uma vez que a intenção é preparar “quadros” com “pertença” para assumir instâncias, de forma que defenda o projeto de Reforma Agrária, proposto pelo MST.

No processo de formação no estado do Pará, o Assentamento 26 de Março conseguiu se inserir em vários cursos formais, através do PRONERA, entre eles:

- 1- Pedagogia da terra: 05 pessoas;
- 2- Letras: 04 pessoas;
- 3- Agronomia: 03 pessoas;
- 4- Técnico em agropecuário: 03 pessoas;
- 5- Magistério: 04 pessoas.

Esse processo de formação, que acontece tanto de maneira formal como informal varia de estado para estado e, até mesmo, entre assentamentos e/ou acampamentos, o desfecho da formação também tem essa variação, já que existe o grau de dificuldade na condução do processo, principalmente nos núcleos de bases. Como surgiu no diálogo com os assentados do

26 de Março, muitos têm grande dificuldade na leitura e escrita o que por sua vez, dificulta a manutenção dos espaços de estudos em núcleo, sem que haja o acompanhamento de um militante. Vale ressaltar que não estamos afirmando que a formação está restrita apenas ao estudo, pois considero que a formação se dá em diversos espaços, mas o limite apresentado é garantir estudos por núcleos, além da escolarização de alguns coordenadores que apresentam dificuldade para ir à escola. Para Dona Sula, 50 anos, assentada do 26 de Março, coordenadora do núcleo “Semente do Amanhã”, entrevistada em 18 de janeiro de 2009: na época em que viviam no acampamento a coordenação tinha mais estudos, se reunia mais para “formação política”, porém, com a mudança para os núcleos de moradia, considera que está deixando a desejar. Dona Sula acredita que a correria está impedindo a continuidade dos estudos, no entanto, defende que a coordenação precisa se reunir novamente para os estudos, pois só assim vai melhorar o conhecimento e, também, a participação.

Com a mudança para os núcleos de moradia, observa-se a dispersão da coordenação em função da distância de um núcleo de moradia para outro. A coordenação, quando realiza uma reunião, suas pautas são extensas e pontuais, visto que está em processo de implantação de infra-estrutura do assentamento. Nesse momento, a formação não aparece como prioridade. A formação é, aqui, no sentido de estudo da coordenação, pois a escola sempre aparece como ponto de pauta, e tem se caracterizado como uma das prioridades das famílias. Apesar desse recuo no processo de formação a partir da coordenação, no diálogo com os coordenadores, afirmam a importância da formação para o fortalecimento da organicidade interna do assentamento, e classificam, ainda, como desafio a ser enfrentado por quem está à frente do processo organizativo.

3.7. Núcleo de base e cooperação

A criação dos núcleos de base nos assentamentos e/ou acampamentos, com seus princípios e objetivos, propõe o desenvolvimento de trabalho a partir da cooperação entre as famílias. Para o MST,

[...] A cooperação que buscamos deve estar vinculada a um projeto estratégico, que vise à mudança da sociedade. Para isto deve organizar os trabalhadores, preparar e liberar quadros, ser massiva, de luta e de resistência ao capitalismo.

Para nós a cooperação não é vista apenas pelos objetivos sócio-políticos, organizativos e econômicos que ela proporciona. Ela é, para nós, uma

ferramenta de luta, na medida em que ela contribui com: a organização dos assentados em núcleos de base, a liberação de militante, a liberação de pessoas para a luta econômica e, principalmente para a luta política. (MST, 2008, p.55)

Essa passagem demonstra a preocupação, principalmente, na liberação de quadros⁸¹ a partir do trabalho desenvolvido na base, ou seja, através dos núcleos de base com objetivos de fortalecimento da luta como um todo. Acredita-se que através do avanço da cooperação nos assentamentos de maneira que proporcione a melhoria econômica das famílias é possível as famílias garantirem a liberação dos militantes. Esse processo de cooperação se dá de diversas formas, e vai se concretizando a partir das práticas das famílias. Esse processo de cooperação vai enfrentar seus limites na prática, pois exige um processo de formação e esforço dos dirigentes internos do assentamento, uma vez que essa tarefa de instigar e fomentar o avanço desse processo passa pela direção política do Movimento.

Como já foi refletido antes, os núcleos de base, não só no Pará, como também em outros estados, começaram a ser criados apresentando diversos problemas, sobretudo em função do equívoco criado a partir da concepção de cooperação e a tentativa de nuclear as famílias pelo trabalho coletivo, ou melhor, o acesso ao crédito coletivo. O Assentamento 26 de Março, a partir de experiências anteriores, segue o debate a partir de outra lógica, seu processo apresenta outro diferencial em função das famílias terem vivido um longo período de acampamento, dez anos. Quando se trata de cooperação está em jogo o grau de afinidade e, principalmente, de confiança que cada núcleo construiu na caminhada, que “trilharam” juntos desde o acampamento. O processo de organicidade interna foi discutido e desenvolvido envolvendo todos os aspectos, como educação, saúde, lazer e produção, mas independente de acesso a créditos e/ou outros recursos, pois todo investimento, na área da produção, foi realizado pelas famílias, seja de forma individual, seja em núcleo.

No período do acampamento as famílias sempre desenvolveram a prática do mutirão, a qual continua até hoje. Além do mutirão, alguns núcleos resolveram desenvolver experiências coletivas, como plantio de roças, culturas permanentes⁸² e horticultura. O trabalho cooperativo aparece no assentamento 26 de Março, como um grande desafio, é como define as famílias que passaram por essa experiência, destacando como algo que precisa avançar muito internamente. Uma das primeiras experiências coletivas foi de um grupo de seis pessoas para produzir horticultura. Assim descreve o senhor Benedito Alves da Silva, 38

⁸¹ Liberação de pessoas para desenvolver as atividades do movimento, tais como elaborar e acompanhar projetos para contribuir com a questão econômica, e mobilizar/organizar os trabalhadores e trabalhadoras para a luta.

⁸² Mesmo sabendo que viviam em estado de instabilidade na área um núcleo resolveu desenvolver uma experiência com plantio de café.

anos, assentando e coordenador do núcleo de base “Onalício Barros”, em 10 de janeiro de 2008:

Nós montamos uma horta e fomos trabalhar no coletivo. Ficou horta e roça, só que era mais horta do que roça. Plantava arroz, milho, feijão, fava. Tirava uma parte pra consumo (30%) e o resto passava pra frente. A horta é mais pra venda. Horta dá mais lucro que a roça. Vendia no Itacaiúnas Hotel e na feira final de semana (*Marabá*), já tinha clientela no jeito. Roça eu sempre fiz de cinco linhas pra baixo. Roça individual e a horta coletiva éramos seis. Um mexia mais com a parte de venda, entrega. Cada pessoa era de um núcleo diferente, nos juntamos essas seis pessoas. Antigamente na primeira horta era grupão, aí nós saiu... aí a gente separou. Ficou só eu e Domingos trabalhando direto.

O grupo trabalhava, coletivamente, apenas a horta, já que a roça as pessoas faziam de forma individual. A partir do depoimento, fica evidente que, aos poucos, o grupo de trabalho vai se dissolvendo. No final, ficou apenas seu Bené, sua esposa, e Domingos. Esse trabalho durou até a mudança para os núcleos de moradia. Para Ariosvaldo Andrade dos Santos (Ari), 29 anos, assentado, técnico em Agropecuária, que fez parte desse coletivo de horticultura, houve algumas divergências internas no grupo de produção, pois considera que trabalhar em coletivo não é fácil. Para ele, deve ter controle e estudo da importância da atividade que está sendo desenvolvida. Mas, Ari considera que um dos fatores que contribuiu para que o trabalho não desse certo foi a dispersão dele e de Janiel, porque ele foi para o curso de Técnico em Agropecuária, em Bananeiras, na Paraíba, e Janiel foi para a região de Tucuruí, acompanhar o trabalho de elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento 08 de Março. Os dois contribuía, principalmente, com a orientação técnica junto às famílias do grupo. Outro fator que contribuiu para dispersão do grupo foi a água, pois a horta estava localizada em um espaço de “baixão”. O grupo se dispersou e permaneceu apenas o Domingos e o Bené. Com a mudança para os núcleos de moradia, dois grupos de produção tentaram organizar horta coletiva, mas em função do problema, principalmente com estrada e distância entre famílias, inviabilizou o trabalho em 2008, o qual está sendo retomado em 2009.

Outra experiência de trabalho coletivo, na época do acampamento, foi o plantio de dois alqueires de banana, considerada, porém, frustrada pelo assentado, conforme seu relato:

A princípio tomamos uma decisão de fazer um trabalho coletivo até pra ter uma experiência. Com dois anos que nós era acampado nós fizemos um trabalho coletivo, plantamos dois alqueires de banana e essa experiência aí foi frustrada. PORQUÊ? Não tem jeito a gente já explicou, são várias culturas diferentes que se juntaram e têm algumas pessoas que têm menos disponibilidade pro trabalho, pra tarefa prática, pro trabalho de roça e têm

outras que têm mais disponibilidade. Então a coletividade naquele momento deu certo pra aquele que tinha menos influência no trabalho porque de certa forma conseguiu sugar os outros e aqueles que mais trabalhavam avaliaram que o trabalho coletivo não era o ideal, não era o correto e que a gente tinha que buscar outro método de trabalhar. (Francisco Uires Souza Xavier, 34 anos, assentado do 26 de Março, entrevista cedida em 26 de novembro de 2008)

A partir do relato, a experiência foi considerada como frustrada justamente em função da divisão do trabalho, critério bastante citado pelos coordenadores entrevistados em relação à formação dos núcleos. O trabalho aparece como forte elemento, tanto na formação e organização das instâncias, como na organização da experiência prática que envolve a produção. Segundo Uires, são pessoas diferentes, portanto, a disposição para o trabalho também se diferencia internamente no grupo. Francisco Uires acrescenta: “Nós do núcleo achamos que é mais conveniente trabalhar o cooperado que o coletivo”. Quando cita cooperado, refere-se à troca de serviço entre as pessoas do núcleo. Organizam um calendário no período de preparo da área, da roça, e depois organizam outro calendário no período da colheita. Esse é o trabalho cooperado, definido por eles. Essa prática do trabalho cooperado é comum em todo o assentamento e é organizada mais a partir do núcleo de base ou, muitas vezes, por amizade, vizinhança, ou religião. É uma prática que vai até a colheita, mas ainda não tem conseguido avançar para a comercialização.

O Assentamento 26 de Março ainda está em processo de estruturação, as famílias vivem o momento de planejamento dos lotes, que vai além da prática de cultivar a roça, que é comum a todas as famílias. Mas, várias famílias apresentam intenções de trabalhar com horticultura, fruticultura, criação de pequenos animais, piscicultura. Algumas famílias estão trabalhando com o manejo do açai.

Atualmente, nenhum núcleo de base ou grupo de produção está desenvolvendo trabalho coletivo. Existem algumas intenções que ainda estão no plano da idéias, mas falta maior debate, amadurecimento e planejamento das ações a partir da coletividade. A proposta é que as atividades coletivas possam ser realizadas ou via núcleo de base, núcleo de moradia, ou mesmo organização de grupo de produção.

3.8. Núcleo de base: nem sempre o caminho é da consolidação

O núcleo de base é uma parte da organicidade, e tratamos aqui com mais especificidade por se caracterizar como um dos fortes investimentos no Assentamento 26 de Março. Vimos que, nessa caminhada de construção da organicidade, o núcleo de base envolve princípios e valores a partir de toda uma prática que vai sendo construída e (re)construída pelas famílias. Por ser um espaço que não cabe à imobilidade do *ser*, mas a fluidez dos atos na mobilidade das pessoas, o agir, o intervir, o atuar, é que o *cenário* muda. Portanto, a proposição de construção de uma organicidade interna e a criação de uma estrutura organizativa não significa que todas as famílias serão inseridas nesse processo, pois existe a opção da participação nessa organização. Nesse sentido, os núcleos e os setores vão sendo construídos, e chega mesmo o momento em que um setor ou núcleo deixa de existir, deixa de funcionar, o que também não significa que as famílias deixarão de participar. Esse foi outro ponto do diálogo com as famílias do Assentamento 26 de Março, refletir sobre os elementos que provocam a dissolução de um núcleo de base, que é diferente de mudança de uma família de um núcleo para outro.

Ao criar um núcleo, envolvendo de 10 a 12 famílias, há o desafio de se construir relações de convivência, por mais que as famílias tenham afirmado em diálogo, durante o trabalho de campo, que não usaram critério para formação dos núcleos, esses critérios, de alguma forma, aparecem quando afirmam que se agruparam observando aquelas pessoas dispostas para o trabalho, amiga, da mesma igreja, as quais eles têm um pouco mais de conhecimento, e são mais abertas para o diálogo. Na verdade, esses núcleos não foram criados aleatoriamente, mas a partir dessa convivência no acampamento. Então, se usaram critérios para criação do núcleo de base, que para funcionar também envolve normas e regras, é claro que está apto a dar certo, a se fortalecer, mas também a fragilizar-se, bem como se dissolver. No 26 de Março, em época de acampamento, vários núcleos chegaram a se desmanchar, mas passaram por um processo de reorganização interna, principalmente no período de discussão na mudança para os lotes (núcleos de moradia). Foi feito todo um processo de reorganização, e criados 21 núcleos de base nesse processo onze famílias ficaram fora por não conseguirem se engajar em nenhum núcleo, como mencionado anteriormente neste trabalho.

Dos 21 núcleos de base organizados com seus coordenadores definidos, conforme apresenta o quadro 02, na página 100, apenas o núcleo 11 “Lutando pelo direito de trabalhar”, se dissolveu. Para Ednilton Vieira da Silva (conhecido por Douglas), 37 anos, assentado, e

ex-coordenador do núcleo “Lutando pelo direito de trabalhar” (entrevista cedida em 04 de fevereiro de 2009)⁸³, o que leva a dissolução de um núcleo é:

Eu acho que chega se desmanchar um núcleo por causa do desentendimento, que não se tem um acordo ali, supor que alguma coisa é para todos os componentes se entender existe um entendimento, aí um desanima, depois o outro desanima, ou então alguém não quer assumir cargo. O nosso núcleo desmanchou porque não tinha quem assumisse. O núcleo 11 sempre foi um núcleo de peso.

Para Douglas, a questão do desentendimento é um fator que pode provocar a dissolução de um núcleo, ou seja, a relação interna das pessoas no núcleo. Na relação das pessoas que participam do núcleo é preciso se dispor a concessões. As pessoas precisam estar abertas para ceder em determinado momento dos encaminhamentos. Por outro lado, aparece também a dificuldade de encontrar pessoas para assumir cargo de coordenador de núcleo, ou seja, é preciso a indicação de uma pessoa para coordenar o núcleo. Considera, então, que o núcleo onze não conseguiu uma pessoa para conduzir o processo de coordenação. Para o senhor Francisco Lopes de Sousa, 66 anos, assentado, ex-componente do núcleo de base “Lutando pelo direito de trabalhar” (entrevista cedida em 31 de janeiro de 2009), o núcleo se dissolveu porque a coordenação não funcionava mais. O coordenador não estava participando das reuniões da coordenação e as informações não chegavam até os componentes do núcleo.

[...] A senhora sabe quando o coordenador num funciona...não vai em reunião, ele não participa de reunião e nada mais daquela coordenação, aí pronto a gente está desinformado em tudo, não é só ele não, é tudo. Quando ele não pode mais dirigir o núcleo aí o núcleo foi se espalhando para os outros... aí ele ficou só, sem núcleo.

Esse fragmento deixa claro que a não participação do coordenador nas reuniões da coordenação e, por sua vez, nas reuniões com os componentes dos núcleos de base pode levar à dissolução do núcleo, pois as famílias começam ficar desinformadas e não conseguem acompanhar o processo de discussão e encaminhamento das questões pertinentes ao assentamento. No caso do núcleo de base onze, as famílias começaram a procurar outros núcleos e usaram como critério a proximidade, pois outro fator levantado pelas famílias é que eles estavam espalhados geograficamente e dificultava organizar reuniões frequentes. Além

⁸³ A realização dessa entrevista não foi fácil. O senhor Douglas não mora no assentamento, tem um comércio em uma vila próxima chamada Sororó. Os trabalhadores é que estão fazendo serviço no lote para ele. Percebi que houve receio em ceder a entrevista. Estive em seu comércio três vezes para conseguir uma entrevista de 20 minutos, com resposta curtas. Observei que um dos problemas é por ele não estar morando no lote e por mais que explicasse o objetivo da entrevista e do estudo em questão, a desconfiança permaneceu.

da dispersão do coordenador, os componentes do núcleo alegaram que mudaram para outros núcleos porque o coordenador estava mais preocupado com suas tarefas pessoais, e o coletivo ficou à mercê das informações e da participação da coordenação do assentamento. Com a dissolução desse núcleo as famílias se integraram em outros núcleos, apenas o coordenador estava sem conseguir outra inserção, pois ele não mora no assentamento, o que dificulta essa inserção. Mas, para as famílias se integrarem a outros núcleos o debate é realizado na coordenação.

Essa questão da dissolução do núcleo aparece em outros depoimentos que, também, canalizam para a atuação do coordenador de núcleo como elemento fundamental para o seu funcionamento, caso não tenha uma boa atuação o núcleo está *fadado ao fracasso*,

Acredito que isso começa pelo próprio coordenador, porque o coordenador é que diz a forma que o núcleo se organiza, o coordenador é o pivô central do núcleo. Se o coordenador se desmotiva e não vai pra reunião da coordenação, quando chega não passa as informações de forma qualificada é o primeiro a desmotivar o núcleo, é claro que o núcleo está fadado ao fracasso. Com certeza ele se desmancha. (Ariosvaldo Andrade dos Santos, 29 anos, assentado, militante, entrevista cedida em 02 de fevereiro de 2009)

Esse depoimento demonstra certa contradição da proposta do movimento, quanto ao núcleo de base, quando define o coordenador como pivô central do núcleo e como determinante no seu funcionamento, pois para o MST o núcleo de base deve ser um espaço de descentralização de poder e considerado a célula do assentamento/acampamento. Mas, essa não é uma visão exclusiva do Ari. As pessoas que estiveram envolvidas no diálogo de campo canalizaram a dissolução do núcleo na figura do coordenador, ou seja, se o coordenador não consegue coordenar, desenvolver sua tarefa de garantir o debate em seu núcleo e estar ativo nas reuniões da coordenação, o núcleo, então, está “fadado ao fracasso”.

Giselda Coelho Pereira⁸⁴, 34 anos, assentada, parte de uma reflexão mais geral, abrangendo todo o estado do Pará. Para ela, fatores externos, como a questão do crédito, foram determinantes para que os núcleos se dissolvessem, pois as famílias viviam um processo de nucleação, ainda novo para elas, e o crédito vem automaticamente junto, determinando o trabalho coletivo. No caso do Assentamento 26 de Março, Giselda destaca outros elementos, como o tempo de acampamento que contribuiu para o desfecho da construção da organicidade interna, já que o tempo pode proporcionar a consolidação do grupo, torná-lo coeso, e criar uma dinâmica orgânica. Mas, acredita que se não tem pessoas de referência para organizar e potencializar esse grupo, não consegue avançar e chegar à

⁸⁴ Entrevista cedida em 31 de janeiro de 2009.

consolidação do núcleo, ou seja, na construção da organicidade a liderança tem seu papel, considerado importante pelo conjunto do movimento. Nesse sentido, acredita-se que a liderança tem o papel fundamental no processo de consolidação do núcleo de base.

3.9. O papel da liderança na construção da organicidade

A organicidade interna requer o empenho de algumas pessoas com o perfil e disponibilidade de participar e coordenar do processo organizativo. Este processo requer o surgimento constante de lideranças para assumir as tarefas organizativas, seja nos setores, nas brigadas, nas equipes, nas coordenações e nos núcleos de base.

Ao tratar dos elementos que levam a dissolução de um núcleo, a figura do coordenador aparece como central nesse processo. O desempenho dessa liderança pode fortalecer o desenvolvimento do núcleo, assim como levar ao “fracasso”. Nesse sentido, o papel da liderança é definido como fundamental pelos coordenadores e famílias nucleadas. Para Giselda, 34 anos, assentada do 26 de Março, o núcleo:

Ele não é um núcleo autônomo, autogestionário, onde todo mundo dirige todo mundo coordena e todo mundo é coordenado. Nós não estamos nesse nível, é um nível muito complexo pra chegar esse estágio, então **infelizmente o coordenador acaba sendo essa pessoa central no núcleo**, se ele não é essa referência aí não vou dizer que é uma referência democrática, ou referência autoritária [...]

Observa-se então, a partir do momento em que se propõe a construir uma estrutura organizativa, com diversos espaços de debate, necessita de pessoas para coordenar o processo, automaticamente é preciso “formar” líderes, dirigentes, militantes. Nesse processo as pessoas vão construindo também sua referência interna de acordo com sua forma de atuação. A atuação da liderança pode conquistar famílias, bem como distanciar. A atuação das lideranças exige um esforço pessoal, do indivíduo. O grau de dificuldade vai surgindo de acordo com sua atuação, com o desempenho de seu papel. Na coordenação, alguns coordenadores têm muita dificuldade em coordenar, em organizar os núcleos e fazer circular as informações,

[...] o que dá pra ver é que os coordenadores no geral têm muita dificuldade de coordenar, eles podem ser a referência, alguém que aglutina pelo respeito, pela responsabilidade no compromisso com as tarefas, pela moral, ou pela referência de participar de algum grupo, da igreja, de qualquer outro elemento. Mas, no geral essas pessoas têm muita dificuldade de socializar as informações da coordenação pro núcleo e do núcleo para a coordenação, pelo processo de formação mesmo. São pessoas com baixo nível de escolaridade, muitos deles já com idade avançada, que assumem a

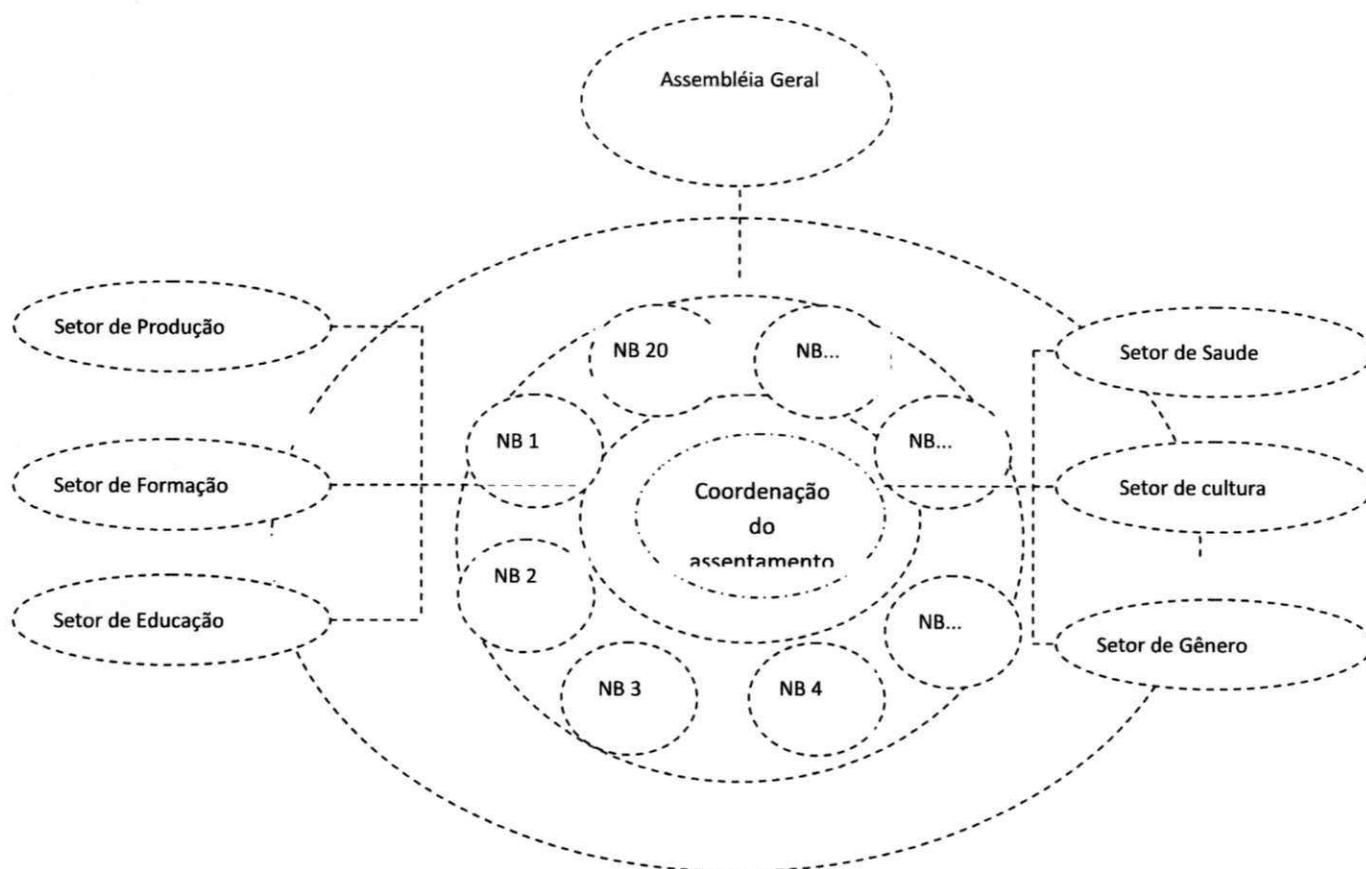
coordenação de núcleo. A juventude não assume a coordenação. Mas, são essas pessoas que garantem os núcleos. O núcleo quando não tem coordenação, na ausência do coordenador dificilmente o núcleo se sustenta. (Giselda Coelho Pereira, 34 anos, assentada, entrevista cedida em 30 de janeiro de 2009).

Essa dificuldade, segundo depoimento, aparece em função da formação, da escolaridade dos componentes da coordenação, além de aparecer a idade “avançada”, de algumas pessoas, como limite no desenvolvimento das funções que competem a um coordenador. Por outro lado, há pouca inserção dos jovens nessa estrutura orgânica. Observa-se, nas áreas de acampamentos e assentamentos, maior disponibilidade dos jovens em participar de cursos informais e do calendário de lutas como em marchas, ocupações, acampamentos pedagógicos, entre outros.

A liderança que assume as instâncias internas tem como desafio garantir o debate e os encaminhamentos com maior grau de participação possível das famílias, principalmente através do debate nos núcleos, nos setores, nas brigadas e equipes, além de buscar a inserção dos jovens nos espaços de decisão. Nessa perspectiva, o papel da liderança na construção da organicidade se torna então importante e, muitas vezes, dependendo do desempenho individual, centralizador.

Entendendo que o processo de construção da organicidade interna requer o envolvimento de muitas pessoas, como demonstra a figura 6, que visualiza a estrutura organizativa do assentamento 26 de Março, é que os esforços constantes são para a formação de lideranças para assumir os espaços das instâncias organizativas.

Figura 6: Proposta de organograma da estrutura organizativa do Assentamento 26 de Março



Fonte: Coordenação do Assentamento 26 de Março.

Essa proposta de estrutura organizativa se diferencia pouco da que existe atualmente apresentada através da figura 05, pois atualmente aparecem três setores funcionando, nessa nova proposta que está em fase de (re) organização a idéia é a (re)estruturação dos setores de formação, cultura e gênero. Nesse sentido precisará de mais lideranças com perfil adequado para assumir cada setor. Essa estrutura, para funcionar de acordo com a proposta do movimento e, que seja considerada ideal em seu desenvolvimento, necessita de 40 coordenadores, sendo 20 homens e 20 mulheres, 12 lideranças para assumir a coordenação dos setores, sendo 06 homens e seis mulheres, além de 02 dirigentes para compor a direção estadual representando o assentamento, um homem e uma mulher. Não aparece no organograma, mas existe também o quadro de militantes que acompanham as famílias, no 26

de Março atualmente são 08 pessoas, 05 homens e 03 mulheres. Em síntese para conduzir o processo de organização interna necessita do empenho de 60 lideranças atuando na organicidade interna com objetivo de garantir o desenvolvimento das famílias assentadas.

3.10. A influência “modelo” de assentamento na construção da organicidade

A criação dos assentamentos de reforma agrária tem sido a forma de luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra no Brasil. São criados a partir de decretos, estes por sua vez se baseia em um “modelo padrão, principalmente quando se trata do parcelamento em termos de tamanho. Vale ressaltar que existe uma luta para as mudanças ocorram e esses espaços sejam construídos de forma diferente, partindo das realidades regionais. Para o MST, “os assentamentos são partes fundamentais da infra-estrutura que representa a consolidação do MST em cada estado” (FERANDES, 199, p. 160)

Com o processo de criação do assentamento, vem a interferência externa, através das instituições governamentais, pois o Incra exige que as famílias assentadas criem uma instituição jurídica para a implantação da infra-estrutura da área, que envolve construção das habitações, aberturas de estradas, postos de saúde, enfim as necessidades básicas para que as famílias possam viver nesse espaço social.

O assentamento 26 de Março, que viveu dez anos de acampamento com uma organicidade interna, sem representação jurídica, mas que conseguiu conquistar a regularização da Escola Carlos Marighella, atendimento às famílias através de profissionais da saúde com acompanhamento do setor de saúde, fomento na produção através de investimento de órgãos municipais e estaduais. Mas, a partir do momento da criação do assentamento, com a “legalidade” traz consigo todo um aparato a partir de uma estrutura que já existe e vem para cumprir regras e normas da política “agrícola e agrária” estabelecida. A coordenação do assentamento tentou garantir a estrutura organizativa, ou melhor, a funcionalidade do núcleo de base como espaço jurídico⁸⁵ para organizar e instalar a infra-estrutura como: habitação e estradas, entre outros, mas o Incra não aceitou, forçando então a criação de uma associação. Como os outros assentamentos, o 26 de Março criou então a Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento 26 de Março (APROTERRA),

⁸⁵ A proposta era criar uma comissão de pessoas da própria coordenação do assentamento para coordenar a instalação dos créditos no Assentamento 26 de Março. O Incra não concordou, pois alegou que não dispõem de profissionais para realizar um acompanhamento a 20 núcleos de base, pois requer muitos processos jurídicos.

fundada no dia 14 de maio de 2009 para atender as exigências dos órgãos públicos como forma de estruturar o espaço social. Com a criação da associação surge então mais um espaço de debate. As pessoas que assumiram a direção são as mesmas que estão na coordenação dos núcleos de base e por sua vez coordenam o assentamento.

Observa-se, então, que com a criação do assentamento tanto a questão do parcelamento, que gera dispersão das famílias no processo organizativo, bem como a criação de instâncias jurídicas influenciam na construção da organicidade interna. Mas, as transformações que vão acontecendo partem da rede de relações entre as famílias, pois

[...] a rede de ligações é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo, isto é, orientadas para a transformação de relações contingentes, como as relações de vizinhança, de trabalho [...] (BOURDIEU, 2001b, 67-68)

É justamente a partir das estratégias que há momentos de avanços e recuos nessa organicidade, pois está em jogo interesses do movimento, das famílias e do Incra; este pretende desenvolver seu trabalho a partir da legalidade, dos padrões que determinam o processo de criação de um assentamento. É nessa perspectiva que acontecem os arranjos institucionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de constituição da organicidade do Assentamento 26 de Março não está ainda concluída. O processo de constituição de arranjos sociais (ou de instituições) é complexo e multidimensional, com efeitos importantes nas dinâmicas de territorialização do espaço. A constituição da organicidade – como demonstra a própria experiência nacional do MST analisada no Capítulo 1 – é sempre provisória, susceptível de questionamentos, revisões, adaptações, reorientações, em resposta tanto ao caráter reflexivo da vida social (que implica no monitoramento permanente das práticas) quanto às próprias transformações nas correlações de força entre grupos sociais interdependentes.

Se é verdade que no Assentamento 26 de Março os marcos principais da estrutura organizativa seguem, em essência, o modelo de “estrutura orgânica” que conforma a proposta nacional do MST, é também certo, e foi o que procuramos demonstrar ao longo dessa dissertação, que são as práticas sociais que vão concretizando e dando as feições específicas dessa organicidade em cada assentamento, dado que “a existência de uma rede de relações não é um dado natural, nem mesmo um ‘dado social’, constituído de uma vez por todas e para sempre por um ato social de instituição” (BOURDIEU, 2001b, p. 67-68).

Através da pesquisa, foi possível constatar que as famílias viveram vários processos na construção da organicidade. No início do trabalho de base, os militantes começaram a organização de grupos de famílias para chegar ao acampamento com seus grupos definidos. A partir da ocupação, as mudanças foram acontecendo e resultaram na (re) organização desses grupos.

A territorialização do espaço no momento do acampamento foi bastante influenciada por esse tipo de arranjo institucional, já que foram os grupos de família o fator preponderante na localização dos barracos construídos para resistir no local. A idéia era que estando as famílias de um mesmo grupo próximas umas das outras, facilitaria a realização de reuniões e outras formas de mobilização para permanecer na terra ocupada. Além desses grupos, começa então a organização dos setores e equipes de trabalho.

Com o debate em torno da organicidade e partindo da avaliação de experiências concretas de outras áreas, as famílias do 26 de Março vivenciam a (re) estruturação da organicidade interna, o que gerou resistências por parte de alguns grupos, pois estes já tinham certo tempo de convivência. Confirma-se que essas mudanças internas ocorrem mais em função da necessidade do MST do que uma necessidade das famílias, pois a transformação de

grupos de famílias em núcleos de base emerge no contexto nacional do movimento e não da especificidade das famílias do 26 de Março. Por viver um momento de “fetichização” em torno da organicidade e mais ainda em torno das organizações e estruturas dos núcleos de base, no estado do Pará também se dissemina esse debate e os militantes vão para as bases para tornar a proposta concreta.

Essa organização interna no Assentamento 26 de Março aparece como forma de resistência para a permanência na terra, além de se definir como espaço de debate e discussão na construção do espaço social. Na constituição e estruturação dos núcleos de base, ficou claro que os fatores trabalho e amizade são dois elementos determinantes no agrupamento das famílias nos núcleos de base, o que revela alguns dos principais objetivos para as famílias ao participarem de uma ocupação de terra, pois concretamente pensam no uso da terra, portanto a disposição para o trabalho e amizade soma para a concretização deste objetivo.

As famílias do Assentamento 26 de Março viveram um período de 10 anos de acampamento e esse fator aparece nas entrevistas como relevante na construção da organicidade interna, pois serviu para refletir e avaliar a estrutura organizativa de modo que fosse proporcionando as transformações, pois partiram então de outras experiências de organicidade no estado do Pará, com seus erros e acertos. Mas, com a fase de transição de acampamento para assentamento, surgiram então algumas preocupações em torno da organicidade interna, pois com a criação do assentamento ocorre então o parcelamento dos lotes e certa dispersão das famílias. A coordenação sente dificuldade em realizar reuniões e por sua vez, reunir os núcleos. Além da dispersão, a criação do assentamento provocou interferência na organicidade interna, a partir do momento que forçou a criação de uma associação, como instituição de representação jurídica das famílias assentadas para a implantação da infra-estrutura do espaço social.

Inicialmente, na organização das famílias não existiam critérios para formação dos grupos de famílias, mas à medida que as relações foram sendo construídas, começam então acontecer as escolhas por afinidade, amizade, religião, trabalho, ou parentesco. Alguns núcleos se organizaram a partir de parentesco. Mas, com a discussão e (re) organização dos núcleos e avaliação da coordenação e de militantes, na época ainda acampamento, os núcleos formados apenas por parentes foram (re) organizados. Para a coordenação e militantes, essa mudança foi tranqüila e não trouxe prejuízos para a organização interna. Observando a essência da proposta do movimento em torno da organicidade, essa definição aparece como contraditória, principalmente quando define que o núcleo de base deve proporcionar o “desenvolvimento” das famílias, pois ao optarem a formação do núcleo pelo grau de

parentesco transparece a facilidade nas relações e no desempenho do trabalho nos seus lotes, pois o fator trabalho aparece como um dos grandes desafios nas relações interna desses núcleos.

Por outro lado, a análise da estrutura organizativa interna apontou também algumas contradições, pois a partir das relações das famílias nos grupos e depois nos núcleos, algumas famílias foram ficando fora dessa organização, o que pode ser percebido em dois diferentes momentos: i) no período da transição de grupo de família para núcleo de base; ii) no momento do sorteio dos lotes, da definição onde cada família iria morar. Nesses processos algumas famílias ficaram sem núcleo de base, não por opção, mas porque não foram aceitas a partir da avaliação de critérios que foram surgindo, como o fator trabalho, responsabilidade e amizade, aparecem como definidor na inserção ou não no núcleo. Apesar de ser apresentada como uma proposta em que todos devem participar, mas é justamente a convivência nessa organização que vai definir e criar critérios para a formação desses núcleos.

Algumas dificuldades foram apontadas no desenvolvimento da organicidade interna: o privilégio dado ao “letramento”, principalmente em relação aos coordenadores, tem provocado distorções na comunicação interna; pouca inserção do jovem na coordenação do assentamento; pouca participação da mulher na coordenação; organização e debate na pauta de discussão dos núcleos de base; centralidade na figura do coordenador, alguns não participam das reuniões e não conseguem fazer circular as informações internas. Para as famílias, o coordenador é figura central do núcleo, ele é quem vai garanti o sucesso ou mesmo a dissolução do núcleo. Essa centralidade foge da proposta do movimento, quando define o núcleo como espaço de estudo para contribuir com a formação e preparação de pessoas para assumir as instâncias. Além dessas questões, um problema que a coordenação enfrenta após a criação do assentamento são algumas negociações que começam a acontecer de forma pessoal, mas muitas vezes utilizando o nome do movimento e da coordenação. A disputa de poder muitas vezes se acirra, principalmente quando envolve o crédito instalação. Esse processo é normal, pois como é um espaço heterogêneo, os conflitos vão surgindo e provocando novas discussões.

Compreendemos, então, que a constituição da organicidade interna não atende diretamente aos anseios das famílias, mas são os arranjos complexos formulados a partir dos interesses mais amplos de consolidação do próprio MST enquanto movimento nacional; da lógica constitutiva dos modelos de luta pela terra (na forma de ocupações, acampamentos, desapropriações); da forma social “projeto de assentamento”, com as implicações burocráticas envolvidas em sua implantação; dos interesses e visões de mundo dos técnicos do INCRA e

de outros órgãos públicos; e também das práticas, anseios e criatividade das famílias assentadas. A transição do acampamento para assentamento, como mostrou a experiência do 26 de Março, revela mais claramente esse caráter complexo e multidimensional da constituição da organicidade.

Mas, observa-se que mesmo com as dificuldades e fragilidades apontadas, essa organização interna provoca as famílias para o debate e força a agilidade na implantação das políticas públicas. Permanece a tensão, porém, entre as tentativas de orientar o curso da vida social e de suas transformações, e o caráter muitas vezes errático e surpreendente destas transformações.

Finalmente, é importante ressaltar que na prática das famílias assentadas, militantes e dirigentes do MST, a noção de organicidade vai ganhando novos contornos. A experiência do Assentamento 26 de março revela que os modelos organicistas e funcionalistas implícitos na noção de “estrutura orgânica” são incongruentes com as formas contraditórias, muitas vezes tensas, em alguns momentos com tendências à dissolução, que os vínculos sociais efetivamente apresentam na vida cotidiana. A organicidade deixa de ser um desafio teórico, e passa a ser uma questão prática a ser problematizada cotidianamente, num processo de alta reflexividade que vai moldando a vida das famílias assentadas e conformando a trajetória do próprio MST como movimento nacional de luta pela terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABE, M. N. **Mártires de Abril: o MST semeando a utopia camponesa**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2004 (dissertação de mestrado)
- ANCA. **O que levar em conta para a organização do assentamento: a discussão no acampamento**. SP: Perez, 2002.
- ARAÚJO, F. E. de et al. **Diagnóstico do assentamento 26 de março**. Marabá: UFPA/PRONERA/INCRA, 2008 (trabalho da disciplina de estudo da localidade do curso de Agronomia)
- ASENSI, F. D. **Teoria da estruturação e ação coletiva: uma exegese sobre a obra de Anthony Giddens**. Artigos-Duplipensar.net, publicado em 08/06/2006.
- ASSIS, W. S de. **A Construção da Representação dos Trabalhadores Rurais no Sudeste Paraense**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2007 (Tese de doutorado).
- BERGAMASCO, Sônia M. & NORDER, Luis A.C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BERGAMASCO, S. M. P. P; FERRANTE, V. L. S. B. *In*: FRANÇA, C. G.; SPAROVER, G. (coord.). **Assentamentos em debate. A qualidade dos assentamentos da reforma agrária: a polêmica que nunca saiu de cena**. p.75-88. Brasília: NEAD-DEBATE, 2005.
- BOAL, Augusto. **Teatro como arte marcial**. Mesa redonda Rio Grande do Sul: 27/11/2000.
- BOEIRA, S. L. & BORBA, J. **Os Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Ambiente & Sociedade. Vol. 9, nº 1, Campinas, jan/jun 2006.
- BOGO, Ademar. **Lições da Luta pela Terra**. Salvador: Memorial das Letras, 1999.
- _____. **O MST e a Cultura**. Caderno de Formação nº 34. São Paulo: ANCA, 2000.
- _____. **A organicidade e o planejamento**. Texto para estudo, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- _____. **O Poder Simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. RJ: Bertand Brasil. 4ª edição, 2001a.
- _____. **A Economia das Trocas**. São Paulo: Perspectiva. 2001b.
- _____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papius, 1996.
- _____. (1980) **O Capital Social – Notas Provisórias**. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2001b.

_____. Videoconferência em língua espanhola. In: SOSA, Cecília. El mundo académico en la mira de BOURDIEU. Página/12, Buenos Aires, 29 jun. 2000. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar> (acesso em 20/01/2009).

CALDART, R.S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais que escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CARIA, T. H. L. **O conceito de prática em Bourdieu e a pesquisa em educação.** Artigo, sem data.

CARTILHA. **Estado e campesinato na Amazônia: o debate sobre o Distrito Florestal de Carajás.** Seminário Interestadual PA, MA, TO. Período: 30 e 31/08 a 01/09/2007. Marabá-Pará.

CARVALHO, H.M. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil.** Curitiba: 1999. Ministério Extraordinário de Política Fundiária-MPF; Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento-NEAD; Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura-IICA.

_____. **Comunidade de Resistência e Superação.** Curitiba, 2002. Texto de 26 páginas.

CASTRO, E.M.R de; HÉBETTE, J. **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia.** Belém: NAEA/UFGA, 1989.

CERNEA, M. M (coord.). **Primero la gente: variables sociológicas em el desarrollo rural.** Fondo de Cultura Económica, México, 1995.

CONCRAB. **Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos.** Caderno de Cooperação agrícola n° 07, SP, 1998.

CONCRAB - **Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (MST)**
<http://www.mst.org.br/setores/concrab/indice.html> (acesso em 20/03/2008).

_____. **A evolução da concepção de cooperação agrícola do MST (1989 a 1999).** Caderno de cooperação agrícola n° 08. São Paulo, 1999.

_____. **A emancipação dos assentamentos: os direitos e os cuidados que os assentados devem ter.** Caderno de cooperação agrícola n° 06. São Paulo, 1998.

COOMARSP. **Plano de Recuperação do Assentamento 17 de Abril.** 2008.

COSTA, F. de A. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do Desenvolvimento Sustentável.** Belém: UFGA/NAEA, 2000.

COSTA, C. M. O. da. **O processo organizativo em assentamentos rurais: um olhar sobre a fazenda Pirituba.** Campina, SP: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, 2001 (dissertação de mestrado).

CUNHA, L. H. **Manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia: arranjos institucionais e mediação externa**, Belém-PA: Universidade Federal do Pará- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2002. 210f. (tese de doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido).

_____. **Plano de Recuperação do Assentamento Carajás II e III**. 2008.

DUNCAN, M. **Capital social, um ativo para o empoderamento?** (Sumário preparado para uso interno do SDT). COCEP/SDT, 2005.

EMMI, M. **A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais**. Belém: UFPA, 1987.

FERNANDES, B. M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST (1979-1999)**. SP: USP, 1999 (tese de doutorado).

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro**. *Currículo sem Fronteiras*, v. 3, n.1, PP.11-27, jan/jun 2003.

_____. **Impactos socioterritoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária**, p.113-132. In: FRANÇA, C. G.; SPAROVER, G. (coord.). **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD-DEBATE, 2005.

FILHO, G. B. **As experiências do MST na organização de assentamentos rurais no estado do Pará**. Marabá: 2006. (mimeo.)

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOHN, M. da G. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. SP: Loyola, 1997a.

_____, M. da G. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. SP: Cortez, 1997b.

GUERRA, G.A.D. **O Posseiro da Fronteira**. Belém: UFPA, 2001.

HÉBETTE, J. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia**.

Belém: EDUFPA, 2004a. vol. I.

_____. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004b. vol. III

_____. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004c. vol. IV

IANNI, O. **A Luta pela Terra**. Petrópolis: Vozes, 2ª Ed., 1979.

INTINI, J.M. **Luzes e Sombras Negociação e Diálogo no Sul e Sudeste do Pará: um estudo sobre as políticas públicas para a reforma agrária e agricultura familiar.** Belém: UFPA, 2004. (dissertação de mestrado).

ITERRA. **Somos Sem Terra.** In: STÉDILE, J. P. textos para debate do IV Congresso Nacional do MST, 2000. Extraído do Caderno do educando. Pra soletrar a liberdade, n° 02. RS: 2001, p.32

JÚNIOR, C. P. **Teoria Marxista do conhecimento e método dialético materialista.** Fonte digital www.jahr.org. Ed. Eletrônica: Ed. Ricardo Castigat Mores. 2001.

LIMA, I. G. de. Carajás: processo de emancipação política ou embrião de um processo de regionalização. In: LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. E. de (Org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991, páginas: 361-363.

LONG, N. and VAN DER PLOEG J.D. Heterogeneity, actor and structure: towards a reconstitution of the concept of structure. In: BOOTH, D. (ed) *Rethinking Social Development: theory, research and practice.* England, Longman, 1994, p. 62-90. **Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura.** Tradução por Daniela Garcez, Leandro Krug Wives e Rita Pereira. Revisão técnica de Sérgio Schneider (disponível digital).

MALAGODI, Edgard. **Notas Epistemológicas e Metodológicas sobre a teoria dialética.**

Tese de concurso público. Universidade Federal de Campina Grande, 1993.

MARTINS, J. de S. **Reforma agrária: o impossível diálogo.** SP: EDUSP, 2000.

MDA/INCRA. **Manual Operacional de ATEs: Assessoria Técnica, Social e Ambiental-2008.** Brasília. Aprovado pela Norma de Execução n° 78, em 31 de outubro de 2008.

MDA/NEAD. **Assentamentos em debate.** FRANÇA, C. G. de, SPAROVEK, G. (Coord.). Brasília: 2005.

MENEZES, A.M; AIRES, L.M.A; SOUZA, M. R. de. **Construindo narrativas orais: interações sociais no trabalho de campo.** São Paulo; Cadernos de Campo. Revista dos alunos de pós-graduação em Antropologia Social da USP. Ano 13, 2004, p. 57-69.

MINIDICIONÁRIO LUFT. CELSO PEDRO LUFT, 20ª edição, 2001.

MIRANDA, R. de S. **Desempenho institucional e a superação dos dilemas sociais em assentamentos do semi-árido paraibano.** Campina Grande: UFCG, 2007 (dissertação de mestrado)

MOURA, C. S. S.; BARROS, P. F. de A. **Comunicação organizacional, redes sociais e capital social.** Trabalho apresentado no VII Nupecoom. XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Natal, RN . 2 a 6 de setembro de 2008.

MST. Setor Nacional de Formação. **Método de Trabalho e Organização Popular.** São Paulo: ANCA, 2005.

_____. **Setores de Produção, Cooperação, Meio Ambiente e Setor de Formação. Programa de formação para a cooperação e organização dos assentamentos.** São Paulo: PROTOCOM, Gráfica e Editora Ltda, 2008.

_____. **Normas Gerais do MST.** São Paulo: 1989.

_____. **Manual de organização dos núcleos.** São Paulo: 1992.

_____. **A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira.** Mimeo, 2008.

MST/PA. Cartilha de Estudo nº04. **Organicidade e o planejamento: o funcionamento das brigadas no MST.** Pará: setembro de 2005a.

_____. Cartilha de Estudo nº05. **Organicidade e o planejamento.** Pará: dezembro de 2005b.

_____. Cartilha de Estudo nº 01. **A organicidade e o planejamento: construindo coletivamente.** Pará: Janeiro de 2005c.

_____. **O movimento camponês no Brasil e a luta pela reforma agrária.** Caderno de formação nº31. SP: Peres, 1999.

_____. Cartilha de Estudo nº02. **A organização e o planejamento.** Pará: julho de 2005.

_____. Cartilha de Estudo nº03. **A organização e o planejamento: tema da Amazônia.** Pará: julho de 2005.

_____. **O funcionamento das brigadas do MST.** Setor de Formação. São Paulo: junho/2005.

_____. **Mística: uma necessidade no trabalho popular e organizativo.** Caderno de Formação nº 27. São Paulo: 1998. p. 25-38.

NEVES, D. P. **Assentamento rural: confluência de formas de inserção social.** *Estudos Sociedade e Agricultura*, 13, outubro 1999: 5-28. A versão original deste texto foi apresentada na mesa redonda Assentamentos rurais - metodologia de pesquisa e sistemas de avaliação, do IX Congresso Brasileiro de Sociologia: A sociologia para o século XXI, Porto Alegre, 30 de agosto e 3 de setembro de 1999.

OLIVEIRA, P. de S. **Caminho de construção de pesquisa em Ciências Humanas.** *In* ____org. Metodologia das Ciências Humanas. São Paulo: UNESP & HUCITEC, 1998.

OLIVEIRA, A. U. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária.** São Paulo: Estudos Avançados, vol 15, ano 43, 2001.

PASQUETTI, L. A. **Terra ocupada: identidades reconstruídas (1984-2004).** Brasília: UNB, 2007 (tese de doutorado).

PEREIRA, G. C. **Comunidade de resistência 26 de março**. Marabá: UFPA, 2004 (Trabalho da disciplina de Epistemologia do curso de Agronomia).

PESCHANSKI, J. A. **A evolução organizacional do MST**. São Paulo: Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2007 (dissertação de mestrado).

PICOLI, F. **O capital e a devastação na Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 1ª Ed., 2006.

PORTELA, F. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Parma, 1979.

REYNAL, V. de. et al. **Agriculturas familiares e desenvolvimento na frente pioneira Amazônica**. Belém: LASAT/CAT: GRET: DAT/UAG, 1995.

RIBEIRO, S. C. F. **Semeando a educação do campo: a experiência da I turma de Magistério Norte/Nordeste do MST: Elizabeth Teixeira**. João Pessoa: UFPB, 2004 (dissertação de mestrado)

SANTOS, C.I.C dos; BRASIL, E.M.D. **Elaboração de trabalhos técnico-científicos**. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

SAUER, S. **O significado dos assentamentos de reforma agrária**. p. 57-74; *In*:FRANÇA, C. G.; SPAROVER, G. (coord.). Assentamentos em debate. Brasília: NEAD-DEBATE, 2005.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____ ; LÜCHMANN, L. H. H. **Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil – Introdução**. Revista: Política e Sociedade, nº 5, outubro de 2004. p. 13-35.

STÉDILE, João Pedro & SÉRGIO, Frei. **A Luta pela Terra no Brasil**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

VALADÃO, A. da C. **Os Núcleos de Base do MST e a Construção da Cooperação Agrícola: Assentamento Contestado-Estado do Paraná**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005 (dissertação de mestrado).

VÁZQUEZ, Adolfo S. **Filosofia da práxis**. São Paulo; Expressão Popular, 2007. Tradução Maria Encarnación Moya.

VIEIRA, E. M. resenha do livro: HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos Teóricos do Capital Social**. Chapecó: Argos Ed. Universitária, 2005. 263 p. Revista Debates. Porto Alegre, v. 2, jan-jun, p. 179-187, 2008.

APÊNDICE “A”- Sobre a autora e o orientador



Maria Suely Ferreira Gomes, 43 anos

Foto: arquivos Suely, junho 2007

Nasci no povoado de Santa Fé, em 22 de agosto de 1966, localizado no sertão da Paraíba, município de Bonito de Santa Fé, microrregião de Cajazeiras, extremo com Ceará. Filha de Luzenira Ferreira e José Gomes, agricultores. Sou a terceira filha, dos cinco irmãos por parte de pai e mãe e uma irmã por parte de pai.

Permaneci em Santa Fé até os cinco anos de idade. Em 1971 meus pais resolvem mudar para a cidade de Cajazeiras. Menos de um mês resulta no falecimento do meu pai e gera desestabilização na família, pois é quando minha mãe assume a criação de cinco filhos sem a ajuda da figura masculina, deixando-a em estado de choque. Procurando amparo, minha mãe resolve mudar-se para Petrolina-Pe, em busca de ajuda da sua família materna (minha avó e tias). Para garantir a criação dos filhos, minha mãe passou a atuar como feirante, comercializando em diversas feiras, principalmente em Sobradinho, no início da construção da barragem. Casou-se novamente e teve mais três filhos.

Fui cedida por minha mãe para morar com uma tia, aos 13 anos de idade, para ajudar no seu comércio. Foram 08 anos de convivência e trabalho, até a aprovação no vestibular de Agronomia na cidade de Araripina, em 1985, o qual foi interrompido por falta de condições financeiras. Em 1988 fui morar em Recife, ficando até junho de 1989, período de mudança para o Estado do Pará, no povoado de Palestina do Pará, na época município de Brejo Grande do Araguaia. Período esse que comecei atuar junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, acompanhando as mulheres quebradeiras de coco babaçu, além de trabalhar na Prefeitura Municipal de Brejo Grande do Araguaia, no departamento de fomento a produção do município, quando construímos o Plano de Desenvolvimento do Município..

Em 1990 fiz vestibular na UFPA, Campus de Marabá, para o curso de Pedagogia em regime “intervalar”. Em 1994 nasceu meu filho Endi Gomes. Em 1996 mudamos para Marabá, comecei a contribuir com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, através do Setor de Educação e do projeto LUMIAR. Além do trabalho voluntário no movimento, atuei como professora e Orientadora Educacional durante 09 anos através da SEDUC/PA. Na continuidade da formação fiz o curso de especialização em Arte-Educação pela PUC de Belo Horizonte e Gestão Escolar pelo CESUPA. Por último o mestrado em Ciências Sociais, pela Universidade Federal e Campina Grande. Atualmente estou no Instituto Federal do Pará, como professora substituta, mas continuo atuando no MST, contribuindo com os setores de produção e educação.



Luis Henrique Hermínio Cunha

Foto: Sávia Cássia, junho/2007

Paraibano. Graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (1994) , especialização em Planejamento e Gestão em Defesa Civil pela Universidade Federal da Paraíba (1996) , mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (1997) e doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (2002) . Atualmente é professor adjunto I da Universidade Federal de Campina Grande e Membro de corpo editorial da Raízes, revista de Ciências Sociais e Econômicas. Tem experiência na área de Sociologia , com ênfase em Sociologia Rural. Atuando principalmente nos seguintes temas: arranjos institucionais, manejo comunitário, recursos comuns, Amazônia, mediadores e desenvolvimento rural sustentável.

Projetos de pesquisa em desenvolvimento

- Ciência, tecnologia e o processo de (re)pecuarização do semi-árido nordestino: traçando os laços entre redes de pesquisa e políticas públicas;
- A ecologia da algaroba: poder, mudança ambiental e qualidade de vida no semi-árido nordestino;
- Manejo e conservação de recursos comuns, desempenho institucional e implementação dos planos de desenvolvimento em assentamentos do semi-árido nordestino;
- Gestão participativa de recursos naturais, desempenho institucional e desenvolvimento rural sustentado.

(Fonte: Currículo Lattes – acesso em 23 de agosto de 2009, 18h30')

APÊNDICE “B”- Restituição do trabalho de pesquisa junto à coordenação do Assentamento 26 de Março

Com a participação dos coordenadores/coordenadoras e militantes do Assentamento 26 de Março aconteceu o momento de apresentação do resultado dessa pesquisa com o objetivo de proporcionar uma reflexão e a partir daí resultar em algumas propostas de atividades a serem desenvolvidas com as famílias.

A atividade contou com a participação de 21 pessoas. No primeiro momento foi apresentado o trabalho a partir do seu objetivo. A apresentação foi centrada principalmente na organicidade interna do assentamento, provocando algumas questões para reflexão e posterior planejamento a partir dos limites apresentados a partir da pesquisa em questão.

A partir da reflexão da coordenação foi proposto que essa pesquisa seja apresentada no dia do aniversário do assentamento, para que as famílias pudessem conhecer e reviver a história; que seja planejado momento de debate e estudo por núcleo de moradia; reavivar o debate em torno do “letramento”; aprofundar o debate e discussão em torno da organicidade interna; e fomentar o debate em torno da cultura e do lazer.

APÊNDICE “C”- Seminário de Formação com educadores/educadoras do IFPA/Campus Rural de Marabá (Apresentação da dissertação) 10 de setembro de 2009

Local: IFPA- Campus Industrial de Marabá

A apresentação desta dissertação nesse seminário se deu em função da Escola Agrotécnica Federal de Marabá estar sendo construída no Assentamento 26 de Março, o qual foi o foco central desta pesquisa. Nesse sentido, a apresentação envolveu os profissionais da Instituição que trabalham diretamente com o Campus Rural de Marabá. Participaram desse momento 16 profissionais.

No primeiro momento do seminário aconteceu uma exposição de aproximadamente quarenta minutos. No segundo momento foi aberto para blocos de debates de contribuições dos participantes.

O momento proporcionou diversas reflexões a partir da proposta de organicidade do MST, mais especificamente no Assentamento em questão, como: a partir da organicidade que já existe no assentamento, qual o melhor caminho de construir as relações do IFPA/Campus Rural de Marabá com as famílias do assentamento; a partir da organização em núcleo de moradia, e que nem todas as famílias estão nesse formato de organização inviabiliza a organização do núcleo de base?; refletir sobre o melhor caminho de desempenho das atividades que serão propostas pelo IFPA, tais como as Unidades de Ensino e Pesquisa (UEPs); qual a reflexão que existe no movimento sobre esse novo formato de núcleo de moradia, partindo do modelo de agrovilas, quais as implicações que existe; na construção da organização no assentamento quais lições do movimento na construção pedagógica junto às famílias assentadas; na interferência do “modelo” assentamento, de que forma a organicidade interna pode construir novo formato de assentamento; refletir sobre a organicidade do MST frente aos outros movimentos sociais; diante dos limites que foram apontados com a pesquisa, como o IFPA/Campus Rural de Marabá através de uma parceria com a comunidade local; refletir sobre os desafios da produção a partir da cooperação; refletir a partir da transição de acampamento para assentamento, diante da proposta de núcleo de moradia e a organicidade dos núcleos de base e dos setores.

À medida que as questões foram levantadas pelo grupo, o debate foi gerado apontando proposições e perspectivas do trabalho a ser desenvolvido entre o IFPA/Campus Rural de Marabá e famílias assentadas considerando a organicidade interna que existe desde 1999.

APÊNDICE D- Assentados e assentadas que fizeram parte da pesquisa de campo



1. Ariosvaldo Andrade dos Santos, 29 anos.

Data da entrevista: 02 de fevereiro de 2009.

Foto: Suely, 2008

A entrevista foi realizada na secretaria estadual do MST, em Marabá.

Nasceu em Santa Inês, no Maranhão, terra do babaçu. Tem 29 anos de idade. Morou no Maranhão durante 15 anos. Os pais trabalhavam com agricultura. Desde os cinco anos de idade ajudava na roça. A base de sustentação da família era lavoura branca, arroz, milho, feijão e mandioca. O pai tinha 400 hectares de terra, dividido em dois lotes, cada um de duzentos hectares, com uma distância de 18 km entre um e outro. O lote era de mata, na época não tinha estrada. O transporte da produção era feita no lombo do burro, além do transporte de barcos. Devido a problemas familiares, mudaram para Eldorado dos Carajás, em 1991. Compraram uma terra, era área de posse, depois venderam e retornaram para o Maranhão, para o município de Açailândia, dois anos depois voltaram a morar no Pará. Morando em Marabá, o seu pai mesmo contra a vontade da esposa fez o cadastro junto ao MST para ocupação de terra. Sua família então participa da ocupação, que hoje é Assentamento 1º de Março, no Município de São João do Araguaia. Em 2000 foi morar com a família no assentamento, a partir daí começou contribuir com o Acampamento 26 de Março, na fazenda Cabaceiras. A partir daí fez seu cadastro. Estudou curso técnico em Agropecuária pelo MST na cidade de Bananeiras, na Paraíba, através do PRONERA. Atualmente é assentado no 26 de Março, faz parte do núcleo “Onalício Barros” e participa da militância do assentamento. Em seu lote trabalha com cultura permanente e horticultura.



2. Benedito Alves da Silva, 38 anos

Data da entrevista: 10 de janeiro de 2008.

Foto: arquivo secretaria do MST, 2008

A conversa foi realizada na COOMARSP, em Marabá.

Antes de ir para o acampamento trabalhava na serraria, madeireira. Trabalhou na roça com seu pai no município de São Domingos do Araguaia-PA.

“Quando eu comecei vir pro Acampamento 26 de Março, aí eu comecei forte na roça mesmo. Não trabalhava diretamente, mas trabalhava uma semana....comecei trabalhar com horta. Nós montamos uma horta e fomos trabalhar no coletivo. Ficou horta e roça, só que era mais horta do que na roça. Plantava arroz, milho, feijão, fava. Tirava uma parte pra consumo (30%) e o resto passava pra frente. A horta era mais para venda. Horta dá mais lucros que a roça. Vendia no Itacaiúnas Hotel e na feira final de semana, já tinha clientela no jeito. Roça eu sempre fiz de cinco linhas pra baixo. A roça era individual e a horta coletiva, éramos seis. Um mexia mais com a parte de venda, entrega. Cada pessoa era de um núcleo diferente, se juntamos essas seis pessoas. Antigamente na primeira horta era grupão aí nós saímos....aí a gente se separou. Ficou só eu e Domingos trabalhando direto. Era eu, a mulher lá em casa o Domingos e mais três pessoas de outro núcleo depois saíram ficou só eu e o Domingos. Agora ta só minha família. No período da chuva pára a horta e vai pra roça. Plantei banana, maracujá, mandioca braba e macaxeira, 2,5 ha de macaxeira e uma linha de mandioca pra farinha. Cinco linhas de macaxeira é o plano para plantar. Cupu vou plantar umas 400 mudas para iniciar e ano que vem aumentar a plantação. Tenho 150 mudas feitas no acampamento e outras mudas vamos pegar na Secretaria do Município. A esposa ajuda na roça, tudo que vai mexer ela ajuda. Esse trabalho dá suprir a necessidade da família”.



3. Cleudimar Taveira de Souza, conhecido por Cheiro, 30 anos.

Data da entrevista: 05 de fevereiro de 2009.

Foto: Suely, 2006

Entrevista realizada na secretaria estadual do MST-PA

“Nasci no Pará, mesmo, em Marabá- marabaense, na folha 27. Com um ano de idade mudei pra Folha 16 e terminei de me criar. Meus pais vieram do Maranhão todos dois. Viviam de roça, de lavoura..na verdade quando vieram pro Pará vieram a pé, questão daquelas caminhadas de jumento. Matavam galinha, chegavam num lugar botavam uma roça e passava um tempo quando num dava, no outro ano juntava tudo, o que dava de levar levava, o que num conseguia, dava para os vizinhos. Até quando vieram pra Palestina. O pai tinha 20 alqueires de terra na Palestina e ficamos até o período Guerrilha do Araguaia, tivemos que sair por causa da Guerrilha. Na verdade o pessoal não tinha uma mentalidade...o medo. A Guerrilha ia matar todo mundo...e acabou vindo embora pra Marabá. Somos 04 irmãos, o primeiro nasceu morto. Naquele tempo chegava cortava um pedaço de terra por conta, tipo fazendeiro chegava. O dele era 20 alqueires. Tipo colonização. Em 1976 meu pai chegou em Marabá, direto para a Folha 27, foi lá que meus irmãos nasceram, o mais velho. Depois em 78 eu nasci. Em 79 mudamos pra 16 (folha), não tinha nada só mata”.

Cheiro antes de entrar para o MST trabalhava de pintor, ajudante de pedreiro com seu pai que deixou de trabalhar com roça e passou a exercer a profissão de pedreiro. Conseguiu um trabalho na Vale do Rio Doce que era fazer manutenção nos trilhos da ferrovia, em Parauapebas, período que deixou de estudar. Depois se organizou para ir trabalhar em Brasília foi o período que apareceu o cadastro do Acampamento 26 de Março, resolveu então se cadastrar. Logo se inseriu no setor de cultura, aprendeu a tocar violão e passou então fazer as animações nas reuniões e encontros do MST. Atualmente é membro do núcleo de base “Filhos dos Canudos”.



4. Cosmo Cardoso dos Santos, 53 anos.

Data da entrevista: 04 de fevereiro de 2009.

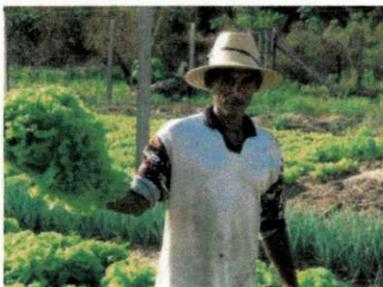
Foto: Janiel, 2009

A conversa foi realizada no assentamento, na residência do senhor Cosmo.

Nasceu em Itamaraju na Bahia. Veio em 1973 morar no Pará em Abel Figueiredo. Trabalhava antes na agricultura com seu pai. Além da roça também trabalhou com serraria. Mudou-se para Marabá em 1985. Depois foi morar em Eldorado do Carajás, período que resolveu procurar uma ocupação de terra e fez o cadastro para a ocupação da fazenda Cabaceiras. No acampamento foi coordenador de segurança. Atualmente é coordenador do NB “Deus conosco”

Foi difícil se adaptar no acampamento e com essa tarefa?

“Foi um pouco difícil se adaptar por causa do costume, o costume era um pouco diferente com esse modelo, até chegar na realidade que é desse jeito, que a gente consegue o que a gente quer fica muito difícil mesmo”.



5. Domingos de Oliveira, 42 anos

Data da entrevista: 04 de fevereiro de 2009

Foto: Suely, 2006

Entrevista realizada na casa do Sr. Domingos. Ele mora sozinho. Logo foi fazer café e cozinhar macaxeira, pois estava próximo do almoço e queria oferecer algo para nós (Suely e Janiel) . Ficamos à vontade em seu barraco, pois temos mais tempo de convivência nas reuniões, encontros e viagens. Num fogareiro a carvão fez o café, pedindo desculpas, pois tava sem coador. Cozinhou a macaxeira e assim travamos um diálogo. Na nossa chegada, foi logo reclamando porque tem gente vendendo o lote, ele estava “enfizado” por isso.

Domingos nasceu em Itupiranga-PA, fica a 40 Km de Marabá. Mas, com 10 ou 12 anos mudou para Marabá. O pai era goiano e a mãe paraense de Cametá. Trabalhava nas firmas, era empregado na Andrade Gutierrez, última firma que trabalhou. Ficou sabendo da ocupação da Fazenda Cabaceiras através de um conhecido conforme descreve:

“Aí encontrei Geraldo e ele disse que estava fazendo cadastro, perguntei pra onde era essa terra, que eu pensava que era para o rumo de Tapirapé. Ele disse rapaz, eles falaram que é menos de 40 km, ai eu conheço bem a região aqui eu botei meu sentido, se for para o rumo do Eldorado vai ser lá do Sororó para cá, que dá 35, se for pra Transamazônica vai ser lá perto do Burgo e se for pro rumo de Belém, vai dar lá nos índios. Eu botei os quatro cantos da estrada. Eu digo vou fazer, que eu sabia que era próximo. Fui lá 13, na folha 13 fiz o cadastro perguntei com Geraldinho... Perguntei que dia a gente vai pra terra? Ele disse: rapaz essa semana vai ter uma reunião lá na folha 12, lá na igreja, ai vai dizer o dia. Quando foi domingo, nos fomos pra reunião ele falou que segunda-feira era pra todo mundo estar lá no Incra. Chegou lá no Incra aquela multidão de gente, uma base de umas mil e tantas pessoas, eu disse o negócio é certo!! ...Quando foi o período de vir para o acampamento, num voltei na firma mais não, para dar baixa na minha carteira, dei baixa no Ministério do Trabalho, porque num voltei para firma....Agora estou pensando daqui só crescer, porque diminuir eu já vim diminuído, já vim de lá no diminutivo (risos)”.

Atualmente, Domingos coordena o Setor de Produção, faz parte do NB “Onalício Barros” e faz parte da coordenação do assentamento.



6. Ednilton Vieira da Silva (Douglas), 37 anos.

Data da entrevista: 04 de fevereiro de 2009.

Foto: Janiel, 2009

A entrevista foi realizada no comércio no senhor Douglas, depois da terceira tentativa.

“Eu sou paraense, nasci em Marabá e antes de chegar na 26 de Março eu trabalhava como “lancheiro” (vendia lanche) na rua, mexia com lanche e depois passei trabalhar de moto-táxi, até surgir o acampamento 26 de Março, aí fui para lá. Minha mãe mora em Marabá e meu pai

em Tucuruí. Meu pai que tinha um pedacinho de terra, mas está aposentado, não aguenta mais trabalhar e minha mãe é doméstica”

Qual foi sua vontade de se cadastrar no Acampamento?

“Minha vontade de participar porque tinha vontade de ter um pedaço de terra, eu via muito amigo meu conseguindo um pedaço de terra e eu tinha vontade também, desde pequeno porque praticamente fomos criados na roça”

Douglas era coordenador do NB “Lutando pelo direito de trabalhar”, o qual foi dissolvido. No momento está sem NB. Não reside no lote, pois tem um comércio numa vila próxima (Sororó), onde mora com sua esposa e seus filhos.



7. Edmilson Leitão Carneiro, 31 anos.

Data da entrevista: 18 de janeiro de 2009

Foto: Suely, 2009

A entrevista foi realizada no núcleo “Bom Jesus”, na residência do senhor Edmilson com o acompanhamento de 05 crianças.

“Desde 1980 morei na Capemba água, município de João Lisboa-MA, 3 km de Imperatriz, morei lá 18 anos. Em Imperatriz morei durante 03 anos. De lá resolvi chegar até aqui. Vim pra cá através do pai, que prometeu terra pra mim aqui. Vim pra uma visita e era o último dia de cadastro no Acampamento 26 de Março, foi na época que eu entrei. Fiquei esperando dois meses e até hoje estou aqui. Estamos com 09 anos, aqui na terra.

No Maranhão vocês tinham terra?

“Trabalhava com terra tinha um pedaço de 10 alqueires, nós mexíamos com farinha, fava, feijão e arroz e amendoim. O principal produto de lá era a farinha. Lá começou desde 90, nós estávamos todos grande e começamos trabalhar até 2001. Nessa época pai já tinha vindo pra cá em 1999, nós ficamos e eu vim pra cá em janeiro. Nós viemos pra cá em 2004, 2005. Chegamos dia 17 de janeiro de 2000, apenas com um mês que tinha chegado tinha base de cinco mil famílias, era grupão. Cada grupão, constituído de 60 a 70 famílias por grupo, apenas um mês de acampado, me inseriam na coordenação. Foi a época que comecei contribuir com

acampados e fui gostando. Na época quando comecei assumir coordenação, eu era responsável por 70 pessoas, chamado grupo 12, coordenador. Passando o tempo, passando o tempo...o pai queria desistir. Com o tempo conseguimos ganhar, mas graças ao MST. Quando o pai entrou teve praticamente 04 despejos tanto feito pelo Incra, como feito pela polícia. Depois que entrei graças a Deus não teve nenhum despejo. Hoje estamos praticamente com a terra ganha através do Movimento”.

Edmilson hoje coordena o NB “Bom Jesus”. Ele e sua família continuam com a produção de farinha. Toda quinta e sexta-feira toda a família e mais algumas pessoas que fazem parte do núcleo de base se reúnem para fazer farinha. Aos domingos a família vai para a feira em Marabá para comercializar e no período da tarde realizam reunião do núcleo.



8. Francisco Lopes de Sousa, conhecido por Belinho, 66 anos.

Data da entrevista: 31 de janeiro de 2009.

Foto: Janiel, 2009

A conversa realizada foi no quintal da casa. De maneira simpática e muito alegre, apesar de suas angústias depois da mudança para seu lote, o Sr. Belinho conversou conosco.

“Sou maranhense, cheguei aqui num sei nem lembrar, estou com 11 anos. Morei em Buriticupu-MA, passei 20 anos lá. Passei vinte anos lá matando gado, trabalhando, meu filho pegou uma terra, aquele mais velho, aquele grosso, a gente trabalhava nela e matava gado. E a terra aqui é no nome da velha. Tenho quantos filhos? 12 filhos. Estou sozinho, com Lea (esposa), os filhos estão em Marabá. Só tem um no Maranhão”.

Como o senhor chegou na ocupação da fazenda Cabaceiras?

“Não, eu cheguei em Marabá, me empreguei lá, numa madeireira e passei dois meses trabalhando lá e surgiu essa invasão, quer dizer, surgiu essa ocupação de terra, quando eu falo em invasão o Manoel (*seu filho*) se zanga, ele disse que não é invasão, não, é ocupação (gaitadas) aí com dois meses que eu cheguei do Maranhão eu entrei nessa terra, dois meses...e

estou permanecendo até hoje. Acabei a força, a força que trouxe acabou, que estou ficando velho, onze anos não é brincadeira, onze anos de trabalho enterrado (gaitadas)”

Durante a conversa, o Sr. Belinho reclamou muito, pois alega não poder mais desenvolver sozinho o trabalho na roça, sente-se cansado, pois não tem nenhum filho ajudando ele no trabalho de campo. O senhor Belinho saiu do núcleo de base 11- “Lutando pelo direito de trabalhar”, está em transição para outro núcleo.



9. Francisco Uires de Sousa Xavier, 34 anos.

Data da entrevista: 26 de novembro de 2008.

Foto: Suely, 2008

A conversa foi realizada na roça do senhor Uires, pois ele estava fazendo limpeza do mandiocal. Estava em trabalho de mutirão.

“A gente é do Maranhão, Zé Doca, e por motivo da crise, da escassez de emprego na região a gente optou em vir pro Pará. Ao chegar no Pará a gente ficou morando em Marabá, por um período e fazendo bico, trabalhando com pintura, venda de crediário, ai surgiu a propaganda do MST que tava juntando gente pra ocupar uma terra, até então nós não sabíamos onde era a terra. Fizemos o cadastro e viemos pro Incra e após dois dias ocupamos a fazenda Cabaceiras, que é a 26 de Março. No início eu vim pela simples necessidade que tinha de manter a família, com o tempo a gente foi gostando do trabalho, da organização e, fomos incorporando em algumas atividades interna. Até aí sofremos muito relacionado à questão de alimentação, aquelas necessidades básicas que existe nos acampamentos, mas do segundo ano pra frente a gente já conseguiu produzir que desse pra alimentar a família e sobrar, algumas sobras a gente já escoava pro mercado de Marabá. No terceiro ano...no início a gente já tinha uma escolazinha que o trabalho era voluntário, minha companheira se incorporou na escola. No terceiro ano a gente conseguiu contratar ela pelo município e já foi uma renda a mais, uma ajuda pra família e no quarto ano ela conseguiu fazer concurso público. Ela trabalha como servidora na escola e eu faço o serviço diário de roça, além de contribuir também com a organização interna do acampamento...Nós a grande maioria dessa Agrovila que é o núcleo, não tem a mínima intenção de sair daqui, o índice de produção esse ano aumentou a preocupação é como escoar também a produção. É um núcleo muito consistente na pertença

pela terra, do trabalho da lavoura são pessoas que nunca tiveram oportunidade em outras frentes e sempre vem trabalhando a questão agricultura, só que em terras alheias e agora o pessoal está muito feliz por ter conseguido um pedaço de terra e agente acredita que a desistência por parte dessa comunidade aqui vai ser muito pouca, desse núcleo”.

Francisco Uires atualmente é componente do NB “A terra guarda a raiz”.



10. Giselda Coelho Pereira, 34 anos.

Data da entrevista: 30 de janeiro de 2009.

Foto: Suely, 2008

A conversa foi realizada em minha residência (Suely), pois foi opção da entrevistada. Vale ressaltar que foi a segunda tentativa, pois a primeira conversa o material foi todo perdido. Feito a gravação em máquina digital, apareciam às imagens sem o som.

“Meu pai é maranhense, minha mãe é cearense...a família da minha mãe veio embora de jumento do Ceará para cá, passaram seis meses.... vieram para cá na seca de 33. A mãe tinha três anos de idade, na época, eles estavam três anos de seca e não tinham mais como permanecer lá eles vieram para Goiás, de animal, quatro ou seis meses e ficaram no Goiás até...(silêncio)....até 1970 na verdade. Em 1970 o pai veio para cá, para Marabá, sozinho, em 1972 a mãe veio atrás porque ele deixou todo mundo lá. Ele veio sozinho e não dava notícia e depois em 1972 a mãe veio atrás dele com meu irmão que tinha nascido. Ele ia lá e volta, ia e voltava porque não tinha estrutura para trazer todo mundo. Aí em 1972, eles foram tentar se arrumava alguma terra na Transamazônica, em 1973, ele foi assentado na Transamazônica, no Km 77, que era período de colonização, naquele tempo era feito pelo Figueiredo. Em 1974, eu nasci, em março, em julho nós mudamos para lá(*Transamazônica*), toda família, ai nós ficamos lá 15 anos, com 14 anos que a gente estava lá, meu irmão faleceu, um dos mais velhos, ele a se manter na roça [...]Em 93 em fui pra Brasília, sem avisar a mãe nem nada, estava eu e meu irmão e o pessoal me convidou pra ir para o curso do Serpaj... eu fui pra lá fazer dois meses de curso, fiquei lá dois meses e ai quando eu voltei, na verdade eu fui na segunda etapa, a primeira foi a Izabel, na segunda eu fui, quando eu voltei fiquei acompanhando as atividades do Serpaj e participando das atividades da igreja. Em 1994 eles

(amigos que estavam no MST) me chamaram para trabalhar na secretaria do MST, fiquei 1994 e em 1995 sai pra trabalhar em uma empresa. Em 1996 voltei de novo pra Secretaria, fiquei 1996. Final de 1996 falei que queria fazer outras atividades no MST, qualquer lugar, menos na Secretaria”.

A partir da sua inserção no MST, Giselda fez o curso do Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), no Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) no Rio Grande do Sul. Se inseriu no setor de produção, na direção estadual e por último fez o curso de Agronomia através do convênio MST/UFGA/INCRA/PRONERA. Atualmente é assentada no 26 de Março, é componente do núcleo “Onalício Barros”. Continua no setor de produção do MST.



11. Izabel Rodrigues Lopes Filha, 44 anos

Data da entrevista: 02 de outubro de 2008

Foto: Suely, 2009

A entrevista foi realizada na secretaria estadual do MST.

Izabel nasceu em Marabá. Seu pai veio de Pedreiras-Maranhão, para trabalhar em garimpos na região de Marabá. Trabalhou também nas áreas dos castanhais. Sua mãe é marabaense. Os pais conseguiram uma terra na região. Sua mãe teve 14 filhos. Além da terra, a família construiu uma casa em Marabá, no bairro Liberdade, onde os filhos passaram a estudar. Izabel, através da Igreja Católica começou a participar do grupo de jovens e a partir daí começou se envolver em outros espaços de discussão. Participou com mais intensidade do Serviço de Paz e Justiça (Serpaj), foi a partir daí que conheceu o MST. Com a chegada dos militantes no bairro Liberdade para realização do trabalho de base, Izabel então começou contribuir com o movimento. Foi a partir do acampamento em 1992, que o MST organizou na praça do Incra que Izabel e mais alguns amigos do Serpaj começaram a contribuir com as famílias acampadas. A partir daí começou então a participar de cursos de formação pelo movimento. Depois da formação se inseriu nas instâncias do MST. Fez o curso de graduação em Pedagogia da Terra pela Universidade de Ijuí-RS. Hoje, compõe a direção estadual do MST é componente do núcleo de base “Deus Conosco”.



12. João Pereira da Silva (Joãozinho), 58 anos.

Data da entrevista: 31 de janeiro de 2009.

Foto: Janiel, 2009

A entrevista foi realizada em sua residência, no assentamento.

Maranhense do Brejo Paraibano e hoje se chama paraibano no Maranhão, extremo com Piauí.

“Eu vim em 1968 direto pro Pará. **Sempre mexendo com agricultura?** Sempre, desde quando meu pai morreu, quando ele morreu a roça que ele deixou comigo, eu tinha idade de 12 a 13 anos...no Maranhão. Daí pra cá desgostei ,que minha mãe casou com outro e eu desgostei do cara que eu não me dei bem.. Eu trabalhava em fazenda, tava no começo do desmatamento, em Rondon do Pará. Pra mim foi fácil...eu nem conhecia Transamazônica, eu vinha por Vila Rondon. Em Eldorado eu já tinha família e fui trabalhar de roça, na época eu tinha comprado um pedacinho de 08 alqueires, que esses 08 alqueires não deu certo...deu desentendimento”

E a chegada no Acampamento 26 de Março

“Ah, foi fácil, fácil e foi difícil, bem sincero eu sou e, correto, em 1999 eu passando aqui pras banda do km 70, Vira Sebo, eu sempre trabalhava lá com o pessoal e eles inventaram uma invasão lá, mas eu não quis entrar, porque do “pirão” eu já tinha saído...era posseiro. Eu passando eu vi, o pessoal aqui na sede, no curral grande, eu digo é o MST, cheguei no km70 e acertei conta com o patrão, que eu trabalhava vigiando uma casa lá. Eu digo, sabe de uma coisa, eu estou perdendo meu tempo, eu vou lá pra onde aquele povo (*MST*), aquele povo que esteja perdido, mas num ano, dois ou 10, mas um dia surge alguma coisa. Voltei, cheguei em casa combinei com a mulher eu vou lá pra Cabaceiras. Ela disse fazer o que? Vou lá onde tem um pessoal acampado lá e é “meio” mundo de gente Quem é esse povo? Rapaz eu vi uma bandeira lá citando MST. Quando cheguei aqui, já tinham saído da Vila Sororó, uns cinco ou seis dias que eu tinha passado. Me cadastrei...dai pra cá construí minha família, separei de uma (*mulher*), mas estou com outra”.

Depois da ocupação o senhor Joãozinho separou da esposa e casou novamente. Têm 07 filhos, o mais novo tem 18 anos. Atualmente é coordenador do núcleo de base “Unidos Venceremos”.



13. Lauro Gomes da Silva, conhecido por Piauí, 32 anos.

Data da entrevista: 31 de janeiro de 2009.

Foto: Janiel, 2009

A entrevista foi realizada no meio de um serviço de abertura de poço amazônico. Piauí estava trabalhando na escavação e no momento de intervalo conversamos.

“Eu morei no Piauí, na cidade de Joaquim Pires. Sai de casa com 11 anos de idade, e fiquei trabalhando em fazenda, consegui algumas coisas mesmo trabalhando nas fazendas, mas eu vim parar aqui, cheguei aqui e fiquei trabalhando acampado, mas trabalhando nas fazendas, nunca deixei o costume de trabalhar em fazenda, só que num trabalhava para fazendeiro, sempre trabalhei para colonos, que nem estou trabalhando aqui para meninos(*assentados*), que hoje é colono, é melhor. Ganhei um “lotezinho” aqui, devido eu não ter gostado do lugar lá, nunca fiz uma casa lá. Vendi assim, pelo custo de vida. Ele (*a pessoa que comprou*) está lá dentro, trabalhando, uma casa feita, uma roça até boa muito milho, arroz, mandioca, ele está fazendo mais do que eu”

Piauí, foi acampado por 10 anos, participou de vários cursos pelo MST, foi coordenador de grupo e de núcleo. Mas, resolveu vender o lote, sem justificativa, e permanece no assentamento fazendo trabalho nos lotes das famílias assentadas.



14. Lucinéia Ferreira Mota, vai fazer 52 anos

Data da entrevista: 31 de janeiro de 2009

Foto: Janiel, 2009

Entrevista realizada no lote de uma amiga de dona Lúcia.

os irmãos (os oblatas) esses outros que vieram, o padre Geraldo, o padre Roberto, padre Humberto, a Irma Graça. Esse povo, eles ficavam lá em casa e coincidiu com a época que eu nasci, final da Guerrilha do Araguaia. Então o Mano (*irmão da Igreja*) foi preso lá em casa, daquela vez, o Emmanuel Wanbergue. Essas histórias toda, eu era pequenininha, mas foi na igreja, fiquei na igreja até 1993, quando eu vim pra Marabá ainda participava da igreja, da catequese, passei um tempo da militância no Partido (*Partido dos Trabalhadores*), bem pouco, fiquei no tempo que o PT era Partido, tempo que significava alguma coisa. Eu nunca me filei ao PT, porque na época eu não tinha idade, era menor de idade e depois que comecei votar já vim aqui pra Marabá, também eu não quis mais filiação. Em Marabá eu já vi a disputa mais acirrada do PT. Minha militância foi isso. Militância na Igreja tinha tanto a catequese, como o Movimento de Adolescente e Criança (MAC), que eu participava, acompanhava. Desde lá do Brejo também o Movimento Estudantil. Quando vim pra Marabá, fiquei só um tempo no Diretório Acadêmico (D.A) aqui na Universidade, não fiquei muito tempo no movimento estudantil, participava das atividades da Universidade, não me vinculei mais e depois vim pro MST. Eu conheci o MST em 1994, conheci na Universidade, conheci algumas pessoas, umas marchas que aconteceu em Parauapebas, na época da Palmares, teve algumas marchas lá, umas manifestações e eu conheci pela Universidade. Na casa da Margarida eu conheci o Jorge Nery (*na época dirigente do MST*) ele falou sobre o MST. Fui ficando próxima, mas ainda não tinha entrado, foi depois de 1996 depois do Massacre aí passei ajudar com as meninas, porque o Setor de Educação estava precisando de alguém pra ajudar, convidaram a Ilzamir para fazer umas oficinas. Convidaram Ilzamir, mas ela não dominava a produção de texto, ela disse que não dominava o assunto aí convidou eu e Sandra, nós fomos. Pronto, depois daí fui ficando, até hoje. Depois fui pra Belém e fiquei seis anos morando lá (*atuando pelo MST*). Quase não consigo entrar no MST, parte não gostava de mim mesmo, parte gostava e parte não gostava. Fiquei porque sou teimosa”.

Maria Raimunda é filha de agricultor no município de Brejo Grande do Araguaia. Graduada em Letras pela UFPA. Atualmente é dirigente nacional do MST e sempre atuou diretamente no setor de educação do MST.



16. Maria Solidade Silva Pinto, conhecida por Sula, 50 anos.

Data da entrevista: 18 de janeiro de 2009.

Foto: Suely, 2008

A entrevista foi realizada na residência de dona Sula.

“Bom, pra sobreviver, Suely já fiz de tudo um pouco, em termo de trabalho, até com garimpo eu já mexi. Eu tive na região dos Altos, na região de Mato Grosso, de Itaituba, para sobreviver. Mas sempre, como se diz nunca foge das origens, meus pais foram trabalhador rural, mesmo no período que eu não estava com eles, mas final de semana, férias, quando eu me separei deles eu ia sempre passar na terra. Com isso, eu sempre tive aquele sonho de ter uma terra, para acabar meus dias de vida tranquila, eu digo tranquila, porque acho que quem tem um pedaço de terra hoje futuramente é um vitorioso e aí é mais ou menos assim. Eu estou aqui agora e meu sonho é tentar terminar de criar meus filhos aqui e que essa terra fique de herança pra filhos e netos”

Como foi que a senhora chegou no Acampamento 26 de Março?

“Através da minha mãe. A minha mãe foi quem acampou aqui. Acamparam aqui 26 de março de 1998 e eu cheguei aqui dia 04 de abril de 2000, Minha mãe que era acampada, mas como ela na época estava com certa idade avançada e problema de saúde, tanto ela como meu padrasto, ela resolveu me chamar pra assumir o cadastro dela no lugar dela. Fiquei e estou até agora e não pretendo sair. Tenho dois filhos aqui. Ao todo tenho 03 filhos, uma de 26 anos, uma 18 e uma de 16. No início, Suely, foi meio difícil, a falta de experiência, de conhecimento, dificultou um pouco, mas não querendo, entendeu, dizer que sou melhor que outros ou melhor que todos, mas o nosso núcleo, eu não sou prepotente, mas eu consegui ter uma certa autonomia, primeiro as pessoas confiam em mim, o núcleo de base confia muito em mim, eles confiam muito, eu acho que para coordenador ele pra ser um coordenador ele precisa que o núcleo confie nele e respeite. O núcleo, de um modo geral eles tem muito respeito por mim. Então eu não tenho dificuldade, em relação ao núcleo de família não tenho muita dificuldade, hoje não, no início eu tive”

Dona Sula atualmente é coordenadora do núcleo “Semente do Amanhã” e agora foi eleita juntamente com outros companheiros do assentamento para assumir a diretoria da nova associação que foi criada.



17. Rosângela Alves dos Reis, conhecida como Rosa, 34 anos. Componente do NB “Firme na Luta”

Datas de entrevistas: 1ª em 19 de outubro de 2007 e a 2ª em 02 de outubro de 2008.

Foto: Arquivo MST, 2008

A primeira entrevista com Rosa foi para atender duas necessidades: uma para o trabalho da disciplina de História Oral, mas que findou não sendo utilizada e a outra necessidade seria para a própria dissertação. O segundo momento de diálogo com a Rosa foi a necessidade de complemento da primeira entrevista. Devido a minha proximidade com Rosa não houve nenhum problema em fazer mais de um diálogo. A primeira conversa foi realizada em sua residência, no Bairro Liberdade em Marabá, pois ela ainda não está morando no seu lote no assentamento. A segunda conversa foi na secretaria estadual do MST-Pa. Rosa nasceu em Marabá, no dia 03/11/1974. Sua mãe é natural de Carolina-MA e seu pai de Serra da Cinta-Ma. São nove filhos. Rosa, na juventude participou do JUPI- Jovens Unidos para a Libertação, da igreja católica, por muitos anos. Trabalhou de agente comunitária. Estudou Magistério na década de 1990 e está concluindo o curso de Pedagogia. Entrou no MST em 1998, a convite de uns amigos do bairro (Izabel, Giselda e Gustavo). Começou sua atuação no MST ajudando na campanha política de um assentado para vereador no município de Parauapebas e a partir daí começou a ajudar no trabalho de base da ocupação da fazenda Cabaceiras, hoje Assentamento 26 de março. Assentada do 26 de Março, atualmente é dirigente estadual do MST e diretora da escola Carlos Marighella, no assentamento 26 de Março e componente do núcleo de base “Firme na Luta”.



18. Vanderlei Batista da Silva, 28 anos.

Data da entrevista: 13 de janeiro de 2009.

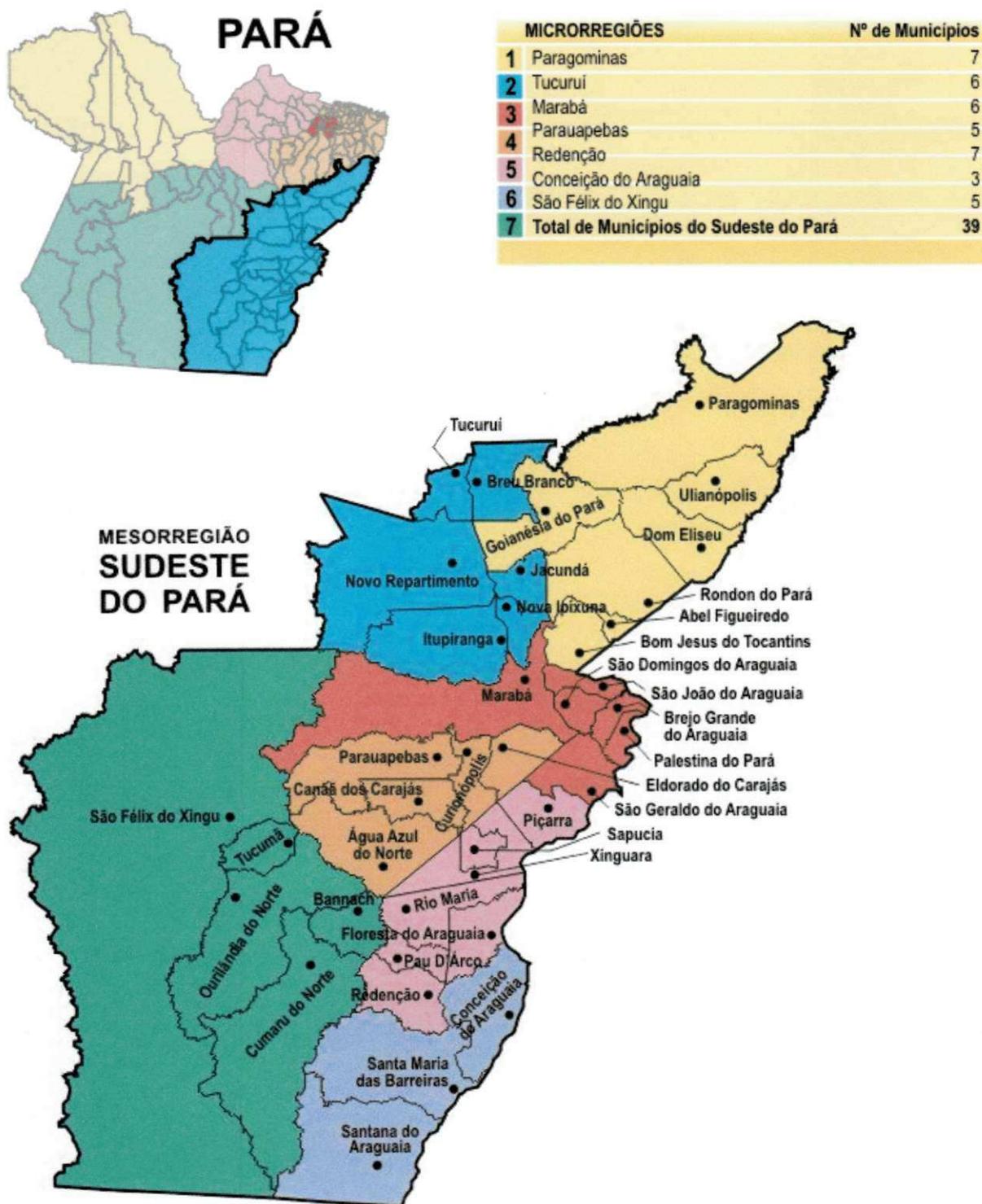
Foto: Suely, 2008

A entrevista foi realizada na secretaria estadual do MST-Pa

“Antes eu trabalhava na rua, trabalhava na oficina de bicicleta, deu um certo desentendimento lá e terminei indo pra roça de meu pai trabalhar com ele e a roça, ficava na Vila Sororó, próximo ao acampamento. Lá surgiu a história do acampamento e eu fui pra me acampar. No primeiro momento eu fui só pra passar o dia e fazer o cadastro e retornar pra casa para buscar roupa, mas o pessoal não deixou eu retornar. Fiquei lá, arrumaram um barraco e uma rede para eu ficar lá. Não deixaram eu sair. Meu pai já trabalhava na roça, na verdade toda vida dele, tirando a parte de garimpo, foi na agricultura, na roça. Antes ele morava no Tocantins e ai ele veio pro Pará, aí já foi pro garimpo e, ao mesmo tempo, na roça. Nasci no Tocantins. Era Goiás. Meus pais são do Maranhão. Nós somos 14 filhos no total, uns por parte de pai e outros por parte de mãe. São 14 no total”

Vanderlei é assentado e componente do núcleo de base “Bom Jesus”. Concluiu recentemente o curso técnico em agropecuário pelo convênio MST/UFMA/PRONERA/INCRA. Contribui com as atividades internas do assentamento e está compondo a diretoria da associação que foi criada em maio de 2009.

ANEXO A- Mapa da Mesorregião Sudeste do Pará



ANEXO B- Quadro geral da população indígena da região sudeste do Pará

POVO/ALDEIA	DISTÂNCIA DE MARABÁ (Km)	TEMPO (Ida e Volta)	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	SUPERFÍCIE
Atikum/Kanain	225	6 horas	Canaã dos Carajás	24	100 ha.
Atikum/Ororubá	230	9 horas	Itupiranga	57	1.500 ha.
Guajajara/Guajanaíra	200	7 horas	Itupiranga	80	1.600 ha.
Guarani/Nova Jacundá	90	3 horas	Rondon do Pará	70	480 ha
Aikewara/Aldeia Sororó e Aldeia Itahy	130	4 horas	São Domingos do Araguaia	327	26.257 ha
Xikrim/Aldeia Ô-odja.	570	16 horas	Água Azul do Norte, Ourilândia do Norte e Parauapebas	1.050	439.150,54 ha.
Gavião / Aldeia Akratikateje.	40	2 horas	Bom Jesus do Tocantins	569	62.488,45 ha.
TOTAL GERAL	1.485 KM	47 horas		2177	531.575,99

Fonte: CIMI/Marabá-PA (março de 2009)

Atikum/Kanain; Atikum/Ororubá; Guajajara/Guajanaíra;
Guarani/Nova Jacundá; Aikewara/Aldeia Sororó e Aldeia Itahy;
Xikrim/Aldeia Ô-odja; Gavião / Aldeia Akratikateje.

ANEXO C- ROTEIROS UTILIZADOS NAS ENTREVISTAS

Roteiro 1

- Origem da família;
- Como foi a chegada no acampamento e no MST?
- Como era a organização em Grupo de família no Acampamento?
- Quais os critérios para organizar os núcleos de base?
- Quem são os componentes do núcleo de base, qual o grau de parentesco;
- Na sua avaliação o que faz as famílias permanecerem juntas até hoje?
- Quais as maiores dificuldades que o núcleo de base enfrenta?
- Existe trabalho coletivo?
- Como é a organização da produção?
- O núcleo de base foi organizado de acordo com a proposta do MST?
- O núcleo de base tem calendário de reunião?
- Qual a pauta de discussão NB discute?
- Quais as dificuldades nos debates?
- O que pode provocar a dissolução do núcleo de base?
- Qual o papel do militante?

Roteiro 2

- Como surge a proposta de discussão em torno do núcleo de base no Pará?
- Quais as dificuldades encontradas nesse processo de construção da organicidade interna?
- Na sua avaliação o NB, mais especificamente no Pará vem atendendo a proposta do MST?
- Na sua avaliação quais as maiores dificuldades do núcleo de base;
- Como você avalia essa nova proposta de núcleo de moradia frente ao núcleo de base;
- Na sua avaliação quais os elementos que podem provocar a dissolução do núcleo de base?